



UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS
CENTRO DE CIÊNCIAS INTEGRADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE CULTURA E TERRITÓRIO
PPGCULT

Josiel Ferreira dos Santos

Dona França e a Ilha de São José: diálogo entre conhecimento acadêmico e
ribeirinho

Araguaína/TO
2024

Josiel Ferreira dos Santos

Dona França e a Ilha de São José: diálogo entre conhecimento acadêmico e
ribeirinho

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
graduação em Estudos de Cultura e Território
(PPGCult) para obtenção do título de mestre.
Orientador: Dr. Dernival Venâncio Ramos Júnior
Coorientadora: Dr.^a Sariza Oliveira Caetano
Venâncio

Araguaína/TO

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Sistema de
Geração de Ficha Catalográfica SGFC-UFNT

F383d

Ferreira dos Santos, Josiel.

Dona França e a Ilha de São José: diálogo entre conhecimento acadêmico e ribeirão / Josiel Ferreira dos Santos. - Centro de Ciências Integradas - CCI, TO, 2024.

103 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) (Pós-Graduação - Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território - PPGCult) -- Universidade Federal do Norte do Tocantins, 2024.

Orientador: Prof. Dr. Dernival Venâncio Ramos Junior. Coorientadora: Prof. Dr.^a Sariza Oliveira Caetano Venâncio.

1. Comunidade Ilha de São José. 2. Ribeirinhos. 3. Memórias.

CD301.09

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Josiel Ferreira dos Santos

Dona França e a Ilha de São José: diálogo entre conhecimento acadêmico e
ribeirinho

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCult) para obtenção do título de mestre.
Orientador: Dr. Dernal Venâncio Ramos Júnior
Coorientadora: Dr.^a Sariza Oliveira Caetano Venâncio

Data de aprovação: 28/05/2024

Banca examinadora



Documento assinado digitalmente
DERNIVAL VENANCIO RAMOS JUNIOR
Data: 26/06/2024 20:01:49-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Dernal Venâncio Ramos Junior (orientador)
Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)



Documento assinado digitalmente
SARIZA OLIVEIRA CAETANO VENANCIO
Data: 26/06/2024 09:53:21-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr.^a Sariza Oliveira Caetano Venâncio (Coorientadora)
Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)



Documento assinado digitalmente
OLIVIA MACEDO MIRANDA DE MEDEIROS
Data: 26/06/2024 17:41:16-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr.^a Olívia Macedo Miranda de Medeiros (examinadora)
Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)



Documento assinado digitalmente
TEMIS GOMES PARENTE
Data: 24/06/2024 17:09:17-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Temis Gomes Parente (examinadora)
Universidade Federal do Tocantins (UFT)

Dedico este trabalho em memória a
Francelina Coelho de Sousa (Dona
França) e a todas as comunidades
impactadas pela Usina Hidrelétrica de
Estreito.

AGRADECIMENTOS

Muitos foram os que contribuíram com essa caminhada e foi com a contribuição dessas pessoas, ribeirinhas ou não, que consegui vencer as correntezas para chegar até aqui. Tenho a certeza de que se não fosse com a paciência e contribuição dos que narraram suas trajetórias de vida, confiando em mim suas memórias, eu não estaria escrevendo esses agradecimentos no fim de mais um trabalho acadêmico.

Quero aqui expressar meus agradecimentos aos Mais Velhos ex-moradores da então submersa Comunidade Ilha de São José, pois foi dizendo que não sabiam nada que me ensinaram muito.

Agradeço a Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) e ao Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura e Território- PPGCULT, por ter me proporcionado através de seus espaços, professores, bibliotecários e demais corpo de colaboradores, a possibilidade de construção e partilha de conhecimentos.

Meus agradecimentos se estendem ao meu orientador o Prof. Dr. Dernival Venâncio Ramos Junior, que quando eu pensava em desistir, falava: o caminho para o doutorado está perto. Portanto, foi assim que caminhamos, atento as minhas demandas, sempre me ouvindo e atendendo meus apelos até em horas inoportunas. Não só foi como é inspiração e motivação na minha caminhada para que eu chegasse aos meus objetivos.

Do mesmo modo a minha coorientadora Prof. Dr.^a Sariza Oliveira Caetano Venâncio que na procura do meu melhor sempre pontuou meus erros e acertos. Foram várias as vezes que tive que refazer parte desse trabalho sob sua orientação, fazendo com que eu percebesse que poderia melhorar.

Agradeço aos muitos colegas de mestrado que tive o prazer de compartilhar saberes e angústias durante essa trajetória. Não citarei nomes por medo de esquecer algum e com isso magoar alguém, mas todos tiveram sua importância seja ouvindo minhas experiências ou narrando as suas.

Sei que não poderia estar aqui sem o apoio da minha família: Gilmária, Ana, Pedro, Iraci e Francisca. Pois esses sabem o tanto quanto eu sobre o espaço-território que antes era morada dos meus ancestrais. Foram várias as vezes que me ouviram narrar sobre.

À Prof. Dr.^a Olívia Macedo Miranda de Medeiros, que me acompanhou desde a graduação em Licenciatura em História com seus ensinamentos e indicações de leituras e também pela participação em minha banca de qualificação.

À Prof.^a Dr.^a Temis Gomes Parente que eu admiro e tive a oportunidade de conhecer um pouco de seus trabalhos na minha trajetória acadêmica e a quem eu devo a generosa contribuição na minha banca de qualificação.

Agradeço a todos os ribeirinhos impactados pela construção da Hidrelétrica de Estreito, por me motivarem a narrar um pouco dos seus desassossegos.

“Eu vim para pra cá por causa de meu povo. E é que aqui a Ilha era liberada, era de quem chegasse. Quem chegasse podia alicerça em qualquer lugar que quisesse”.
Celina Alves da Luz (1927-2008)

“Era assim uma terra comum, como diz o povo. Todo mundo que tinha uma coisa roseira, um gado roseiro jogava aqui dentro. Só sei que quem quisesse, chegava lá na Ilha fazia sua casa onde queria e morava o tempo que queria era assim”. Francelina Coelho de Sousa (1930-2021)

RESUMO

O conhecimento sobre algumas localidades e seus povos, pode fazer mais sentido quando sujeitos daquele local são envolvidos. Por isso, o presente trabalho é uma forma de dar ênfase a um grupo de pessoas, mais necessariamente, a ribeirinhos da Comunidade Ilha de São José, em que Dona França é a protagonista desta pesquisa, pois se trata de alguém com relevância na história que foi conhecida em alguns casos, por apenas uma versão. Destacamos assim, que as usinas hidrelétricas são vistas como progresso para a sociedade, mas para alguns grupos são vistas apenas como oportunidade de lucro para pessoas que não pensam na natureza e no bem-estar de muitos. Com isso, o problema desta pesquisa surgiu a partir de questionamentos oriundos da perspectiva ribeirinha: como falar de uma comunidade que teve seu espaço-território destruído? De que forma iríamos relatar as experiências de uma comunidade que estava às margens da história oficial, inclusive da história da UHE de Estreito, e corria perigo de esquecimento? Assim, o objetivo é dar visibilidade aos sujeitos impactados pelo empreendimento. Desse modo, recorreremos à pesquisa qualitativa, em que nos utilizamos da roda de conversa para a realização também das entrevistas com os denominados Mais Velhos, que eram habitantes da Comunidade Ilha de São José, mas voltados sobretudo para a história de Dona França. Autores como Djamila Ribeiro (2021), Paul Thompson (1992), Lysias Rodrigues (1945; 2001) e Kátia Flores (2009), dentre outros pesquisadores, deram embasamento ao trabalho. Tendo em vista que a história foi contada a partir das memórias dos moradores da antiga comunidade, o resultado da pesquisa é concernente à preservação destas histórias na sociedade.

Palavras-chave: Comunidade Ilha de São José. Ribeirinhos. Memórias.

ABSTRACT

Knowledge about some locations and their people can make more sense when people from that place are involved. Therefore, the present work is a way of giving emphasis to a group of people, more necessarily, the riverside people of the São José Island Community, in which Dona França is the protagonist of this research, as she is someone with relevance in the history that was known in some cases by only one version. We therefore highlight that hydroelectric plants are seen as progress for society, but for some groups they are only seen as a profit opportunity for people who do not think about nature and the well-being of many people. Therefore, the problem of this research arose from questions arising from a riverside perspective: how can we talk about a community that had its space-territory destroyed? How would we report the experiences of a community that was on the margins of official history, including the history of the Estreito HPP, and was in danger of being forgotten? Thus, the objective is to give visibility to those impacted by the project. Therefore, we resorted to qualitative research, in which we used conversation circles to also carry out interviews with the so-called Elders, who were inhabitants of the São José Island Community, but focused mainly on the history of Dona França. Authors such as Djamila Ribeiro (2021), Paul Thompson (1992), Lysias Rodrigues (1945; 2001) and Kátia Flores (2009), among other researchers, provided the basis for the work. Considering that the story was told based on the memories of the residents of the old community, the result of the research concerns the preservation of these stories in society.

Keywords: São José Island Community. Ribeirinhos. Memories.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Localização da Ilha São José.....	42
Figura 2 - Ilha de São José, vista por satélite.....	43
Figura 3 - Árvore genealógica de Dona França.....	60
Figura 4 - Mapa de Imigração dos primeiros moradores da Ilha São José	74
Figura 5 - Mapa da demarcação da Ilha, depois da enchente de 1980	87
Figura 6 - Mapa da demarcação da Ilha, depois da enchente de 1980	88
Imagem 1 – Pesca de linhada abaixo da Hidrelétrica de Estreito	25
Imagem 2 - Conversas e afazeres na Comunidade Ilha de São José em julho de 1990	30
Imagem 3 - Roda de conversa realizada na casa do Seu Bander em setembro de 2018	31
Imagem 4 - Quintal de Gedean Pereira de Carvalho fotografado no final de 2008 ...	44
Imagem 5 - Porto do Raimundinho Novato, fotografado em 1990	45
Imagem 6 - A Ilha de São José fotografada da serra do brejinho com vista para a Ilha de São José.....	49
Imagem 7 - Serra do Coelho à esquerda, e à direita a serra do Brejinho	50
Imagem 8 - Roda de conversa realizada pela Família Novato na Ilha de São José, em julho de 1990	55
Imagem 9 - Fotografia do quintal de Dona França, dia 15 de janeiro de 2023	63
Imagem 10 - Casa de Dona França em terra firme, dia 15 de janeiro 2023	69
Imagem 11 - Em pé Dona Iraci, irmã de Dona França, que está sentada	85
Imagem 12 - Modelo de casas na Comunidade Ilha de São José	92
Imagem 13 - Modelo de casa no reassentamento Baixão	93

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CELG	Central Elétrica de Goiás
CESTE	Consórcio Estreito Energia
CPFL	Companhia Paulista de Força e Luz
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INTERTINS	Instituto de Terras do Estado do Tocantins
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MA	Maranhão
PA	Pará
UFNT	Universidade Federal do Norte do Tocantins
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UHE	Usina Hidrelétrica

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	13
1 DO PESQUISADOR E DOS SUJEITOS DA PESQUISA: CAMINHOS METODOLÓGICOS, O LUGAR DE FALA E DIÁLOGO	21
2 COMUNIDADE ILHA DE SÃO JOSÉ: O ESPAÇO-TERRITÓRIO DE DONA FRANÇA	37
2.1 Localizando o espaço-território da ilha de São José	38
2.2 A narradora no/do espaço-território	52
3 DONA FRANÇA: A GENEALOGIA DE UMA MULHER RIBEIRINHA.....	59
3.1 Família paterna: os Novatos.....	59
3.2 Família materna: os Coelho.....	65
3.3 Resistência e memória	67
4 DONA FRANÇA E A NARRATIVA DOS DESASSOSSEGOS: DA FORMAÇÃO DA COMUNIDADE ILHA DE SÃO JOSÉ AO FIM DO ESPAÇO-TERRITÓRIO	71
4.1 Os desassossegados e a formação da comunidade na ilha de São José ...	71
4.2 Primeiras relações com os poderes estabelecidos	78
4.3 Desassossego: a luta pelo espaço-território	81
4.3.1 O suposto dono da Ilha de São José.....	81
4.3.2 O cercamento e a luta pelo uso comum da terra	84
4.3.3 A UHE de Estreito e a destruição do espaço-território.....	89
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS	98
ANEXOS	101

APRESENTAÇÃO

O conhecimento da história não está limitado aos livros; e não se desassocia da cultura dos povos. Partindo disso a presente pesquisa articula o científico e a memória de pessoas que deram mais veracidade à proposta inicial deste trabalho. Tendo em vista que se trata de um trabalho acadêmico, com relatos de personagens que protagonizaram a realidade estudada, o encontro desses dois saberes uma narrativa transdisciplinar.

Por se tratar de uma pesquisa que remonta a um local e às pessoas que o habitaram, consideramos torná-los protagonistas a partir do título, tratando os pormenores em cada capítulo. Vimos ainda que, por ser uma das pessoas que mais conhecimento tinha sobre nosso objeto de pesquisa, e que muito contribuiu para o estudo, o nome de Dona França seria destaque para as futuras gerações, não somente na memória, mas em evidências históricas. Desse modo, o título *Dona França e a Ilha de São José: diálogo entre conhecimento acadêmico e ribeirinho*, é uma forma de homenagear aqueles que lutaram e lutam por seus direitos.

Alguns dos nomes serão ditos inicialmente, mas suas histórias serão contadas no decorrer deste trabalho, inclusive a sua genealogia, de modo a compreender a relevância de suas histórias na Ilha de São José, e como a implantação da hidrelétrica impactou a vida de todos os moradores deste local.

Ressalto ainda que, embora sendo um trabalho científico, permitimos em alguns momentos utilizarmos da fala regional ou ribeirinha, para que a memória da fala também seja evidenciada na escrita, podendo contribuir ainda para a compreensão e subjetividade de pessoas que se identificam com o contexto histórico desta pesquisa, inclusive com a minha história.

Lembro-me da última vez em que pisei em terra firme na comunidade Ilha de São José, foi no ano de 2007, no mês de janeiro. Morava em Goiânia/GO e tinha vindo passar uns dias na região. A primeira parada foi na casa da minha mãe em Araguaína/TO, depois fui a Estreito/MA, Porto Franco, do mesmo estado, e por último, na região onde ficava a ilha (hoje submersa pela água do lago).

Como era de costume quando viajava para a região, ficava na casa que era dos meus avós, onde há muito tempo residem meus primos. Essa casa fica (pois ainda resiste ao tempo), no estado do Tocantins, do lado esquerdo da ilha alagada. De lá

organizava as visitas aos muitos parentes que residiam nas redondezas, eram percursos próximos, por isso fazíamos a pé, às vezes em canoas.

Descemos as ladeiras e ribanceiras até chegar na casa do tio Getúlio. Esta ficava localizada a poucos metros do rio Tocantins e onde desaguava o córrego Brejão, mas foi tomada pelo lago. De seu quintal dava para avistar as praias que se formavam no braço esquerdo da ilha, como também as águas do Brejão desaguando no rio. Em resumo, a vista era uma das mais belas que meus olhos já viram.

Atravessamos as poucas águas, mesmo a pé para chegarmos à Comunidade Ilha de São José. Nessa parte da Ilha, no verão, formavam grandes praias, com isso, atravessávamos para a Comunidade Ilha de São José caminhando. O destino era a casa do tio Raimundinho e tia Adelaide, que ficava na ponta de baixo da comunidade. Enveredamos pelo caminho que ligava as pequenas propriedades, podendo observar o lugar onde já foi morada da minha mãe.

Já na casa do tio Raimundinho me contaram sobre a construção da hidrelétrica próxima à cidade de Estreito - MA. No momento pensei ser só mais uma especulação, pois quando criança ouvia meus pais falarem sobre o represamento do rio, e que isso afetaria nossa chácara que ficava às margens dele, próximo à cidade citada.

De fato, não eram boatos, pois a empresa tinha feito o estudo de viabilidade do projeto que foi publicado no final de 2001¹, dando condições para a construção da hidrelétrica. De modo que, em novembro de 2010 fecharam as comportas da hidrelétrica de Estreito. Com isso, deu-se início à formação do lago com reservatório de 590 km² de superfície e 434 km² de terras inundadas, entre elas toda Comunidade Ilha de São José.

O lugar onde viviam 74 famílias, mais de 300 pessoas, agora era o fundo do lago e morada de peixes. A comunidade havia sido desterritorializadas e seu espaço-território destruído. Contudo, empenho-me desde 2017 quando ingresso na academia no curso de História a contar escrevendo um pouco da comunidade em questão, com o objetivo de dar visibilidade aos sujeitos impactados pelo empreendimento. Neste sentido, esta dissertação, a partir do diálogo entre conhecimento acadêmico e popular, pressupõe a possibilidade de realização de uma pesquisa transdisciplinar, que procura colocar em diálogo sem hierarquia essas duas matrizes de saberes. Também, por outro lado, traz as memórias do pesquisador que, confrontadas com a bibliografia

¹ Ver no site: <https://www.uhe-estreito.com.br>

e com a memória dos entrevistados, ajuda na descrição do espaço-território destruído pelo UHE de Estreito.

Quanto às empresas que são as protagonistas da destruição da comunidade e de seu espaço-território, não aprofundaremos sobre estas, haja vista que o foco está voltado para os ribeirinhos e as suas memórias e saberes sobre os acontecimentos em torno das construções das hidrelétricas, bem como sobre as suas vivências antes e depois da instalação destes empreendimentos. Ademais, outras obras já contaram a versão destes empreendimentos, sem a perspectiva dos moradores.

Mas também porque as empresas produzem e divulgam a sua própria memória dos acontecimentos. Durante a pesquisa tivemos contato com obras escritas que visam ressaltar a importância das usinas. Portanto, trataremos de duas, que percebemos ter ligação direta com o empreendimento que destrói o espaço-território aqui em questão. São elas: *Estreito o novo cenário da água*, que foi publicada em 2012 (dois anos do fechamento das comportas da UHS de Estreito), com realização do Consórcio Estreito Energia (CESTE), com participação de grandes empresas: Tractebel Energia², Vale S.A., Alcoa Alumínio S.A. e a InterCement empresa líder na produção de cimento no Brasil por meio das marcas Cauê, Goiás e Zebu e *O Rio Tocantins no olhar dos viajantes paisagem, território e energia elétrica*, obra organizada pelo Centro da Memória da Eletricidade no Brasil e tem como parceiros: a Eletrobrás juntos com Eletronorte e Furnas, Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL), geração que tem ligação com produção de energia em oito Usinas Hidrelétricas (UHE), CESTE e Tractebel Energia.

Na obra *Estreito, o novo cenário da água*, traz dentre muitos estudos, os que ressaltam a bacia do rio Tocantins e seus afluentes, o clima regional e local e outros que se referem à preservação das áreas de proteção permanente. Percebemos que toda obra está pautada em uma linguagem científica que tende a dialogar com áreas afins. O prefácio da obra foi escrito pelo diretor presidente do CESTE na época, José Renato Ponte, fala que tal obra visa atender o meio técnico-científico e a sociedade

² A Tractebel, que se tornou Tractebel, é a herdeira da *Compagnie Mutuelle des Tramways*. A aliança da *Compagnie Générale pour l'Éclairage et le Chauffage par le Gaz*, criada em 1862, a *Société Générale des Chemins de Fer Économiques* (1880) e a *Société Générale Belge d'Entreprises Électriques* (1895) darão início à Tractebel em 1929. Essa e mais informações pode ser encontrada na página da empresa na internet. Acesso dia 28-05-23 <https://tractebel-engie.com.br/pt/a-historia-da-tractebel>.

e, que ela serve para mostrar que é possível aliar desenvolvimento e educação ambiental e social. Assim, o texto ressalta que:

Este livro, uma iniciativa do Consorcio Estreito Energia (CESTE), cumpre dois objetivos básicos: entender os efeitos da modificação do curso das águas do médio Tocantins com a implantação do AHE Estreito e transmitir à comunidade técnica-científica e à sociedade em geral a experiência e os conhecimentos adquiridos com os programas ambientais implementados (Netto, 2012, p. 12).

Não é a intenção desse trabalho medir o quanto a formação do lago pode ter alterado as águas do Rio Tocantins com dados técnicos. Nossa indagação está pautada nos saberes dos que há muitas gerações viveram às suas margens. Dona França falava que as hidrelétricas construídas no curso do Rio Tocantins já vinham mudando o ciclo da água do rio, que as cheias já eram inesperadas e que os grandes cardumes de peixes já não existiam.

Quando a questionávamos sobre o rio, respondia sempre que o “O rio. O rio era bom, tinha muito peixe e era fundo”, e que os pescadores da Comunidade Ilha de São José tinham o conhecimento de onde estava o peixe:

Bernaldino eu conhecia os Léia tudo daqueles de lá, moraram eles... moraram na Ilha. Pescador que sabe onde, o peixe que tem ai, chegava diz que dizia para os outros: bem ai nesse lugar, tem peixe fulano, sicrano, beltrano tudinho tá tudo ai, pode jogar a tarrafa... jogava a tarrafa pegava os peixes que ele tinha dito tudinho, [nesse momento o trem passa, a linha férrea fica uns 30 metro de sua casa], ele era pescador eles eram pescador ele e o Generaldo irmão dele, tem o Generaldo, tem o Piruta, tem o Aprijo que já morreu (Francelina Coelho de Sousa, entrevista oral, 14 setembro de 2018).

Foi sob a luz desses saberes que o trabalho foi desenvolvido, e nós afirmamos que com a construção da hidrelétrica, muitas espécies de peixes que antes era comum pescar no rio Tocantins, desapareceram. Com o lago que se formou, muitos animais perderam seu habitat, como os peixes que viviam nas corredeiras: cachorras, pacus etc. Da mesma forma, muitas árvores nativas da região são cada vez mais difíceis de serem encontradas. Seu Valdir, morador do Município do Estreito há mais de 70 anos, tem uma propriedade às margens do lago. Quando perguntamos se ainda sabe onde fica o leito do rio, aponta-nos para o centro do lago e diz “fica depois daquele cemitério de árvores”, referindo-se às arvores mortas pelo lago.

Seu Raimundo, irmão de Dona França, previa a destruição do seu espaço-território e já falava que os peixes já não eram na mesma abundância de antes.

Mesmo assim, como o rio estava, deixava claro o amor que tinha pelo rio, pelo lugar em que vivia.

Gosto daqui. Faço como o outro, eu nasci e me criei na beira do Tocantins, porque que eu não gosto? Eu amo o Tocantins, pelo menos o Rio Tocantins. Porque hoje até a terra é Tocantins, num é? Mas eu amo a água do Rio Tocantins. Nasci e me criei banhando quase nele todo dia, toda hora, pescando, no tempo que tinha peixe. Hoje em dia, o povo fala em pescar, vai bate o caniço todo dia num pega uma piaba (Entrevista realizada em 2008, pela equipe do Neto Borges).

São esses os saberes, os modos de vida que os empreendimentos invisibilizam. As obras patrocinadas pela UHE de Estreito tentam legitimar a usina. O *Rio Tocantins no olhar dos viajantes paisagem, território e energia elétrica*, além de fazer esse papel de panfletagem da usina, usa os dados dos relatórios levantados por ela. Um exemplo disso é quando cita parte do relatório do Consórcio Nacional de Engenheiro Consultores, que diz

A água do rio utilizada para consumo, muitas vezes sem quaisquer tipo de tratamento, sistema de esgoto inexistente, destino inadequado do lixo, casas na maioria de taipa, e muitas mal construídas, conforto interno, combinam para retratar condições inadequadas de habitabilidade dos moradores. Condições essas que têm um rebatimento direto nos níveis de saúde e na qualidade de vida dos moradores (Consórcio Nacional de Engenharia Consultores. Relatório..., 2001, v.5: 175) (Cabral, 2013, p. 391).

A citação na obra está relacionada às cidades ribeirinhas que serão empacotadas pelo lago da UHE de Estreito. Essas cidades seriam Estreito e Carolina, ambas do estado do Maranhão. Esta citação ressalta a falta de estrutura da cidade e com isso justificava a construção da hidrelétrica, pois não teria o que ser destruído. O mais absurdo é ao descreverem as habitações dos ribeirinhos, eles se referem a “campo”, descrita por eles com mais “precárias que as das cidades” (Cabral, 2013), conforme citação abaixo:

As casas são de matérias simples, obtidos no próprio imóvel, como a taipa (55%), a palha (27%), e madeira (7%). As construções de alvenaria representam apenas 10% do total. A quase totalidade dos domicílios (95%), não conta com eletricidade, o mesmo ocorrendo com as linhas telefônicas. No geral, o esgoto corre a céu aberto, da mesma forma como o lixo doméstico não é armazenado adequadamente, e o seu destino final mostra-se variado queimado, enterrado, jogado no mato” (Consórcio Nacional de Engenharia Consultores. Relatório..., 2001: 61). (Cabral, 2013, p. 391).

Com isso, pretendemos mostrar no decorrer desta dissertação, os aspectos que configuram um estudo de parte da história da comunidade, em diálogo com a perspectiva dos moradores de um lugar que foi devastado pela ganância do grande capital com apoio de agentes públicos. Moradores que ainda precisam que suas vozes sejam ouvidas e de oportunidade para recorrerem a seus direitos e narrar suas memórias.

Durante a pesquisa e o diálogo com o Mais velhos e com outros interlocutores percebemos que a história da comunidade estava, para esses narradores, a categorias como sossego e desassossego. A ilha era um lugar de vida boa, fartura e sossego. Mas o processo inicial de sua formação, as migrações daqueles que se tornaram as famílias de Dona França, foram atravessados por processo de conflito político e territorial que atravessam a história regional, disputas entre coronéis, expulsões de camponeses por fazendeiros, secas e migrações intergeracionais. Essas disputas, por outro lado, acabaram por chegar à Comunidade Ilha de São José, primeiro com fazendeiros que grilam a terra e tentam expulsar os moradores, depois com as perturbações e mudanças no modo de vida ocasionados pelo cercamento das terras por parte do Estado. Por fim, ocorreu a destruição do espaço território pela UHE de Estreito. Esses eventos, também, foram marcados como exemplos de desassossegos, desestabilização do modo de vida e deslocamento populacional para espaços historicamente alheios à comunidade.

Sendo assim, o trabalho está dividido em quatro capítulos, além da apresentação e considerações finais. No primeiro capítulo, intitulado *Do pesquisador e dos sujeitos da pesquisa: caminhos metodológicos, o lugar de fala e diálogo*, são apresentados os porquês da proposta, sobretudo as questões da ancestralidade, a relação de saberes dos antigos e sua contribuição na contemporaneidade, bem como a importância para a posteridade. Destaco ainda, minha relação com o local que foi essencial na minha relação com a natureza e meu envolvimento com a História.

Autores como Katiúscia Ribeiro (2020), e sua fala sobre a ancestralidade, Paul Thompson (1992) e a relevância da entrevista como metodologia, bem como a roda de conversa, embasaram o primeiro capítulo. Além de outros estudiosos que contribuíram para a completude do capítulo 1. O entendimento inicial sobre a história de alguns moradores, fortaleceu o lugar de fala daqueles que precisam de atenção para as suas necessidades, que nem sempre são materiais, mas também simbólicas e afetivas.

O capítulo 2, *Comunidade Ilha de São José: o espaço-território de Dona França*, contempla a localização e como nossa interlocutora o percebia. Ressaltamos também que muitas dessas descrições do espaço-território e do cotidiano são da memória vivenciada e herdada através de rodas de conversa por esse autor que como ressalta é um ribeirinho.

Decerto foram anexados materiais que mostram o local que marcou a vida de alguns dos entrevistados, e que tornaram o trabalho mais saudoso, com os registros da Ilha. Rodrigues (1945) e Flores (2009) são alguns dos autores que destacaram a história do rio Tocantins, que no decorrer deste trabalho é engrandecido, apesar de hoje ter problemas que o limitam na sociedade, sobretudo a ribeirinha.

No capítulo 2 ainda, são apresentados as primeiras entrevistas e os momentos de roda de conversa que foram essenciais para a fala de todos, principalmente de Dona França. Nos encontros foram gravados os áudios e posteriormente transcritos. O que rendeu mais liberdade para quem inicialmente conduziu, mas que depois foi envolvido pelas longas conversas.

Já no capítulo 3, *Dona França: a genealogia de uma mulher ribeirinha*, descrevemos um pouco da trajetória de vida de Francelina Coelho de Sousa. Dona França era filha das duas maiores famílias da região onde ficava a Comunidade Ilha de São José, e viveu desde sua infância na comunidade, sendo referência dos moradores como guardiã da memória da comunidade. Portanto, o capítulo que lhe é devido, destaca a importância do conhecimento dos sujeitos na construção da História.

Os Novatos e os Coelhos passam a ser conhecidos e a história destes é fundamental para a formação do lugar e da existência de Dona França. Sua árvore genealógica é criada também e apresentada neste capítulo para a compreensão de todos, além de deixar como registro para as futuras gerações que estudam a vida dos ribeirinhos e da Ilha.

Para finalizar, o capítulo 4, sob o título *A relação de Dona França com a Comunidade Ilha de São José: da chegada dos desassossegados ao fim do espaço-território*, aponta os principais óbices enfrentados pelos moradores da Ilha de São José. Destacamos que a construção da hidrelétrica não foi o único problema que estes enfrentaram, mas foi o maior.

As entrevistas nesta seção são maiores, pois detalhadamente somos levados à compreensão das lutas das comunidades tradicionais, que viveram muito tempo e

que foram obrigadas a deixarem a Ilha. É a partir das questões levantadas que somos compelidos a desenvolvermos uma empatia pelos moradores da antiga comunidade, e só assim compreendemos o lado dos Mais Velhos, quando suas versões ainda tendem a ser silenciadas.

Destaco que a pesquisa não iniciou necessariamente com minha história, pois outros já tinham passado pelo mesmo lugar que aproveitei na minha infância, mas foi a partir do meu conhecimento que ela também se tornou conhecida para outros. Por isso, a partir da difusão da história da Ilha de São José, mais especificamente dos habitantes que ali viveram, a memória deve ser preservada para que outros tenham voz e oportunidade.

É a partir desse pensamento que a história da Ilha de São José e de Dona França merece um diálogo entre conhecimento acadêmico e ribeirinho.

1 DO PESQUISADOR E DOS SUJEITOS DA PESQUISA: CAMINHOS METODOLÓGICOS, O LUGAR DE FALA E DIÁLOGO

Sujeito e objeto fazem parte de uma totalidade processual de tal modo densa, que, já no processo de produção do saber, não se pode reconhecer o objeto sem o sujeito e, pela mesma razão, o sujeito sem o objeto (Hissa, 2009, p. 71).

Sou um homem ribeirinho formado na Ilha de São José e suas imediações.

Depois de anos vivendo longe do rio, reconectei-me com minha ancestralidade, de uma forma que ainda não tinha acontecido, a partir do curso de História na Universidade Federal do Tocantins (UFNT). Sabia que eu sentia algo, não sei se imaginário, mas era algo bom quando estava nas redondezas de onde minha ancestralidade fixara morada por volta de 1845.

Hoje sei que o cheiro, gosto, sensação de bem-estar, quando estou onde minha tataravó, bisavó, avós e mamãe nasceram, pode ser explicado. Os sentidos ativam minha memória e me permitem me conectar com a minha ancestralidade naquele espaço-território, de modo especial, através da memória dos meus Mais Velhos.

Esse texto é o resultado dos diálogos com os Mais Velhos da minha comunidade. A minha inserção no espaço acadêmico fez com que eu percebesse que a ancestralidade está além de sabermos sobre nossos antepassados ou sobre o caminho por eles percorrido.

Os saberes, esses que nos forjam, vivem por várias gerações atravessados pela oralidade e práticas cotidianas. Ancestralidade é viver, é sentir, é se encontrar, permitir-se, reconhecer-se no espaço onde outrora nossos Mais Velhos viveram, reconhecendo e valorizando seus saberes. Saberes que trazem nas experiências da vida, e nos permite compreender a nossa existência.

Concordo com a pesquisadora e filósofa Katiuscia Ribeiro (2020), quando diz:

Ancestralidade é mais que uma reflexão, ancestralidade é um princípio filosófico que rompe os muros da academia e chega até a cadeira de sua avó ou de seu avô como voz de sabedoria que conta através de suas oralituras – leituras de oralidade – a compreensão da sua existência (Ribeiro, 2020, *online*).

Sou ribeirinho e escrevo a partir do meu corpo, trajetória e vivências ou como a Djamila Ribeiro (2021), diz: do meu lugar de fala. Reconhecer que escrevo a partir

desse lugar, significa ter a consciência que este texto resulta do cruzar intencional do conhecimento comunitário e acadêmico, com a bibliografia lida e com as memórias ribeirinhas através das narrativas dos sujeitos que transformaram aquele espaço biofísico em seu território, e que tentam manter viva a cultura que herdaram de suas ancestrais, buscando nela as respostas aos problemas da vida, seja ao tratar uma enfermidade, seja ao enfrentar uma luta política.

As comunidades hoje denominadas tradicionais, em muitos casos, são silenciadas por agentes que representam os grandes empreendimentos econômicos e o Estado – vários dos interlocutores com quem dialoguei nas minhas pesquisas sobre a UHE de Estreito, nesses últimos 6 anos, relatam o assédio que sofreram por parte desses agentes. Em diversos momentos, esse assédio foi manifestado como tentativa de silenciar a Comunidade Ilha de São José como espaço coletivo, de onde emergia um discurso válido sobre o processo de construção de usinas na Amazônia.

Por isso vejo em minha formação acadêmica (graduação e mestrado) uma maneira de polemizar esse silenciamento, abrindo espaço de visibilidades à comunidade que existia na Ilha de São José. O espaço biofísico não existe apenas nas imagens fílmicas, fotografias e nas memórias dos ex-moradores. Mas grande parte das pessoas que formavam a comunidade está viva e tem coisas a dizer, e nós o dever ético de oportunizar escuta e de abrir diálogo.

Por outro lado, tenho ciência de que o fato de ser da comunidade não me dá um lugar de autoridade, de falar por ela. Por todas e todos com quem vivi e com quem dialoguei. Ter uma longa vivência lá, o fato da maioria das pessoas compartilharem comigo a ancestralidade, não era o bastante para escrever sobre a Comunidade Ilha de São José.

Para Djamila Ribeiro (2021), o lugar de fala possui um componente político de luta. Nessa perspectiva, a autora acrescenta que:

Assim, entendemos que todas as pessoas possuem lugares de fala, pois estamos falando de localização social. E, partir disso, é possível debater e refletir criticamente sobre os mais variados temas presentes na sociedade. O fundamental é que indivíduos pertencentes ao grupo social privilegiado em termos de *locus* social consigam enxergar as hierarquias produzidas a partir desse lugar, e como esse lugar impacta diretamente a constituição dos lugares de grupos subalternizados (Ribeiro, 2021 p. 85).

Com isso vejo que é preciso, pois, problematizar o meu lugar. Mas de imediato assumir o lugar de luta que esse texto possui – ele é uma participação na luta da

comunidade pelo direito à memória e contra o esquecimento, que ela associa ao fundo do lago.

É como participante dessa luta e como membro da comunidade, portanto, que “me” escrevo dentro desta dissertação. Eu nasci no dia 15 de novembro de 1980, na cidade de Tocantinópolis - TO, na beira do Rio Tocantins, no estado do mesmo nome. Meus pais, José da Silva Santos (em memória) e Iraci Ferreira dos Santos eram ribeirinhos. Cresci às margens do Rio Tocantins e foi com ele que aprendi a nadar, a pescar, a dialogar com rio, a existir no mundo. Aprendi com meus pais, tias e tios os movimentos das águas, as cheias que fertilizavam as vazantes e enchia os lagos de peixe, tive o privilégio de navegar o rio de Carolina - MA a Estreito - MA, quando ainda o Tocantins era rio.

Eram águas livres de barramento que traziam o que meus parentes produziam nas vazantes - o rio era o caminho que ligava os pequenos produtores às cidades, e as embarcações eram o principal meio transporte. Nosso porto³ era parada para muitos barcos, fazendo da casa um ponto de apoio para parentes e amigos. Eles desciam o rio para negociar na feira de Estreito⁴ - MA, que ficava a 2 km rio abaixo.

Vivenciei ao longo da infância o vai e vem dos motores que cortavam as correntezas do rio, sem nunca imaginar que tudo aquilo um dia ia se transformar em um mundo de água parada. Em 1971, meus pais compraram uma casa em Estreito - Goiás, atual Aguiarnópolis - TO. Essa moradia ficava às margens da rodovia BR 153, do lado direito, no sentido de quem vai atravessar o rio Tocantins para o Estado do Maranhão.

Nessa residência montaram um pequeno comércio onde se comercializava parte do que era produzido nas vazantes da Comunidade Ilha de São José, como: o fumo produzido, feijão, abóbora e a amêndoa do babaçu. Eles residiram nesse lugar até 1979, quando compraram uma chácara de 3 alqueires no Estreito Maranhão, às margens do rio Tocantins. A casa serviria como ponto de apoio para os parentes que moravam à margem do rio.

³ Antes da construção da UHE de Estreito, existia uma linha comercial de transporte de passageiros que descia com frequência o rio. Por isso, todas as propriedades tinham lugar para embarque e desembarque de mercadoria e pessoas. Eram os “portos” ou fontes.

⁴ Estreito teve como pioneiro e um dos seus fundadores Virgílio Franco, isso no ano de 1909. A cidade pertence ao estado do Maranhão e faz divisa com Aguiarnópolis no estado do Tocantins. Da década de 1970 até a construção da hidrelétrica, ela era uma das principais cidades para a comercialização das mercadorias produzidas pela Comunidade Ilha de São José.

Com os saberes de manejo da terra, o casal tinha a certeza que aquela era a melhor forma de criar seus filhos, pois não passariam necessidades por falta de comida, já que a terra e o rio lhes supririam com abundância.

Foi depois do falecimento do meu pai em 27 de março de 1991 que minha mãe cogita a possibilidade de mudarmos para Araguaína. Pois via na cidade uma possibilidade de melhor estudo para mim e meus irmãos. Visto que só em 1992, após um ano do falecimento dele, ela consegue vender a propriedade. Com o dinheiro comprou uma casa em Araguaína - TO. Ela queria dar um “futuro melhor” e este só seria possível com a formação escolar.

Aos 17, mudei para Goiânia e me distanciei ainda mais do meu rio. Fui em busca de melhoria de vida. Para minha mãe, a melhoria de vida era ter uma profissão, ela não via como uma boa escolha a de lavrador, e acreditava que vivendo em um grande centro poderíamos alcançar os objetivos de ter estudo, casar e constituir uma família.

Mas lá não era meu lugar. Não perdia a oportunidade de voltar às águas do Tocantins. Foi nessa região que meus ancestrais fixaram moradia e transformando esse território, criaram raízes e cultura. Quando tinha folga da vida corrida da cidade grande, meu destino era o Norte. Meu destino era onde estavam os meus parentes e onde eu me sentia em casa. Voltava correndo.

Fazia um pouso em Araguaína na casa de minha mãe, mas, o destino desejado era os “tibungos” nas águas do Rio Tocantins, na região de Babaçulândia, na Ilha de São José ou mesmo no Estreito - MA.

Acabei me casando, mesmo vivendo em Goiânia, com uma ribeirinha, Gilmária Sousa Carvalho, filha de Estreito - MA. Ela também havia se mudado para aquela cidade a fim de cursar o ensino superior, e nos conhecemos e nos casamos. Amá-la era voltar para casa.

E de fato, em 2011, retornei com ela e nossa filha (Ana Sousa Santos), para Araguaína onde, desde então, tenho uma morada. Quando cheguei de volta à Ilha já havia sido destruída pelo lago que se formara depois do fechamento das compotas da UHE de Estreito.

Imagem 1 – Pesca de linha abaixo da Hidrelétrica de Estreito



Fonte: Acervo do autor, 2015.

Minha relação com o rio, repito, vem da minha ancestralidade. Meus pais eram ribeirinhos, e os pais dos meus pais, e os pais deles. Aprendi com os quatro anos de vida a nadar e depois a pescar. A vivência com os meus Mais Velhos: pai, mãe, tios e tias, fez com que eu conhecesse os remansos onde os peixes estavam, o lugar certo de armar a malhadeira (rede de pesca) ou de jogar o anzol. Continuo fazendo isso várias vezes por mês, como na figura 1.

Ver o rio afogado no lago, o espaço-território se acabar, suas correntezas e as vazantes, suas praias e portos, causou em mim muita tristeza. Saber que os lugares que eu vivia quando criança tinham desaparecido, visto que a água já tinha coberto em razão de em novembro de 2010 ter sido fechada as comportas da Usina de Estreito.

Com isso, ingressei no Curso de História na Universidade Federal do Tocantins (UFT) em 2017 com o objetivo de pesquisar a Comunidade Ilha de São José. A universidade me daria oportunidade de visibilizar a história da comunidade. Por meio da pesquisa acadêmica, a minha gente não seria esquecida e sua cultura poderia ter um registro nos arquivos históricos e nos textos acadêmicos por um sujeito que veio da vida ribeirinha.

Munido de certos saberes tradicionais – como que deu origem à roda de conversa descrita posteriormente – e em buscar do saber científico me enveredei na vida da Comunidade Ilha de São José.

A questão que se colocava era como falar de uma comunidade que teve seu espaço-território destruído? De que forma iríamos relatar os saberes e memórias de uma comunidade que estava às margens da história oficial, inclusive da história da UHE Estreito, e corria perigo de esquecimento?

Por alinhamento com o mundo ribeirinho, atravessado pela oralidade, escolhi a História Oral como metodologia. No início, lancei mão da técnica de história de vida, que prevê a realização de entrevistas orais gravadas com sujeitos que relatam suas trajetórias de vida, com as entrevistas transcritas e analisadas.

Com o arcabouço metodológico da História oral percebi que a fonte oral não existe apenas nas palavras gravadas. Como aponta José Carlos Sebe B. Meihy e Fabíola Holanda, logo no início do livro *Manual de História Oral*:

Convém lembrar que a palavra dita e gravada não existe como fenômeno ou ação isolada. Muito do que é verbalizado ou integrado à oralidade, como gesto, lágrima, riso, silêncios, pausas, interjeições ou mesmo as expressões faciais – que na maioria das vezes não têm registros verbais garantidos em gravações –, podem ser trabalhados para dar dimensão física ao que foi expresso em uma entrevista de história oral (Meihy; Holanda, 2019, p. 14).

Durante as entrevistas, o pesquisador pode perceber essas nuances. Por isso, é recomendado que o mesmo pesquisador que fez a entrevista, faça a transcrição; o intento é não perder esses elementos que vem agregar aos registros verbalizados e que podem estar no caderno de campo.

Às vezes, o caderno o único instrumento de registro, como ressalta Darnival Venâncio Ramos Júnior (2019), em pesquisa no Reassentamento Mirindiba:

Não havia levado o gravador e recorri a anotações em um caderno de campo. Estava disposto a usar o caderno de campo como forma de potencializar a produção de dados e não como uma técnica auxiliar da História Oral como era comumente ensinado aos historiadores (Ramos Júnior, 2019, p. 361).

Depois de contar a história da Família Novato, uma das primeiras que chegam à Ilha, em minha monografia de graduação cujo título *Ilhas de Histórias: Memórias e Narrativas da Comunidade da Ilha de São José*, optei neste trabalho por narrar a história da Comunidade da Ilha de São José a partir do diálogo central com Francelina Coelho de Sousa (1930-2021) “A Dona França”.

Os demais Mais Velhos da comunidade, como Dona Iraci Ferreira dos Santos, minha mãe, e Seu Raimundinho Novato (Raimundo Carvalho da Silva), seu irmão, são interlocutores a quem sempre recorro quando se faz necessário esclarecer algum aspecto da cultura e da história da Ilha.

A escolha de Dona França se justifica por ela ser a anciã que por mais tempo viveu na Comunidade Ilha de São José. Ela se mudou para a Ilha em 1940 e saiu em 2010.

Quando se perguntava para os ex-moradores, inclusive alguns dos Mais Velhos da comunidade, sobre algum tema, eles indicavam a Dona França. Com isso ela se tornou referência, tanto para “seu povo” como ela gostava de falar como para pesquisadores como Silva Júnior (2014).

Ela faleceu em 2021 aos 91 anos de idade, mas deixou sua voz, sua memória nos diálogos com seu povo e nas entrevistas que concedeu a pesquisadores. As entrevistas que realizamos com ela, três no total, não obedeciam a um roteiro fixo, a exemplo de um formulário estruturado, estava mais para entrevista livre, pois eu – ou um parceiro de pesquisa – lançava uma questão e os interlocutores narravam, ora seu passado, presente e o que eles esperavam do futuro.

Li em Thompson que o uso de entrevista livre é uma forma de ter um registro mais subjetivo:

O argumento em favor de uma entrevista completamente livre em seu fluir fica mais forte quando seu principal objetivo não é a busca de informações ou evidência que valham por si mesmas, mas sim fazer um registro “subjetivo” de como um homem, ou uma mulher, olha para trás e enxerga a própria vida, em sua totalidade, ou em uma de suas partes (Thompson, 1992, p. 258).

As idas e voltas, agora como pesquisador, aos reassentamentos onde residem os antigos moradores da Ilha de São José me fizeram ter outro olhar sobre os sujeitos, compreendo melhor seus modos de vida e as estratégias para viver e produzir nesse novo espaço-território – além dos Reassentamento Mirindiba e Baixão, em Araguaína e Babaçulândia, visitava muito a região em frente de onde ficava a Ilha de São José, onde Dona França morou até seu falecimento.

Vale ressaltar que Dona França residia numa área rural próxima ao que era a Comunidade Ilha de São José, cerca de 35 km de Babaçulândia; Dona Iraci mora em Araguaína; Seu Bander morava em Carmolândia – TO; e seu Raimundinho, no

reassentamento Mirindiba, que está sob jurisdição do município de Araguaína, ficando 45 km da cidade.

A (re)aproximação aumentou o laço de confiança, reforçando o elo entre nós. Percebi que as narradoras e os narradores (Seu Bander, Seu Getúlio, Dona França, Dona Iraci e seu Raimundinho), engajaram-se com o projeto de contar a história da Ilha, seus sossegos e desassossegos, que eles temiam que fosse esquecida.

A prova desse engajamento está nas longas entrevistas que eles – os Mais velhos da Comunidade Ilha de São José – nos deram, além de imagens fílmicas e fotográficas, que nos emprestaram, e que para eles têm muito valor, pois é uma das formas de lembrar do seu passado.

As entrevistas e as aberturas de arquivos familiares antes desconhecidos de outros pesquisadores como Ramos (2019) indica, quero acreditar, que eles veem nesta pesquisa uma possibilidade de visibilizar aspectos da comunidade que outros textos deixaram à margem – como os arquivos familiares – que tivemos acesso.

Como disse anteriormente, quando comecei a pesquisa em 2017, eu pensava que conhecia a comunidade, de modo especial pelo fato de a maioria dos moradores ser parte da minha família materna, e eu ter convivido com eles durante anos. Mas o arcabouço teórico e metodológico que construí no decorrer do curso de Licenciatura em História, possibilitou-me conhecer meus ancestrais, situando-nos nas suas próprias complexidades sociais e políticas.

O cruzamento de matrizes discursivas distintas, a memória pessoal, as entrevistas em História oral, a bibliografia especializada sobre o tema etc., já presentes na monografia de graduação se aprofundam agora. Inclusive, porque a pesquisa ensina pesquisar (Ramos, 2019). Nesse sentido ficou claro para mim essas transformações que ocorreram de quando iniciei os estudos sobre a Comunidade Ilha de São José até o presente momento. Como também ressalta Dernival Venâncio Ramos Júnior:

No início, eu não imaginava o quanto aqueles encontros (trans)formariam o meu modo de pensar a relação entre sujeitos em uma situação de pesquisa, mas hoje estou convencido de que é preciso trazer para dentro da História Oral a discussão epistemológica e pensar, ainda, em uma ética que oriente a nossa relação enquanto pesquisadores com esses sujeitos e saberes (Ramos Júnior, 2019, p. 360).

Proponho-me a dar continuidade à problematização e cruzamento de matrizes discursivas dentro do Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCULT), mestrado interdisciplinar que permite experimentos como esse, definidos por Pombo (2005), como interdisciplinaridade.

(...) a interdisciplinaridade se deixa pensar, não apenas na sua faceta cognitiva - sensibilidade à complexidade, capacidade para procurar mecanismos comuns, atenção a estruturas profundas que possam articular o que aparentemente não é articulável - mas também em termos de atitude - curiosidade, abertura de espírito, gosto pela colaboração, pela cooperação, pelo trabalho em comum. Sem interesse real por aquilo que o outro tem para dizer não se faz interdisciplinaridade (Pombo, 2005, p. 13).

Esses saberes da universidade com a interdisciplinaridade do programa do mestrado (história, geografia, psicologia, direito e outros), quando mobilizados para estabelecer esses diálogos com os saberes de fora, no caso da comunidade em questão, podemos compreender como transdisciplinares. Portanto, o espaço institucional possibilitou ainda, experimentos metodológicos como a entrevista coletiva que realizamos no dia 15 de setembro de 2018, que abordaremos adiante.

Dona França, falecida em 11 de março de 2021, deixou muitos dos seus saberes registrados em entrevista. Durante a pesquisa, entrevistamos Dona França três vezes, totalizando mais de 5 horas de gravação. Ainda temos uma hora e trinta minutos de gravação com ela, além de cerca de duas horas com seus filhos, fornecidas pelo cineasta Neto Borges⁵, totalizando cerca de 6,5 horas de entrevistas individuais.

Mas havia ainda a busca por valorizar os saberes artesanais. Não apenas o conteúdo desses saberes, mas as suas formas de transmissão. Juntos, pesquisador e sujeitos da pesquisa, já citados neste, participamos de momentos de troca de saberes, em que através de nossas memórias e narrativas nos possibilitou contar através dessas escritas aspectos do modo de vida da Comunidade Ilha de São José.

Mas pesquisadores podem estabelecer parcerias mais profunda com os seus interlocutores, em um nível metodológico. As lógicas culturais locais, se articuladas às práticas acadêmicas, podem potencializar a própria ciência e seus métodos.

⁵ Antônio Borges Neto. Cineasta documentarista formado pela Universidade de Paris X de Nanterre, coordenador e diretor dos registros fílmicos do projeto Ilha de São José – Banco de Imagens pelo Edital público realizado pelo IPHAN no ano de 2009.

Por esse motivo, além das entrevistas individualizadas, também, fizemos entrevista coletiva, organizada na forma de roda de conversa. Ao longo da pesquisa nos arquivos familiares, descobrimos várias imagens que mostravam conversas em roda. De modo especial, durante certos afazeres coletivos artesanais, como a debulha do feijão.

Imagem 2 - Conversas e afazeres na Comunidade Ilha de São José em julho de 1990



Fonte: Acervo de Doracy Pereira Carvalho

Resolvemos propor uma roda de conversa para os Mais velhos da Comunidade Ilha de São José, que foi realizada no dia 15 de setembro de 2018 na casa do Senhor Bander (Josué Pereira de Carvalho), na cidade de Carmolândia - TO. Seu Bander, como era conhecido, era tio de Dona França, também presente na roda de conversa, com sua irmã Iraci Ferreira dos Santos e seu irmão Raimundim Novato (Raimundo Carvalho da Silva).

Eles aceitaram participar da roda de conversa e ela se tornou um momento de produção de uma narrativa coletiva. Conforme relata Santos (2020):

Um elemento importante, na roda de conversa, foi o fato de que eles narraram, a todo momento, dialogando e ancorando-se nas memórias uns dos outros. Perguntavam o que não lembravam ou sabiam, assim, foram construindo uma narrativa coletiva que, além de ouvida e registrada pelos pesquisadores, teve a escuta atenta de 3 gerações da família que se fez presente (Santos, 2020, p. 19).

Além dos quatro Mais Velhos da comunidade e eu, estavam presentes mais três pesquisadores da UFT (atual UFNT): Dernival Venâncio Ramos Júnior, Bruna da

Silva Cardoso e Plábio Marcos Martins Desidério. Inspirados na metodologia da História Oral, a roda foi gravada e transcrita.

As histórias de vida narradas durante a roda de conversa possibilitaram construir o perfil sócio-histórico dos narradores e conhecer a trajetória da Comunidade Ilha de São José e de muitos de seus moradores, e que serão referidos ao longo desta dissertação. Neste sentido, os resultados da roda se assemelham ao que Thompson (1992) afirma:

A presença de outra pessoa na entrevista não só inibe a franqueza, como exerce uma sutil pressão no sentido de um testemunho socialmente aceitável. Felizmente, porém, nem tudo é desvantagem. Um velho casal, ou um irmão e uma irmã, frequentemente proporcionarão correções de informação positivamente úteis. Pode ser também que cada um estimule a memória do outro. Esse efeito acentua-se ainda mais quando se reúne um grupo maior de pessoas idosas. Nesse caso, haverá uma tendência muito mais forte, do que provavelmente, de que se apresentem generalizações a respeito dos velhos tempos; mas como eles discutem e trocam histórias uns com os outros, podem surgir alguns insights fascinantes (Thompson, 1992, p. 266).

Na imagem 3 estão aqueles que chamo neste trabalho de Mais Velhos da Comunidade Ilha de São José. Consideramos essas pessoas – porque eram assim reconhecidas e se reconheciam – como os guardiões da memória da Comunidade Ilha de São José.

Imagem 3 - Roda de conversa realizada na casa do Seu Bander em setembro de 2018



Fonte: Acervo do autor, 2018.

Na imagem 3, da direita para a esquerda estão: Josiel, Seu Raimundinho, Seu Bander, Dona Iraci, Francisca Ferreira dos Santos (filha de Dona Iraci) e Dona França.

Mesmo destacando a dimensão coletiva da narrativa construída durante a roda de conversa, apresento um pouco da trajetória de cada um dos narradores, no intuito de localizá-los neste trabalho.

Começamos com Seu Bander (Josué Ferreira de Carvalho), que faleceu dia 06 de junho de 2022, com quase 100 anos e era o mais velho vivo da família dos Novatos. Nascera aos arredores da Comunidade Ilha de São José no dia 22 de novembro de 1922, no Estado de Goiás, hoje Tocantins. Ele está sentado no centro da imagem, vestido de camisa branca, por ter sido o anfitrião – a roda de conversa aconteceu em sua casa – e também por ser o mais velho da família entre os entrevistados.

Seu Bander era tio de Dona França e dos demais que participaram da roda de conversa. Seus pais foram Manoel da Paciência e Ana Ferreira Virgulino. Ele nasceu no dia 22 de novembro de 1922, na região próxima da Ilha de São José, antigo Norte Goiano, atual estado do Tocantins. Casou-se com Regina Rodrigues de Carvalho, morou por muitos anos próximo do Rio Brechão, trabalhou como lavrador e garimpeiro. Comprou uma pequena propriedade numa região próxima a Xambioá, onde criava gado. Não teve filhos biológicos, mas adotou três: José Ferreira de Carvalho, Lindalva Ferreira de Carvalho e Iolanda Ferreira de Carvalho. Viveu até os seus 99 anos na cidade de Carmolândia – TO, sozinho numa casa, mas próximo ao seu filho José que reside numa casa ao lado. Faleceu em 2022.

Do lado direito de Seu Bander, está Dona Iraci, irmã de Dona França por parte de pai. Iraci Ferreira dos Santos é filha de José Ferreira Carvalho (José Novato) e Quitéria Germano da Silva, sendo a caçula do casal, nasceu na região próxima à Ilha de São José, no dia 10 de março de 1940. Com 26 anos se casou com José da Silva Santos (Zé Coelho), que já morava na Comunidade Ilha de São José. Esse era viúvo com 8 filhos. Dessa união tiveram mais 7 filhos, e ela cuidou de 15 filhos e afilhados, filhos da primeira união do seu Zé Coelho.

Ela mantém um forte apego com o lugar onde nasceu. Atualmente, o lugar é de propriedade de seus sobrinhos Domingos Costa da Silva e Doreny Pereira Carvalho, que residem na casa em que ela nasceu. Mesmo depois de quase 14 anos que o lago cobriu a Ilha, ela relata que ainda tem muita tristeza quando olha para onde ficava sua primeira moradia depois de casada.

Como nos contou: “*eu não gosto nem de olhar pra lá [se refere o local onde ficava a Comunidade Ilha de São José], de jeito nenhum, principalmente lá em casa. Meu Deus do céu*” (Iraci Ferreira dos Santos, entrevista oral, 14 setembro de 2018).

Ainda seguindo a imagem, do lado direito de Dona Iraci está Dona França. Para não ficar repetitivo não falaremos nesse momento dela, pois trazemos no *capítulo 2 – Dona França: a genealogia de uma mulher ribeirinha*, um pouco mais detalhada a sua trajetória de vida. Nomeamos Dona França como a principal narradora pelo tempo que ela viveu na comunidade e pelo respeito que os demais moradores tinham por ela, considerando-a uma referência para todos que queria saber sobre a história da Comunidade Ilha de São José.

Do lado esquerdo de Seu Bander e sem camisa, estava seu Raimundinho (Raimundo Carvalho da Silva) irmão de Dona Iraci por parte de pai e mãe, e consequentemente irmão de Dona França, por parte de pai.

Seu Raimundinho nasceu na região próxima à Ilha de São José, no dia 15 de março de 1936. Trabalhou desde menino na Ilha de São José, olhando o gado de seu pai, mas só em 28 de maio de 1958 se mudou definitivamente, quando se casou com Adelaide Pereira de Carvalho (1936 - 2021), com quem teve 14 filhos. Dona Adelaide fora para Ilha em março de 1956, para tomar de conta de um comércio que seu irmão mais velho tinha comprado na comunidade.

Depois de casado continuou com a lida do gado, e sustenta com orgulho que foi das criações que teve na Ilha de São José que fez a vida. Outra fonte de renda era o pequeno comércio que mantinham na comunidade, pois Dona Adelaide tinha jeito para o comércio e era ela quem fazia as compras na cidade de Tocantinópolis e por último na cidade de Estreito - MA, essas compras mantinham o comércio na Comunidade Ilha de São José sortido, tendo em vista que algumas mercadorias vinham por encomenda e outras de consumo diário. A residência do casal era uma das poucas casas que contava com uma geladeira, que funcionava a gás.

Do mesmo modo que foram realizados experimentos metodológicos a partir da cultura da comunidade, também senti a necessidade de dialogar com as categorias do pensamento comunitário.

A partir das suas definições e das categorias que usavam para nomear a realidade, podemos dizer que a Comunidade Ilha de São José era entendida mais que comunidade tradicional como uma terra comum, como afirma Dona França em várias conversas durante a pesquisa e em vídeo⁶ publicado nas redes sociais. Pois na década 1940, quando ela vai morar na Comunidade Ilha de São José, os que

⁶ O vídeo está disponível na plataforma YouTube: https://www.youtube.com/watch?v=Xa9_yh1WtE8 e foi acessado no dia 07 de abril de 2023.

chegavam escolhiam o lugar e construíam sua moradia; nesse mesmo período não existia cercas nem a ideia de propriedade na comunidade, o que se consolidou a partir de 1980, como afirma na entrevista:

Chegava lá na Ilha fazia sua casa onde queria e morava o tempo que queria era assim. Depois que mais pra cá que o povo pegou a fazer casa morava ali uns tempos, não queria mais e vendia. Ai foi ficando assim, que eu mesmo comprei dois locais: assim que morou queria vender e eu comprei, que era onde eu morava ali. Mas de primeiro era assim. Que a gente chegava fazia a casa da gente era a onde a gente queria, ai ninguém era dono, ninguém era nada. (Francelina Coelho de Sousa, entrevista oral, 18 agosto de 2018).

Sobre esse cercamento da terra comum e, também, sobre outros assédios, pretendemos falar mais adiante. De imediato é importante falar que estes assédios culminaram com a destruição do espaço-território (Ramos; Silva; Lucena, 2020), o que deu fim à comunidade.

Na linha do tempo que eles estabelecem, a Usina Hidroelétrica de Estreito é uma culminância do que eles chamam de desassossego. Antes dela, houve outros momentos de desassossego: a luta pelas terras com fazendeiros na década de 1950 e o cercamento, parcelamento e titulação da terra comum realizado pelo Estado de Goiás na década de 1980.

Os assédios anteriores significavam a disputa pelo espaço-território. A UHE Estreito, por outro lado, como salientam Ramos, Silva e Lucena (2020, p. 268), significou a destruição das bases da existência dos sujeitos que viviam nesse espaço-território:

Do ponto de vista do sistema ecológico-aquático da Amazônia, isso pode representar sua total desarticulação ambiental e a destruição do espaço-território de milhares de comunidades tradicionais. Somente para o rio Marañón, como é chamado o rio Amazonas no Peru, são 23 barragens planejadas. Essas 603 barragens estão conectadas a diferentes projetos de mineração, agricultura, portos fluviais, aeroportos, infraestrutura de comunicação, os quais têm o papel de fornecer energia para os empreendimentos e sua articulação com as demandas do sistema mundo de processamento de matérias-primas nos locais de sua extração (Ramos, Silva e Lucena, 2020, p. 268).

Conforme os autores, os empreendimentos supracitados visam atender interesses e demandas do Estado e do setor privado por energia e não o desenvolvimento local como eles propagam. No caso em questão, as comunidades que habitavam o “beiradão” do Rio Tocantins e que viviam há mais de cinco gerações, foram deslocadas, tirando das comunidades impactadas as formas de subsistência –

as vazantes e a pesca – destruindo seus espaços-território e com eles seus modos de vidas e costumes.

A ideia de desenvolvimento, uma das justificativas para a construção de usinas, e que é criticada pelos Mais velhos, como aponta Adila Maria Tavares de Lima (2020) não fazem parte dos resultados das UHEs. Esses grandes empreendimentos, além de não promoverem um desenvolvimento local, somente promovem uma onda de emprego temporário que ocorre durante a sua construção.

A empresa construtora movimentava economicamente a cidade, uma vez que há uma injeção de recursos por meio da circulação de capital e serviços. No entanto, passado o “boom” da construção daquele projeto, volta para uma situação de estagnação com o esvaziamento dos trabalhadores e da circulação de renda local gerado um colapso econômico (bust). Após a finalização da construção, os empregos gerados não têm continuidade e não garantem a manutenção de renda e circulação de moeda no local, os pequenos negócios criados em função da obra perdem a clientela rapidamente e, assim, entram em declínio (Lima, 2020, p.70).

Como a Comunidade Ilha de São José era afastada do centro urbano, o “boom” que Lima (2020) menciona, não contemplou os sujeitos que viviam lá. O que aconteceu foi a espera desconfortável causada pela incerteza do que os esperava. As 74 famílias foram espalhadas em 05 reassentamentos, dessa forma o empreendimento diminui os laços afetivos que eram diários para encontros esporádicos – tem reassentamentos que ficam a mais de 100 km de distância.

Outra categoria importante é a “melhora”. Frases como “a melhora prometida não veio” são formas de avaliar os espaços dos reassentamentos⁷. Vale salientar que esses espaços-território onde eles foram relocados, não têm as vazantes⁸, os cacoais e nem a abundância de peixes que o Rio Tocantins os proporcionava. Em casos como o Reassentamento Baixão, nem água potável há.

Reassentados longe do espaço-território ancestral, eles têm dificuldade em reconstruir ou reinventar o modo de vida. Os deslocamentos para espaços muito diferentes dos empreendimentos que destruíram, fazem com que muitos dos seus modos de vida sejam abandonados.

⁷ Baixão, Bela Vista e Santos Estevo no Município de Babaçulândia, São João em Palmeiras do Tocantins e Mirindiba que está na jurisdição de Araguaína, todos no Estado do Tocantins.

⁸ A vazante é a parte baixa da terra que era banhada pelas águas do rio nas cheias. Na Ilha tinha três níveis de terra: o alto onde ficavam as moradas, as uma parte mais baixa destinada para pastos e as vazantes que ficavam mais próximas do rio.

Além das perdas simbólicas, culturas agrícolas se perderam, como é o caso do cultivo do fumo, que na região estudada desapareceu, essa prática era tão importante na Ilha como a venda da castanha do coco babaçu.

A ilha e o rio, espaço de se viver uma “vida boa”, outra categoria local, e formar família (74 famílias retiradas em 2010), não existem mais, só se vê água parada por todas as partes. Vida boa é um termo usado pela comunidade, que significa ter saúde, comida, ou seja, condições para criar sua família.

Desassossego, melhora, vida boa são categorias locais que emergem nas narrativas dos Mais Velhos e de outros antigos moradores entrevistados individualmente. Elas estão associadas a encontros epistêmicos e ao deslocamento do exclusivismo epistêmico (Ramos, 2019). Esse parece ser um dos objetivos mais prementes de uma história oral à amazônida.

Para entender essas experiências de desafio epistêmico e deslocamento bio-geográfico proponho a noção de encontros epistêmicos. Ela pretende chamar a atenção para o fato de que a produção de saber é uma relação entre dois ou mais sujeitos epistêmicos e não uma relação entre um sujeito que é considerado todo- -saber, o acadêmico, e um sujeito objetificado, não acadêmico. Essa forma de entender essa relação tem impacto profundo nos modos como os historiadores orais têm trabalhado (Ramos, 2019, p. 363).

Reconhecemos com Ramos (2019) que os Mais Velhos são sujeitos epistêmicos, sujeitos e sujeitas do pensamento, produtores de conhecimento enquanto resposta aos problemas da realidade.

No final de suas vidas, talvez o último problema que enfrentaram é o possível esquecimento da rica experiência social que construíram na Comunidade Ilha de São José. A esse projeto de memória e de crítica do silenciamento e do esquecimento (Pollak, 1989), esse trabalho se associa, como foi dito, e sobre esse tema trataremos mais adiante.

2 COMUNIDADE ILHA DE SÃO JOSÉ: O ESPAÇO-TERRITÓRIO DE DONA FRANÇA

Esse capítulo descreve o espaço-território de Dona França, sua localização e como nossa interlocutora via sua comunidade. Assumimos que o território é o uso social do espaço (Santos, 2006), por isso mesmo com ele articulado.

A Ilha de São José era um espaço que, por mais de um século foi sendo a base biofísica de um território, pela apropriação que dele foi feita pela Comunidade. Esse era um espaço usado por várias gerações de familiares de Dona França. A respeito do território Milton Santos ressalta ainda que

O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população (Santos, 2006, p. 47).

A construção da UHE de Estreito com a formação do lago com mais de 263 km de extensão e 400 km quadrados, não só destrói esse território, mas com a formação do lago pelo represamento do rio, em 2010, ela redefine totalmente o espaço e o ambiente onde foi forjado através da territorialidade o território (Little, 2002), onde viveu Dona França. Portanto, a Ilha é hoje parte do fundo do lago da Usina Hidrelétrica de Estreito.

Como ocorreu a destruição desse espaço-território por parte do empreendimento UHE? A construção do empreendimento, em primeiro lugar, destrói o território: desloca a comunidade para um outro espaço (os reassentamentos), e com isso ela destrói também o modo de vida, pois o espaço para onde os impactados foram reassentados tem pouca semelhança com o de antes, é numa área de cerrado seco, é longe do rio. Em seguida, depois do empreendimento retirar a comunidade, ele destrói o espaço, pois alaga totalmente. Com isso o espaço que existia, as espécies vegetais e animais, ou seja, toda uma biodiversidade, hoje não existe mais; somente o fundo lodoso do lago da Usina de Estreito.

A luta pelo direito de posse e uso desse espaço foi travada, historicamente, desde deslocamentos anteriores dos sujeitos que compunham a Comunidade Ilha de

São José. Muitos deles, assim como seus antepassados, como veremos no decorrer deste trabalho, vêm de alguma forma da expulsão de outros espaços-território.

Esses migram para a região e formaram a Comunidade Ilha de São José, lutaram para se manter no território até sua destruição.

Para Paul E. Little a territorialidade é definida como “o esforço que o coletivo de um grupo social dispõe para ocupar, usar, controlar um espaço, convertendo esse em território” (Little, 2002, p. 253).

Com essas definições em mente, descreveremos algumas etapas das lutas que os sujeitos da comunidade travaram antes e depois da formação de seu espaço-território; trataremos dos fatos históricos que fizeram com que os sujeitos se deslocassem para a região norte do Tocantins (antigo norte goiano) e sul do Maranhão.

Para Paul E. Little,

O fato de que um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos. Para analisar o território de qualquer grupo, portanto, precisa-se de uma abordagem histórica que trate do contexto específico em que surgiu e dos contextos em que foi defendido e/ou reafirmado (Little, 2002, p. 254).

É à luz também dessa abordagem de Little (2002), que trazemos alguns aspectos do espaço-território da Comunidade Ilha de São José.

2.1 Localizando o espaço-território da ilha de São José

A Ilha de São José e seus arredores era o espaço-território de Dona França e de outras 325 pessoas. Ela era rodeada pelas águas verdes do rio Tocantins, e as famílias obtinham parte de seu sustento provido a partir das águas desse rio, tanto através da pesca quanto através das terras produtivas, que eram fertilizadas por suas águas nas cheias, as chamadas vazantes.

Por esse motivo, vejo a necessidade de falar um pouco sobre o rio Tocantins e do espaço-território da Ilha de São José. O rio, apesar de tantas violências sofridas, esse curso de água ainda provê a sobrevivência de muita gente; já a ilha de São José só existe enquanto registro na memória e nas narrativas de nossa gente, nos documentos produzidos por pesquisadores e em levantamentos realizados pelos empreendedores.

O rio Tocantins é o maior rio totalmente brasileiro, com extensão de cerca de 2.400 km. Ele nasce no Planalto de Goiás (Rodrigues, 1945), com o nome de rio Padre Souza, passando logo após a se chamar rio das Almas no município de Pirenópolis - GO. Recebe o nome de rio Tocantins a partir da junção do rio das Almas com os rios Maranhão e Paranã, entre os municípios de Paranã e São Salvador do Tocantins. A sua foz se encontra na Baía de Marajó - PA, onde também deságuam os rios Pará, Amazonas, Acará e Guamá e se encontram no oceano Atlântico.

O Cel. Aviador Lysias Augusto Rodrigues foi um dos primeiros viajantes a detalhar em seus escritos o curso do rio Tocantins. Saindo do Rio de Janeiro no dia 19 de agosto de 1931, ele percorreu toda a extensão do Tocantins fazendo um dos roteiros mais detalhados do rio. Como descreve no trecho a seguir:

A parte do Planalto onde nascem os formadores do rio Tocantins, o Planalto Central de Goiás, é a região dos grandes chapadões que vêm gradualmente ascendendo desde o Triângulo Mineiro de um lado, e desde o vale do Rio São Francisco do outro lado. Alteia-se mais a partir do paralelo de Formosa, para formarem a célebre chapada dos Veadeiros, a parte intacta do todo o siluriano que é o Planalto Central de Goiás; continua mais além para o norte, com a serra de Santana, que nos dá a nítida impressão de um mar revolto, lançando ondas encapeladas para o alto, que tivesse sido repentinamente cristalizado em granito (Rodrigues, 1945. p. 27).

Lysias Rodrigues viu, de dentro de seu avião, o rio Tocantins correndo entre planícies e planaltos, atravessando as chapadas, corredeiras, cachoeiras, pedregais, montanhas, povoados, cidades, serras, matas, casas ribeirinhas e aqui e acolá uma cidade crescia. Nos últimos anos, por causa das hidrelétricas, isso tudo mudou. Em parte importante de seu curso, o que é encontrado são águas paradas; grandes lagos, retendo a imensidão de água que antes era corrente, e interligava através da navegação o centro ao norte do Brasil, o interior ao litoral, como ressalva Kátia Maia Flores (2009),

Resguardada as representações atribuídas ao rio pela literatura, o rio Tocantins tem importância vital para a região norte, principalmente para o estado do Tocantins (ex - norte do estado de Goiás), na medida em que o interliga de um extremo ao outro, atravessando o Planalto Central, conectando-o com o extremo norte do Brasil e ao litoral. Por esta razão é chamado o rio da integração norte / sul. É um rio que faz a interligação de uma região do país cujas fronteiras internas não são bem definidas, quer como espaço físico, quer como espaço cultural, concentrando as mais diversas tradições (Flores, 2009, p. 13).

Pelo caminho do rio Tocantins antes dos empreendimentos hidrelétricos, que tiveram início na década de 1970, em que a primeira usina de Tucuruí, teve início em

1974 e foi finalizada dez anos depois; havia muitas ilhas, pouco ou muito pouco habitadas, algumas pequenas e outras relativamente extensas.

Por sua vez, as cheias anuais banhavam o chão deixando dessas porções de terra, deixando-as, depois que a seca começava, prontas para o plantio e para a fatura na colheita; água-terra de promessa para muitos grupos ribeirinhos, provia, alimentava e inspirava. Oferecia também praias, pescados, banho de mergulho e navegação.

O trecho do rio Tocantins que nos interessa, de Filadélfia - TO até Estreito - MA, era intensamente navegado. Do Porto de Babaçulândia⁹ - TO, ou Coco como era chamado pelos ribeirinhos e por algumas pessoas ainda hoje – barcos de linha desciam e subiam o rio transportando passageiros e alimentos, frutos de seus quintais, roças e vazantes. Nessa altura, o rio corria entre a região tocantina, em sua margem esquerda, e o Sul do Maranhão, em sua margem direita, fazendo fronteira entre os dois estados. Neste percurso, os barcos paravam em portos nas duas margens do rio, do Maranhão e do Tocantins, deixando além de pacotes de alimentos, chamados “ranchos”, gentes, encomendas e recados.

O rio, assim, era caminho de gente, de cultura e de histórias. Ele era a via de comunicação que interligava a Comunidade Ilha de São José com outras localidades, e suas gentes com os moradores da terra firme, tanto do Maranhão como do Tocantins. Por ser o núcleo urbano mais próximo da Ilha, o pessoal estava sempre indo e vindo de Babaçulândia - TO, às vezes só para participar de uma festa na cidade, outras vezes visitar parentes e amigos e resolver algo. Outra cidade que era muito frequentada pelos moradores da Ilha de São José era a de Estreito, no Maranhão. Para lá viajavam em embarcação de linha pelo Rio Tocantins numa viagem que começava na madrugada de sexta-feira e demorava três horas e meia de duração. Como aponta Silva Junior (2014)

Outra atividade bastante importante era a dos barqueiros responsáveis pelo transporte dos ribeirinhos até Estreito, Babaçulândia ou Filadélfia, com fins de venderem os gêneros cultivados nas roças, os jovens frequentarem a escola, comprarem mantimentos, remédios ou fazerem consultas médicas. Havia três embarcações que faziam o trajeto para Estreito. Duas saíam regularmente às quintas-feiras com o crepúsculo embarcando os viajantes nos portos, passavam a noite na ponta da ilha e por volta das três horas da

⁹ Babaçulândia também conhecida como Coco, fazendo referência ao coco babaçu, teve início como comunidade em 1926 e foi emancipada em 1953. Sobre mais da cidade ler a obra de J.J. Leandro *Babaçulândia dos tempos de Coco aos dias de Agimiro Costa*.

manhã, seguiam para Estreito, aonde chegavam por volta das oito horas da manhã e retornavam no sábado pela manhã (Silva Júnior, 2014, p. 108).

Os barcos navegaram neste trecho sendo obrigados a parar com essa atividade com a construção da Hidrelétrica de Estreito - MA. Neles, os ribeirinhos levavam mercadorias como milho, feijão, banana, farinha e animais vivos como galinhas e porcos, para vender nas feiras de Babaçulândia ou Estreito.

O motor descia toda a sexta feira, ele descia para o Estreito... um bocado de motor de barco chapado (carregado) que não tinha onde você meter o pé, só de coisas que o povo... de gente e de coisa que levavam para vender: feijão, milho... toda coisas, arroz e tudo em fim, farinha... na ilha faziam farinha, esse povo ai do plantava muita mandioca e faziam farinha (Francelina Coelho de Sousa, entrevista oral, 18 agosto de 2018).

Em Estreito - MA ou Babaçulândia, além de vender suas mercadorias nas feiras das cidades, faziam compras, cumpriam responsabilidades cotidianas na cidade, visitavam amigos e parentes que moravam por lá. Araguaína, Carolina, Filadélfia e Wanderlândia também eram cidades visitadas pelos moradores, mas com menos frequência que as duas primeiras citadas.

De acordo com Seu Bande (Entrevista oral, 2018), os viajantes podiam ver as serras e morros e, tendo sorte, viam animais que predominavam em todo o percurso: tracajás, jacarés, capivaras, camaleões, botos, além do sol e do luar. Na descida do rio desaguavam ribeirões, córregos que chegavam ao Tocantins depois de percorrer sertões solitários. É nesse trecho, entre as cidades de Estreito - MA e Babaçulândia - TO, que a trajetória de vida de Dona França começa. No lugar que o rio se dividia, a água era cortada pela Ilha de São José em dois braços, como mostra a figura 1:

Figura 1 - Localização da Ilha São José



Fonte: IBGE (2023)

Muitos desses cursos de água não existem mais, engolidos pelos lagos que se formaram ou cobertos pelos assoreamentos decorrentes das chuvas, do pisar do gado nas chapadas e do avanço das plantações de soja e milho.

A descida de Babaçulândia até chegar à Ilha de São José demorava aproximadamente uma hora de viagem de barco. O território pertencia administrativamente ao município de Babaçulândia, e media mais ou menos 15 km de extensão da ponta “de cima” até a ponta “de baixo” e 6 km de largura na sua parte central, sendo afilada nas duas pontas – medidas que variavam conforme o volume de água no rio.

Como o rio se dividia em dois braços, os moradores denominam esses dois como lados ou beiradas da Ilha de Braço do Maranhão, com vista para as serras e morros na margem do estado do Maranhão, e o Braço do Tocantins, a beira que fica de frente para a margem do estado do Tocantins, conforme pode ser observado na figura 2 que mostra na parte superior o Braço do Tocantins e na parte inferior o Braço do Maranhão.

Figura 2 - Ilha de São José, vista por satélite



Fonte: Google Earth Pro. Acesso em: 25 de novembro de 2019.

Lembro-me que quem chegava da ponta de cima até a ponta de baixo da Ilha de São José em ambos os braços, encontrava os portos, as casas cobertas com palhas da palmeira babaçu (*Orbignya Speciosa*) e paredes de taipa e adobe; também encontrava as matas ciliares e as vazantes com roças de arroz, milho e feijão – “fruto” da labuta diária que resultava em uma farta produção. Os babaçuais eram parte importante da paisagem, e o extrativismo vegetal era feito para complementar o sustento das 74 famílias que viviam na Comunidade.

O rio Tocantins oferecia às pessoas diversos elementos básicos da vida que levavam, pois ali viveram, criaram seus filhos, reproduziram sua cultura e seus saberes, enraizados na vida e no espaço-território, sendo também uma das vias de acesso a outros elementos que eram necessários para a vida ribeirinha: ferramentas, pólvora, chumbo, sal etc.

Dona França contava que foi do babaçu que tirou o sustento de seus filhos; com a venda da amêndoa da palmeira e com o que produziam nas vazantes, com os pescados que o rio oferecia, que as mulheres ribeirinhas alimentavam suas famílias.

Dou graças a Deus e o babaçu que me ajudou viver e criar meus filhos. Me deu dinheiro, dava dinheiro era a vida da gente, lugar muito bom de roça mais tinha muito bicho atentado e as madeira da Ilha não era e o povo não tinha aquela ideia de comprar arame, ai não tinha roça de mandioca, a gente plantava arroz só colhia ali, difícil foi de muito pra cá que plantava roça dizem que de primeiro tinha um homem ali na ponta da ilha que fazia, tinha as roças dele tinha as fartura dele (Francelina Coelho de Sousa, entrevista oral, 18 agosto de 2018).

Para Dona França, apesar de certos desafios ligados a criação de animais domésticos, o espaço-território era formado por terras férteis e, a partir do trabalho, produzia fartura. Percebemos através de suas falas que a Ilha de São José era um lugar favorecido pela natureza, cuja fertilidade “não tinha igual” e que ela aprendeu a cuidar da terra e a colher os frutos que lhes eram proporcionados. “*Tudo que se plantava se colhia*”, é a frase que ouvimos muitas vezes de Dona França e de outros moradores também. Dona França falava que

A terra da Ilha, eu acho muito boa porque lá, tudo o que a gente plantava, produzia e bom. Bom mesmo. Tem banana, arroz, feijão, todo tipo de coisa que a gente plantava dava bom. Terra forte. Bom para criar gado, criar tudo lá (Francelina Coelho de Sousa, entrevista oral, 18 agosto de 2018).

Além dos cocais e das vazantes, um espaço importante eram os quintais. Eram muitas as frutíferas que formavam os quintais: laranja, caju, abacate, melancia, acerola, maracujá, manga, murici, graviola, pequi, limão, banana, jaca, goiaba, ameixa, coco, carambola, mexerica, tamarindo etc. Um dos ex-moradores, Gedeon Pereira Carvalho (Nego) afirma que o seu quintal possuía 480 plantas diferentes.

Imagem 4 - Quintal de Gedeon Pereira de Carvalho fotografado no final de 2008



Fonte: Fotografia, acervo de Gedeon Pereira de Carvalho

Nas hortas, que ficavam em canteiros suspensos à beira do rio, cultivava-se tomate, cebola, cebolinha, quiabo, coentro, jiló, diversos tipos de pimenta. Nesses imensos quintais, os moradores mantinham também pequenas criações de porco, gado, galinha, pato e algumas ovelhas.

O rio, por outro lado, era um espaço produtivo importante, de onde era retirado o pescado: pacu, fidalgo, tucunaré, surubim, mandis, cachorra, bicuda, matrinxã, piabinha, papa-terra, jaraqui etc. A relação dos ribeirinhos com o rio era de respeito e cuidado, pois todos tinham a consciência de que as águas verdes do rio eram provedoras da vida. Era ali que a Comunidade da Ilha de São José toma banho, lava as roupas, as crianças brincam e tibungam na água. Canoas e barcos ficam amarrados nos portos, o que marcava o lugar da morada do vazanteiro, pescador, parteira, ribeirinhos homens e mulheres que se instalaram na Ilha e instituíram uma vida de sossego e fartura com a ilha e o rio enquanto espaço-território.

Imagem 5 - Porto do Raimundinho Novato, fotografado em 1990



Fonte: Acervo de Doracy Pereira Carvalho.

Conforme me recordo e os Mais Velhos contaram, na maioria das casas, as pessoas dormiam em rede e, até a destruição do espaço-território não existia energia elétrica na comunidade. A luz era a do lampião, das lamparinas e da lanterna. Eram poucos os moradores que tinha motor para gerar energia elétrica, as geladeiras eram poucas e funcionavam a gás. A água para os banhos e beber vinha do rio – era comum ouvir dos moradores da Comunidade que “só a água do rio que mata a minha sede”. As ferramentas de trabalho, os utensílios do lar, a cozinha típica (fogão à lenha em

cômodo separado), os pilões que beneficiavam os grãos, paçocas e remédios naturais, sabores – valores, histórias, usos e costumes, ideias e crenças, mostravam a relação que os moradores foram construindo em torno dos utensílios de trabalho, práticas de vida e vivência do espaço.

As casas eram construídas às margens do rio, próximas dos portos e guardadas pelos quintais. Dona França falava que tinha mais casas no Braço do Maranhão, que eram tantas que lembravam uma rua da cidade. As “moradas”, como eles falavam, conectavam-se por caminhos que permitiam a movimentação dos moradores e a interação da comunidade – eram os “trieiros” que ligavam todas as casas entre si. Para chegar aos vizinhos, o caminho era percorrido a pé, em montarias, bicicletas, e nos últimos anos antes da formação do lago, por motocicletas.

A divisão interna do espaço-território ou cosmografia, conforme Little (2002) era feita a partir das casas como pontos de referências. Elas centralizam a porção de terra sob domínio da família, as “posses”, e delas partiam os “trieiros”. Esses caminhos, contudo, interseccionavam com três caminhos principais que ligavam o Braço do Maranhão ao Braço do Tocantins, cruzando a Ilha no sentido Leste/Oeste. O primeiro ficava perto da casa da Dona França, o segundo perto da casa de seu irmão, Raimundo Novato, e o terceiro saía de frente da escola. Esses caminhos formavam uma rede de “trieiros” que permitiam transitar entre as casas de parentes, compadres e amigos. O meio da Ilha era pouco habitado, e era destinado ao cultivo, caça, criação de gado e pescas em algumas lagoas que se formavam com a cheias do rio.

Na região o clima é tropical semiúmido, com dois períodos climáticos bem definidos: o chuvoso, geralmente de outubro a abril, com mais de 90% da precipitação; e o seco, de maio a setembro, com baixa umidade relativa do ar (Collicchio *et al.*, 2022). Dona França e os ex-moradores da comunidade chamam de inverno, a época das chuvas, e de verão, o tempo de seca. As cheias e as secas, ou seja, o movimento do rio acompanhava essas duas estações. No inverno, as cheias chegavam a cobrir as pontas da Ilha e no verão, tempo da seca, com a baixa das águas, surgiam as praias.

Essas praias tinham mais visitantes no mês de julho. Esse período proporcionava aos moradores da comunidade, algum trabalho e diversão. As areias brancas que surgia na margem do braço do Tocantins formavam as praias, nelas os moradores construíam barracas para receber os parentes, amigos e turistas que vinhas conhecer o lugar.

As barracas de palhas de babaçu eram o local onde realizavam as festas e comércio: churrasco, peixes pescados no rio e bebidas. Para muitos, era uma forma de complementar a renda da família. Os barqueiros se empenhavam na travessia das pessoas, não só na Ilha, mas muitos, também, deslocavam-se para trabalhar em Babaçulândia já que a praia ficava em frente à orla da cidade e também na Ilha Cabral, localizada em Estreito - MA.

No inverno, todo mundo ficava em casa, amuado. Quando chegavam as chuvas, o volume de água do rio aumentava, ocasionando as cheias. A água dos córregos que desaguavam no Rio Tocantins e que ficavam próximo da Ilha, também subiam: os ribeirões Buritizal, Marimbondó, Matrinchã, Taboca, Brejão e Brejinho, esses do lado do Estado do Tocantins, e o Ribeirão São José, vindo do Maranhão. Dona França falava que o nome da Comunidade veio desse rio. Decerto que esses afluentes contribuíam para o aumento do volume d'água.

Não sei a origem porque. Porque do outro lado do Maranhão tem um ribeirão que chama São José, mas eu não sei é por causa disso. A barra dele entrava no rio (Rio Tocantins) por baixo da ponta da Ilha, do lado de lá, do Maranhão. (Francelina Coelho de Sousa, entrevista oral, 14 setembro de 2018).

Com as chuvas e as cheias do rio, dentro da Ilha se formavam grandes lagoas. Algumas dessas serviam de depósito de peixes. Essas lagoas eram, segundo Dona Iraci, irmã caçula de Dona França, a lagoa do Queimado e a do Buriti e eram abastecidas pela água do Rio Tocantins, através de um canal que os moradores chamavam de grotão, o mais interessante é que esse rego ficava localizado na ponta de baixo da Ilha e cortava todo o território subido no sentido da ponta de cima. O Grotão permanecia com água todo o ano e era por onde os jacarés e peixes entravam nas lagoas.

Além de peixes e jacarés existiam outros animais que habitavam a Ilha: camaleões, pebas, tatus, cutias, tracajás, pica-paus da cabeça vermelha, cascavéis, caititus, sucuris, capivaras, tamanduás, bichos-preguiça, periquitos, gaviões, macacos, cobras, libélulas, calangos, raposas que costumavam atacar as criações de galinhas e guaxinins. Dona França falava que os quatis matavam os cachorros e mexiam nas vazantes, “*passava era hora passando cardume de quati*” (Francelina Coelho de Sousa, entrevista oral, 18 agosto de 2018). Antes, no começo do

povoamento tinha mais bicho: tinha veado mateiro e até onça que de vez em quando saíam das serras do Tocantins e iam pra Ilha de São José.

Nos últimos anos, as onças tinham diminuído suas andanças na Ilha, pelo aumento populacional da Comunidade, mas Dona França dizia que todo ano elas apareciam, não moravam, só andavam por lá.

Não, onça lá na Ilha toda vida tem, agora não porque não tem mais Ilha, mais até o lago o Moadir ainda topou com uma no meio do lago lá, ela subiu num pau velho (Francelina Coelho de Sousa, entrevista oral, 18 agosto de 2018).

As vindas desses felinos eram mais recorrentes no verão e as espécies eram a onça pintada e da suçuarana ou onça vermelha, como era nominada pelos moradores. Esses animais não ficavam muito tempo dentro da comunidade, mas era comum a presença deles; Seu Raimundinho destaca a fala de seu pai: *“Lá, lá dentro da Ilha, lá dentro da Ilha meu pai dizia assim, que lá nunca foi registrado uma onça passar mais que três dias andando lá dentro”* (Raimundo Carvalho da Silva, entrevista oral, 14 de setembro de 2018).

Além dos córregos e ribeirões, as serras completavam a paisagem da Comunidade, nos dois braços. No braço direito no Estado do Maranhão, paralela à ponta de cima, está a foz do Ribeirão São José onde despontava a Serra do Barro Alto, mais adiante a Serra da Água Quente, a do Morro do Morcego precedida da do Morro do Mulungu, a morro do Serrote do cemitério, o Morro da Castanha, Morro da Sambereba, Morro da Levina e a Serra do Gado.

Podemos perceber pela imagem 6, um pouco de como era o espaço-território no qual Dona França enraizou sua vida. A preservação da paisagem vegetal impressionava os visitantes que chegaram a subir nas serras para olhar.

Imagem 6 - A Ilha de São José fotografada da serra do brejinho com vista para a Ilha de São José



Fonte: José Neves de Araújo¹⁰, 2009.

Já no Braço esquerdo da Ilha, lado que fica à margem do estado do Tocantins, localiza-se a Serra da Taboca, onde hoje o rio de mesmo nome luta para sobreviver; mais à frente se encontra a Serra dos Coelhoos, a qual moradores da Ilha e região costumavam subir para ver a Comunidade Ilha de São José, já que do alto dava para contemplar toda sua extensão. Para subir, tinha que passar pela conhecida Ladeira dos Caboclos, onde havia buracos para colocar os pés como uma escada na pedra; diziam que essa escada pode ter sido feita pelos grupos indígenas que habitavam a região. Mais à direita na paisagem, tem o boqueirão que divide as duas serras, logo depois a serra do Brejinho, que podemos observar na imagem 7.

¹⁰ José Neves de Araújo é neto de Dona França.

Imagem 7 - Serra do Coelho à esquerda, e à direita a serra do Brejinho



Fonte: José Neves de Araújo, 2009.

Na fotografia podemos observar a preservação da paisagem natural; é possível ainda, ver a quantidade de palmeira do babaçu e outras espécies nativas que os moradores da comunidade e entorno lutavam em preservar. Essa zona verde abaixo da Serra do Coelho e da Serra do Brejinho, que pode ser vista na imagem, era onde predominava os babaçuais, que hoje estão cobertos pela água do lago.

No centro da Comunidade, conforme os Mais Velhos, a vegetação se diferenciava das margens. Havia árvores frondosas como tamboril, gameleira, embaúbas, sapucaias, tinguís, pau-terras, que era de muita valia para essa gente na construção das casas, curais e cercas. Tinha também muitas frutas que complementam a alimentação: murici caboclo, manga, mutamba, mangaba, cajá, bacuri e pequi. Existiam ainda espécies medicinais como as sucupiras amarelas e roxas e o jenipapo e árvores de grande valor de uso como o jatobá, a aroeira, a canjerana, o merim e a itaúba. Na Ilha havia ainda muitas palmeiras como piaçaba que era usada na cobertura das casas, e o babaçu, uma presença marcante em toda a paisagem.

O aspecto da paisagem mudava dependendo da estação e essas mudanças eram rápidas. Se em abril a Ilha era só lama, em junho virava poeira. As chuvas tornavam-se raras em maio e tudo mudava com a chegada do verão. O rio Tocantins “vazava” e diminuía seu volume; no lado do Maranhão, que era navegável todo o período do ano, permanecia muita água. Dona França explicava que essa navegação

acontecia porque naquele local o rio era fundo todo o ano e por isso permitia a navegação.

O rio. O rio era bom, tinha muito peixe e era fundo. Esse braço daqui [se refere ao braço do Maranhão], não era muito largo, era estreito mais era fundo, motor passava todo tempo, no tempo dos motorzão, no tempo que tinha os motor grande... tinha muito...tinha muita coisas, era bom (Francelina Coelho de Sousa, entrevista oral, 18 agosto de 2018).

Quando as chuvas estivam, começava as grandes ventanias e o barulho do vento soava na mata e jogava terra para as casas. Este momento era o “verão”, quando o trabalho nas roças diminuía e o rio presenteava os moradores com enormes cardumes de peixes que subiam as suas águas. O cenário mudou quando as hidrelétricas foram implantadas.

As hidrelétricas, construídas a partir de 1970, acabaram por quebrar o ciclo natural das águas. A primeira usina construída no Rio Tocantins, que impactou a Ilha de São José, foi a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no município de Tucuruí, no estado do Pará, iniciada sua construção em 1974 e só foi inaugurada em 1984. Em 2001, por outro lado, foi construída a UHE Lajeado e em 2006, a de Peixe Angical. Os Mais velhos afirmavam que desde esse momento, o ciclo das águas havia sido alterado; começou a diminuir a quantidade de peixes nos cardumes e as enchentes ficaram mais severas. Antes da construção os cardumes eram maiores e tinham várias espécies de peixes (Matrinxã, Caranha, Cachorra, Piau Cabeça Gorda, Curimba etc.).

Dona França dizia que *“teve época que quando os peixes estavam chegando em uma ponta da Ilha o fim estava em outra”* (Francelina Coelho de Sousa, entrevista oral, 18 agosto de 2018), – talvez tentando fazer os entrevistadores figurar para si mesmos o tamanho dos cardumes de peixes. Para os Mais velhos e outros moradores, os empreendimentos criaram barreiras que impediam a subida dos peixes, porque não foram feitas as passagens, como estava em alguns dos projetos dos empreendimentos.

As enchentes, por outro lado, não eram mais regidas pela natureza e sim controladas pelo empreendimento. Essas cheias não tinham aviso prévio, tomavam tudo que eles cultivavam nas vazantes, pois a água não subia lentamente como antes. Assim, com a construção de barragens no Rio Tocantins, alguns hábitos dos moradores da Ilha mudaram. Quando o rio diminuía seu volume no período da seca, o lado do Tocantins se mostrava significativamente mais raso, tornando o território

tocantinense quase contínuo; era possível atravessar boa parte do caminho a pé, evidenciando o impacto da intervenção humana ao longo do rio.

Nessa época do ano, com a baixa do volume de água do rio, os moradores do Braço do Tocantins tinham mais dificuldade para apanhar água para consumo doméstico. As praias de água doce que se formavam ali aumentavam a distância entre as casas e o rio, passando a ser necessário enfrentar uma longa caminhada na areia.

As cheias repentinas destruíam as plantações e davam fim à cultura centenária de cultivo nas vazantes, pois o calendário de plantios nessas áreas, organizado de forma a fazer suas colheitas antes das cheias, não funcionava como antes. O processo de mudança dos ciclos das águas tem sua conclusão na construção do lago da UHE de Estreito que alagou e destruiu o espaço-território.

2.2 A narradora no/do espaço-território

Nos beiradões do Rio Tocantins têm vida, culturas e histórias.

A história da Comunidade Ilha de São José merece ser inserida na história do rio Tocantins. Obras como *Viagem ao Tocantins* (1945), de autoria de Júlio Paternostro, *Roteiro do Tocantins* (2001) e *O Rio dos Tocantins* (1945), ambos de Lysias Rodrigues, retratam um pouco da cultura ribeirinha existente quando visitaram a região. Mas a Comunidade Ilha de São José passou despercebida por esses autores e por outros que escreveram sobre a história e cultura do Tocantins.

Um aspecto importante da cultura ribeirinha, além dos modos de reprodução da vida, são os modos de imaginar o rio e os seres que o habitam. Além de conhecerem ciclo das águas, as sementes para os plantios, as fases da lua para o cultivo e as pescas, conheciam os seres do rio. Os Mais Velhos narravam contos sobre existência de seres vivos do fundo das águas como Nego d'água, Boiúna, e os "bichos" que estavam presente nas narrativas de Dona França.

Mas tio Ismael está muito escuro, o senhor não dorme aqui pra ir amanhã? Não mais eu vou, saiu ele disse que chegou ali em cima, ele disse que escutou um barulho assim do do rio assim do baixão que era uma baixão são trançado de cipó, virgem mesmo que nunca tinha feito roça, escutou aquele movimento como vinha trazendo aquele mundo todo... barulho mesmo aquela ventania, um barulho feio. Do rumo do rio subindo para o alto. Aí ele disse que pegou quando chegou a certo perto, assim, para subir o primeiro baixão, do baixão pro o alto, ele disse que parou. Lá o mato era assim, varandado lá encima, aí ele disse que parou e ficou esperando ali o temporão. Aí quando ele saiu no mato mais limpo, ele disse que acabou aquele movimento grande,

era assim um baculejo, assim como fosse de uma raposa parida, foi vim assim. Disse que passou bem na frente dele assim e entrou. Quando entrou no mato, no cocal, travez laivai levando o mundo... de novo. Mas ele não viu o que era, só viu aquele movimento. No outro dia, dia de finado de noite o Miguel Machado passa de noite mais o sobrinho dele, o sobrinho dele era assim um meninote ainda, quando chegou lá no mesmo lugar lá vai o bicho de novo, contava era muito mentiroso [o Miguel Machado], mas o tio Ismael não era. E o tio Ismael tinha visto primeiro, no outro tempo a traz. Ele disse que lá vai o bicho e ai ele conta que o bicho botou nele não é! O bicho botou nele, ele puxou o facão e riscou naquilo tudo lá, e o menino inço na cintura dele ele quase não podia se movimentar, até que ele acha que a faca, o facão triscou no troço. E ai o bicho saiu mais ele não sabe o que era. Foi embora. Morou a Carolina que era filha do Pedro Machado, marido da minha madrinha Mariquinha, morou muito tempo ali na mesma localidade lá do negócio, e nos de lá de nossa casa escutava os cachorros dela acuado quase a noite toda. E ela disse que era um bicho, que fazia zoadas de todas as diversidades. Queria, gritava como porco, uivar como cachorro, rosnava como um cachorrão assim muito grande e trincava como quem ia cheio de argola de coisa assim. Ela contava aquilo de mais pra gente, e nós escutava lá de casa os cachorros latindo, naquele tempo nós não usávamos lanterna, era com lamparina, lamparina só enxergar assim [gesticulou mostrando que a lamparina clareia pouco], quando os cachorros desciam atrás daquele bicho, lá na frente o bicho parava e ó dava aquele rosnadão. Ela chegava perto com a menina que era a Ermina do Valdenir, ela e quem criava ela. Quando elas chegavam perto o bicho dessacuava e sumia no mundo outra vez. Lá na nossa casa nunca passou não, graças a Deus, lá não andava coisa ruim (Francelina Coelho de Sousa, entrevista oral, 18 agosto de 2018).

As prosas, como eles chamavam esses relatos poéticos, mostravam a relação desses sujeitos com determinados seres que habitam o espaço-território e foram deslocados pela sua destruição. Perguntei onde estará o bicho agora e ela disse que não sabia dizer.

O rio já não era mais o mesmo, as águas já não obedeciam aos ciclos da natureza, o homem com seus empreendimentos o controlava, mudara a lógica dos fluxos de água com o fechar e abrir das comportas; isso impactava diretamente na vida dos ribeirinhos e dos seres do rio. Assim, o cultivo e a pesca, as prosas contadas e recontadas nas rodas de conversas, às vezes durante o dia na lida ou à noite, à luz de um luar ou mesmo da lamparina, quando se sentava em volta de um quibano para debulhar feijão, fava ou milho, definiam o espaço construído, ou seja, o seu espaço-território.

As prosas podem se perder junto com a destruição do espaço-território e destrói também a forma de vida desses sujeitos. Parte importante de suas atividades, que em sua maioria eram desenvolvidas em rituais de trabalho como mutirão ou outros rituais de sociabilidade, que demandava a cooperação entre esses sujeitos, não são mais possíveis.

No caso de Dona França, uma das guardiãs da memória e ancestralidade da comunidade, foi pior, ela perdeu parte dos seus ouvintes, o deslocamento levou para longe os seus ouvintes; o contexto social da reprodução da memória social da comunidade, os rituais de sociabilidade e trabalho coletivo, a interação constante, neste momento, com os jovens.

Como já falamos, os sujeitos que formavam a Comunidade Ilha de São José foram deslocados para lugares diferentes, distante cerca de 150 km uns dos outros (já mencionado nesse texto sobre os reassentamentos). Muitos, também, dispersaram-se em cidades como Araguaína, Palmas e Goiânia. Sem essa presença, sem narradores e ouvintes, a arte de narrar dos Mais velhos e outras pessoas-referências, perde o contexto e o sentido de existir:

Com isso, desaparece o dom de ouvir, desaparece a comunidade dos ouvintes. Contar histórias sempre foi a arte de contá-las de novo, e ela se perde quando as histórias não são mais conservadas. Ela se perde porque ninguém mais fia ou tece quando ouve a história. Quanto mais o ouvinte se esquece de se mesmo, mais profundamente se grava nele o que é ouvido. Quando o ritmo do trabalho se apodera dele, ele escuta as histórias de tal maneira que adquire espontaneamente o dom de narrá-las (BENJAMIM, 1994, p. 205)

Era no desenrolar de uma lida para outra que Dona França contava as prosas e histórias de sua ancestralidade, e dessa forma ela compartilhava os saberes grupais. No plantio nas vazantes, na quebra de coco babaçu, nas caçadas e por fim nos mergulhos nas águas do rio Tocantins, o espaço-território era narrado. Quando se reuniam nesses afazeres diários que eram divididos com filhas e filhos e outros parentes que moravam na Ilha, sempre tinha algo para ensinar e para aprender. Na imagem 8, percebe-se um destes momentos.

Imagem 8 - Roda de conversa realizada pela Família Novato na Ilha de São José, em julho de 1990



Fonte: Acervo de Doracy Pereira Carvalho

Na imagem 8, que serviu de inspiração para que fizéssemos uma roda de conversa com os mais velhos da Comunidade Ilha de São José, podemos ver como eram compartilhados os saberes que falamos no parágrafo anterior. Seu Raimundo, no centro da imagem sem camisa, um dos Mais velhos, está ao lado de sua esposa Dona Delia, de vestido branco, Doracy uma das filhas do casal está a sua frente. De costas para câmera está Dona Miúda e seu Getúlio, irmão de Seu Raimundo, e que morava em frente à ilha do lado do Tocantins.

Percebemos que esses encontros para troca de saberes eram constates na comunidade. Mesmo os que viviam em terra firme, compartilhavam com os que moravam na Ilha. Dona França era visitada com frequência pelos moradores, que buscavam conselhos e remédios naturais; enquanto não entravam no tema principal da visita, trocavam lembranças enviadas por quem não pôde ir, e assim faziam circular notícias sobre a região e parentes.

Depois do deslocamento da comunidade e da destruição do espaço-território, Dona França tornou-se a referência da memória da Comunidade, como já mencionado. Quando iniciamos a entrevista em roda de conversa, fiz uma pequena introdução, reforçando aos Mais Velhos o objetivo de tal evento, em que gostaria que eles nos falassem sobre a Comunidade Ilha de São José, nesse momento Seu Bander aponta Dona França como a guardiã da memória da comunidade.

SB¹¹: *Pois é, essa menina ali sabe contar sim* [se refere a Dona França].

J: *A Tia França?* ((risos)). *Sabe, sabe sim.*

SB: *É... ela nasceu fora de lá, mas se acabou de se criar lá dentro e foi expulsa de lá porque não pode ficar mais, porque ela disse que não era peixe para morar dentro d'água* ((risos do seu Raimundo)). *Hoje em dia você anda naquele lugar.*

F: *Não tem mais nada.*

Ela não quis ser reassentada, quando foi retirada à força, com a água do lago nos pés, passou a morar em uma propriedade da filha Pedrina Coelho de Araújo, que fica no estado do Tocantins em frente ao lugar em que estava localizada a Comunidade Ilha de São José, essa área rural fica a 35 km de Babaçulândia – local onde os seus filhos construíram uma casa igual às casas da comunidade. Nela, Dona França viveu seus últimos 12 anos de vida.

Ela era indicada pelos moradores dos reassentamentos como aquela que podia fornecer as histórias do espaço-território. Passou a ser visitada, também, pelos pesquisadores que a entrevistaram e que se dedicaram à pesquisa sobre os impactos do deslocamento da Comunidade Ilha de São José: Antônio Neto Borges, Cícero Pereira da Silva Júnior, Dernival Venâncio Ramos Júnior e Josiel Ferreira dos Santos. No caso de Neto Borges, ele era o coordenador e diretor dos registros fílmicos do projeto Ilha de São José – Banco de Imagens pelo Edital público realizado pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) no ano de 2009, já os demais são pesquisadores.

Dona França foi escolhida como referência porque, de certo modo, sempre foi uma referência de autonomia feminina dentro da comunidade. Nessa perspectiva, o trecho a seguir de Silva Federici (2019), pode ajudar a entender as relações de gênero dentro da comunidade:

[...] a representação das mulheres como figuras fortes, assertivas, também captava a natureza das relações de gênero da época, pois nem nas áreas rurais nem nas urbanas as mulheres eram dependentes dos homens para sobreviver; elas tinham as próprias atividades e compartilhavam muito da vida e do trabalho com outras mulheres. Cooperavam umas com as outras em todos os aspectos. Costuravam, lavavam roupas e davam à luz cercadas por outras mulheres (FEDERICI, 2019, p. 7).

¹¹ As letras são iniciais dos nomes dos entrevistados é uma técnica utilizada quando se faz a transcrição das entrevistas. Sendo o D: Dernival, F: Dona Franca, J: Josiel e SB: Seu Bander. Já os grifos são complementos que não estão nas falas, mas são transmitidas por gesticulações dos entrevistados durante a entrevista. Uma melhor forma de ter esses complementos que contribuem na análise da entrevista e do próprio entrevistador (pesquisador), para fazer a transcrição logo pós a entrevista.

As mulheres ribeirinhas trabalhavam a terra para sustentar os filhos, nas labutas diárias, no gerenciamento da casa, no trabalho nas vazantes ou na quebra do coco-babaçu, muitas delas eram as provedoras de suas famílias. Quando as negociações com os construtores da UHE de Estreito começaram, elas trabalharam para defender a Comunidade e impedir seu deslocamento; trabalharam depois, como Dona França, para não deixar que a história daquele espaço-território desaparecesse.

Dona França se orgulhava em dizer que nunca precisou de homem para viver, mesmo quando muitos de sua comunidade precisavam de uma pessoa para comprar e vender, sujeitos que eles denominam de “patrão”, ela diz que não precisava desses avalistas ou atravessadores. Como pode ser observado no trecho a seguir da entrevista em roda de conversa quando a professora Bruna Cardoso lhe pergunta.

F: *Naquele tempo tinha história de um patrão.*

B: *História do patrão?*

F: *É, todo mundo tinha um patrão, para comprar as coisas fiado precisava ter um patrão. Eu nunca tive um patrão* (Dona França, Entrevista oral, 14 setembro 2018).

Os patrões, até pelos menos na década de 1980, eram atravessadores que adiantavam o “rancho”¹² anual. Em troca, a família vendia o coco e outros produtos do trabalho com exclusividade para ele até pagar a dívida.

Não ter patrão, neste caso, significava que a reprodução de sua família era garantida apenas com os frutos do trabalho e com as redes de reciprocidade intrafamiliar e comunitária. Ela cooperava com os outros sujeitos da comunidade, na troca de trabalho, com mão de obra nos mutirões, que sempre foram necessários e que nos últimos anos se tornaram mais que uma obrigação, pois as cheias vinham sem aviso prévio.

Dona França era uma mulher ribeirinha que estranhava o rio ter sido dominado pelo homem, e não mais seguir o ciclo construído pela natureza. Ela falava que às vezes as comportas das barragens, que ficavam acima, eram fechadas e o rio secava de uma hora para outra e quando eram abertas as enchentes vinham de repente. “*Com essa barragem, de manhã o rio está cheio e a tarde já vazou*”, dizia ela (Dona França, entrevista oral, 14 setembro 2018).

¹² Rancho para os Mais Velhos seria o complemento das necessidades dos ribeirinhos: sal, arame, ferramentas, pólvora, ou seja, as coisas que eles não produziam.

E quando enchia levava a tábua de lavar roupa, a escova, o sabão que ficavam na beira do rio. Antes das construções das barragens no rio Tocantins, as enchentes aconteciam naturalmente, a água inundava a Ilha e quando secava, o solo estava mais fértil para a agricultura, hoje só se vê água, as vazantes estão inundadas, o rio que antes era a vida dessas comunidades, tornou-se lago, e para isso as engoliu. E assim foi destruído o espaço-território da comunidade.

3 DONA FRANÇA: A GENEALOGIA DE UMA MULHER RIBEIRINHA

Dona França, como era conhecida, tinha como nome de registro Francelina Coelho de Sousa. Era a filha primogênita de José Ferreira Carvalho (José Novato) e Ana Maria Coelho de Sousa (Ana Rapé). Nasceu no dia 27 de março de 1930, uma quinta-feira, na região próxima à Comunidade Ilha de São José, então, antigo Norte Goiano.

Quando tinha 10 anos de idade se mudou para a Ilha de São José e, só saiu de lá em 2010, contra sua vontade, quando a água do lago da UHE de Estreito a obrigou. Como afirma Seu Bander (2018) que era seu tio por parte de pai: “É... ela nasceu fora de lá [Ilha de São José], mas se acabou de se criar lá dentro e foi expulsa de lá porque não pode ficar mais, porque ela disse que não era peixe para morar dentro d’água” (Seu Bander, entrevista oral, 14 setembro de 2018).

Seu Bander reconhecia em Dona França a guardiã da memória da Comunidade Ilha de São José. Sabia de sua trajetória de vida e a importância do lugar para ela.

Nesse capítulo, tento trazer um pouco da trajetória de vida de Dona França, descrevendo cronologicamente os passos de seus ancestrais, tanto maternos como paternos. Destaco como eles chegaram na região, sendo elas as duas grandes famílias da região da Ilha já no século XIX.

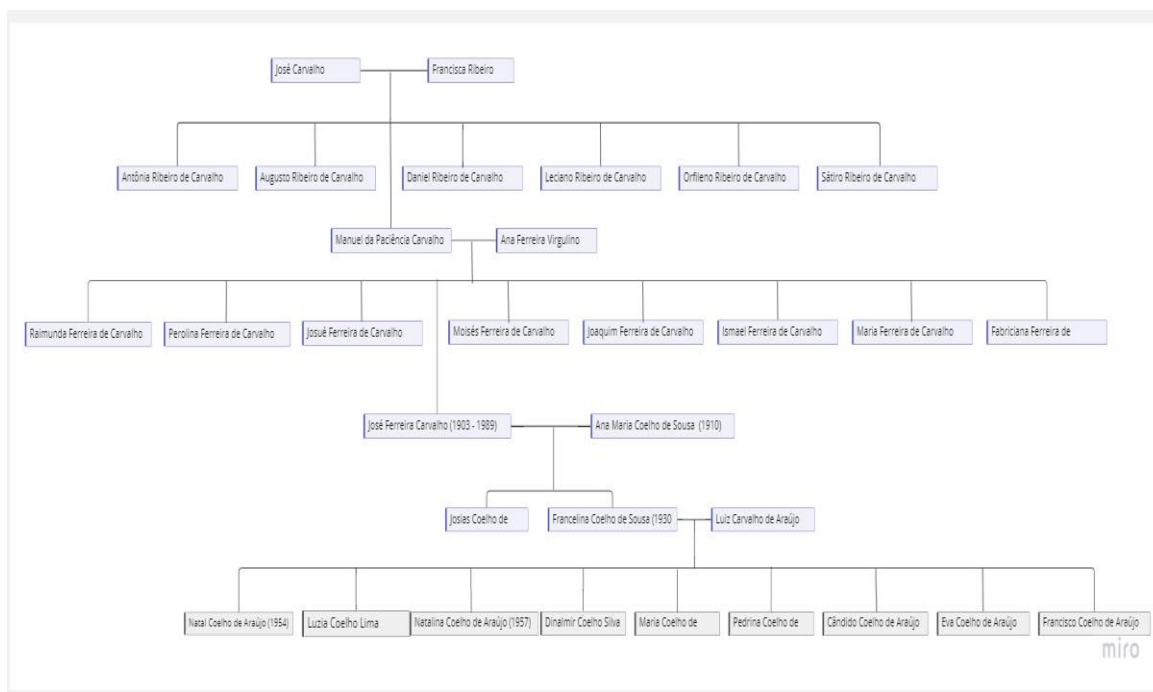
3.1 Família paterna: os Novatos

Como já mencionado, Dona França fazia parte da família Novato, que chegou na região por volta dos anos de 1845 e 1870. Os recém-chegados nesse período eram bisavós paternos de Dona França e se chamavam José Carvalho e Francisca Ribeiro. Eles fixaram morada na região em torno da Ilha e, com o tempo, constituíram uma das maiores famílias ribeirinhas nas redondezas, Os Novatos.

Não conseguimos registro documentais desses primeiros que chegaram, mesmo tendo buscado nos cartórios de Tocantinópolis, antiga Boa Vista, no Tocantins, e Carolina, no Maranhão. Com isso, as informações que temos da família foram obtidas através das narrativas em entrevistas realizadas.

A partir das informações colhidas, conseguimos construir a árvore genealógica dos dois troncos familiares de nossa interlocutora, no caso, os Novatos e os Coelhos.

Figura 3 - Árvore genealógica de Dona França



Fonte: Produzido pelo autor (2023).

Como podemos perceber na árvore genealógica, a nossa interlocutora fazia parte da quarta geração da família Novato. Sua mãe Ana Rapé, que vivia nas proximidades da Ilha de São José, teve primeiro Josias Coelho de Sousa, seu irmão mais velho, e, depois, Dona França, ambos filhos de José Ferreira de Carvalho (José Novato). Ele os deixou quando Dona França ainda era criança. Sua mãe e os dois filhos continuaram morando na região próxima à Ilha. Dona Ana Rapé, com os filhos ainda pequenos, conhece Miguel Pinheiro da Silva. Miguel trabalhava como vaqueiro para o pai de Dona França, que criava gado na região, no entorno e dentro da Ilha. Mesmo assim decidem morar juntos, com o intuito de ajudar a criar os filhos.

Dona França nos contou que antes de 1940, já existiam moradores na Ilha, sendo o espaço-território usado para a criação de gado. O gado que ficava na Ilha era de pessoas que não moravam lá¹³. Mas os moradores não eram muitos, em torno de três. O fato é que em toda a extensão da Ilha as pastagens naturais eram abundantes, e como era terra comum, fazendeiros da região usavam-na para criação de gado. As pessoas, de modo especial vaqueiros, começaram a morar e produzir dentro da Ilha, ficavam um tempo e se mudavam permanentemente.

Descreverei mais sobre essas pessoas que Dona França se refere no decorrer desse trabalho, pois esses eram fazendeiros que pretendia se apossar da Ilha de São José.

A Ilha era “terra comum”, como diz Dona França. Esse elemento se tornou fundamental do modo de vida ali desenvolvido posteriormente. As pessoas que chegavam, escolhiam um lugar e desde que este já não estivesse ocupado, poderiam fazer suas casas, quintais e roças. Como já foi dito, as casas eram de pau-a-pique, barro, madeira e cobertura com palha de coco babaçu, que havia em abundância na comunidade. Todos possuíam suas criações, porcos, patos, galinhas e depois o gado, que viviam soltos, pois não existiam cercas separando os lotes.

O período de 1940 a 1980, foi aquele em que a Ilha recebeu o afluxo de moradores. Existem dois períodos, o primeiro de 1940 a 1960 e o segundo de 1970 a 1980.

Quando Dona Ana Rapé decide morar com Miguel Pinheiro, no ano de 1935, Dona França, criança de 3 ou 4 anos, vai morar com sua madrinha de batismo, Raimunda Ferreira de Carvalho, irmã de seu pai. Dona Ana Rapé ficou morando “pela região”¹⁴ às margens do Rio Tocantins, próxima à Ilha de São José no mesmo lugar que dera à luz a Dona França. Como os pais de Ana Rapé também possuíam terras na região, não sabemos se ela morava em espaço de seu ex-marido ou de seus pais.

O batizado de Dona França foi celebrado pelo Padre João, ocorrendo logo nos seus primeiros dias de vida, pois nascera com problemas de saúde (nem Dona França e nem os outros entrevistados sabiam qual era o problema), e sendo sua família de religião católica, acreditava que se ela chegasse a falecer sem ser batizada, sua alma não alcançaria as graças do céu.

Em 1940, a mãe e o padrasto de Dona França conseguiram um terreno dentro da Ilha e decidiram morar e trabalhar nesse pedaço de terra. Dona França tinha agora 10 anos, e pôde voltar para casa materna. Durante a entrevista ocorrida no dia 18 de agosto de 2018, em sua casa, ela lembrou que antes dos dez anos de idade ainda não tinha morado com sua mãe. Seu pai queria os filhos por perto e sua avó materna queria, no dizer dela, “lhe pegar” para morar com ela. Conta-nos ainda que com essa idade – dez anos – já tinha que ajudar na roça e nos afazeres do lar, como era de costume na região. As crianças trabalhavam desde cedo, quer seja na roça, quer seja no cuidar das criações, todos exerciam uma tarefa. Dona França afirma:

E lá eu acho que morei mais ela talvez uns 6 anos ou 5 por aí há sim não sei quando eu vim de lá eu já estava começando a labutar. Eu fui

14 No dizer de Dona França: “pela região” significa perto de onde ela morava.

pra lá muito pequena e tomei entendimento de gente ou por gente já mais ela (Dona França, entrevista oral, 18 agosto de 2018).

No trecho em que Dona França refere como “tomou entendimento”, quer dizer, aprendeu a compreender o mundo em que vivia, aprendeu com sua madrinha; já sabia as obrigações rotineiras de uma pessoa ribeirinha: cuidar da vazante, dos quintais, quebra de coco babaçu, que era de onde poderia tirar o seu sustento e, mais tarde, de seus filhos, foram 9 (Natal Coelho de Araújo (1954), Luzia Coelho Lima (1955), Natalina Coelho de Araújo (1957), Dinalmir Coelho Silva (1958), Maria Coelho de Araújo (1960), Pedrina Coelho de Araújo (1961), Cândido Coelho de Araújo (1963), Eva Coelho de Araújo (1965) e Francisco Coelho de Araújo (1968). Começou cedo na labuta e logo obteve suas criações: porcos, galinhas, carneiros e até “*uma mão cheinha de gado*” como ela mesma falava.

Apesar de sempre morar na beira do rio não gostava de pescar, mas não dispensava seu banho de mergulho no rio, e sempre frisava que só deixaria de ir ao rio quando não desse conta de se arrastar até lá. Essa era uma de suas tristezas nos anos finais de sua vida: a de não ter mais o rio para seus banhos: “*Muito bom. Na beira do Brejão e de um riacho chamado Brejinho, muita água. Para mim agora tá banhando de caneco é o cúmulo*” (Dona França, entrevista oral, 14 setembro de 2018).

As mudanças que a destruição do espaço-território implicou conectam-se, na maioria das vezes, a elementos cotidianos, elementares da vida, mas que constituem as estruturas do modo de vida, como o trabalho, o lazer, a higiene diária, as pequenas alegrias, a beleza da paisagem etc. Muitos ribeirinhos deslocados afirmam que a perda do rio, também os afetou, porque olhar e escutar o rio nos finais das tardes era profundamente prazeroso.

Na imagem 9 que registrei no dia 15 de janeiro de 2023 – dois anos após seu falecimento – em uma visita de campo à casa onde Dona França morava, podemos perceber o lugar onde nossa interlocutora fazia seus banhos.

Imagem 9 - Fotografia do quintal de Dona França, dia 15 de janeiro de 2023



Fonte: acervo do autor, 2023.

Conforme a imagem 9, podemos perceber onde Dona França fazia seus banhos. Um local ainda preservado pela sua filha Natalina Coelho de Araújo, quem cuidou dela até seus últimos dias de vida. Uns baldes, tachos, cadeira, tábua de lavar roupa, tudo debaixo de uma latada coberta com palhas de babaçu. Plantas ornamentais e algumas frutíferas como a palmeira de açaí e mudas de mangas, abacates e outras, completavam o cenário. A água que ela usava vinha de um córrego com o nome de Macambira, mas com o assoreamento sofrido, está “morrendo”. Era dele a água que Dona França usava para fazer seus banhos. Antes era no porto que tomava seus banhos e lavava as roupas, nos seus últimos dias de vida era nesse lugar.

Em 2018, na entrevista individual que fiz com ela, relatou-nos que nunca mais tinha ido ao rio, agora lago, pois já não tinha mais força para isso. Penso ser essa não apenas a física, mas também força emocional para ver o que tornara sua comunidade, depois da construção da hidrelétrica.

A força física já lhe abandonara com a velhice, mas, tem suas lembranças quando fazia dentre outras atividades ribeirinhas, as caçadas de tatu. E nos explicou que isso só acontecia quando tinha uma folga e a lua estava boa. Essa era uma das suas atividades preferidas. Geralmente acontecia a noite e não se usava arma de fogo, mas um ou dois cachorros que farejavam o animal até encurralá-lo em um

buraco, depois era cavar com o auxílio de um enxadão e uma pá, o que terminava na captura do animal.

Na Ilha, ainda jovem, de acordo com o que nos narrou, ela morou com sua mãe e seu padrasto em diversos lugares. Mas só nos deu mais detalhes sobre dois deles. Em 1940 se mudou, com a mãe e o padrasto, para um pedaço de terra no braço do Maranhão, sua primeira moradia na Ilha. Nesse tempo seu padrasto era vaqueiro do pai de Dona França, cuidava do gado dele nas terras que este tinha na Comunidade Ilha de São José.

Passando alguns anos recebeu uma proposta para ser vaqueiro de um fazendeiro do estado do Maranhão. Foi no período que trabalhou nessa fazenda que requereu do seu antigo patrão uma terra na Ilha de São José, que seria uma forma pagamentos pelo tempo de serviço prestado. De vaqueiro, ele passou a posseiro em alguns anos de trabalho.

Os Mais Velhos afirmam que não havia divergência entre o pai e o padrasto de nossa interlocutora. Ela falava que quando houve a separação de seus pais, o seu padrasto já vivia por lá e que já trabalhava para seu pai. Conta ainda que foi a necessidade de ter um parceiro ou uma parceira para ajudar na criação dos filhos que fazia com que essas relações afetivas não se transformassem em um conflito. As famílias mantinham contatos entre elas, mesmo tendo os pais de Dona França constituído outras famílias, elas tinham boas relações como mostra o fato de seu padrasto trabalhar como vaqueiro de seu pai. Isso permanece assim até quando Miguel Pinheiro reivindica a terra na Ilha como forma de pagamento.

Neste momento, quando Miguel e Ana se tornam posseiro, as famílias se afastam, mesmo não tendo relatos de nenhum tipo de violência entre eles. Talvez porque a autonomia que a posse lhes permitia reorganizou as relações com o antigo patrão e marido. A terra que foi cedida como forma de pagamento ao padrasto de Dona França ficava no braço do Tocantins, sendo a segunda morada dela na Comunidade Ilha de São José.

Em 1948, eles (Miguel, Ana Rapé e Dona França) constroem sua morada definitiva na comunidade, agora em posse da família. Dona França morou e cuidou deles até a morte. Seu padrasto faleceu primeiro que sua mãe. Com a morte da mãe ela herda a terra e a morada.

3.2 Família materna: os Coelhos

Os Novatos, como já mencionei, foi uma das famílias importantes que moravam tanto na Ilha como nas redondezas, mas Dona França não era só dessa família. Pertencia, por parte de mãe, à família dos Coelhos. Seu bisavô, Jacinto Coelho, foi um dos primeiros moradores da região, mas na terra firme no estado do Tocantins. Ele residia no pé da serra, que depois recebeu seu nome: Serra do Coelhos.

Dona França relatou que a casa de seu bisavô ficava pertinho de uma cachoeira e que ele morou lá por muito tempo, e que depois se mudou para mais perto do Rio Tocantins. A mudança para perto rio tem relação com as terras mais férteis e o escoamento da produção que era feito através da navegação.

Ela falava também que José Coelho chegou à região fugindo dos “revoltosos”, não sabendo explicar quem seriam esses; levantamos a hipótese que essa mudança também tenha relação com as revoltas de Boa Vista¹⁵.

No dia 11 de fevereiro de 2021, fiz uma visita à casa onde Dona França morava que fica nas proximidades onde era a Comunidade Ilha de São José no estado do Tocantins. Neste dia, estava lhe visitando também seu irmão caçula, Francisco Coelho de Araújo. Na oportunidade conversamos sobre a família de sua mãe, foi quando nos contou sobre esses personagens das revoltas de Bela Vista e nos esclareceu mais sobre a família de Ana Rapé.

Natalina e Francisco, filhos de Dona França nos relataram que sua mãe contava que os “revoltosos” chegavam nas propriedades, destruíam as plantações e matavam as criações, Francisco ainda acrescenta, *“que poderia ser eles pessoas que defendia algumas ideologias políticas que pode ter relação com as lutas pelo poder em Bela Vista de Goiás, hoje Tocantinópolis do Tocantins”* (Francisco Coelho, entrevista oral, dia 15 de janeiro de 2023).

As relações de parentesco de Dona França eram intrincadas, tanto da parte dos Novatos quanto dos Coelhos. Essa característica de relações intrafamiliares se estende a quase toda a comunidade Ilha de São José, pois há vários casos de relações sexual afetiva e matrimonial entre parentes.

O bisavô de Dona França, Jacinto, teve uma filha com a cunhada, a irmã de sua esposa. Como ela relata:

Boa Vista hoje Tocantinópolis, pertencia ao antigo norte goiano, falaremos mais sobre essas revoltas no decorrer desse trabalho.

A avó da minha mãe era a irmã da muié do Jacinto. A muié do Jacinto era tia da minha mãe. E a irmã dela era vó da minha mãe. E produziu com o Jacinto filho, a irmã produziu com o marido da outra. Teve a minha avó que diz que era filha dele. A minha bisavó era Lina, e a outra diz que era Profília, a mulher do Jacinto era Profília (Francelina Coelho de Sousa, entrevista oral, 18 de agosto de 2018)

Dona França acreditava que não teria havido problemas nesta confusa relação familiar. Para ela essas relações era algo comum na comunidade, pois primos se casavam e isso pode ser observado até os dias de hoje no caso dos filhos e netos dela. Quando questionada sobre essas relações entre parentes, ela respondeu:

Acho que não... acho que não, porque viviam todo mundo junto, nesse tempo mesmo ela já tinha a minha vó. E tavam juntos, tudo numa casa só lá, na morada deles. Eu sei que minha avó não era mais velha do que os outros, os filhos dele. Sei não, não sei se ela era mais velha que tio Virgílio não, mas acho que não (Francelina Coelho de Sousa, entrevista oral, 18 de agosto de 2018)

Dona França recorda que sua mãe falava que sua avó foi doada ou nas palavras dela “dada”. Quando criança, um casal que não tinha filho e morava no Maranhão pediu à sua bisavó para levar a menina; não iam adotar, mas tinham a intenção de que ela passasse um tempo com eles. O casal se mudou para Marabá e não devolveram mais a criança.

A mãe de Dona França, Ana Maria Coelho de Sousa (Ana Rapé), nascera em Marabá. Falava-se que sua avó se casou por lá e teve sua mãe. Com o passar dos anos, eles se mudaram para um povoado com o nome de Luzia, que ficava depois de Marabá – ou pelo conhecimento deles, um dia de viagem de canoa. Quando Ana Rapé tinha oito anos de idade, isso em 1918, eles voltaram para a região próxima à Ilha, como ela explica no trecho abaixo:

Minha vó diz que tinha vontade de conhecer o povo dela. Aí sempre ia os irmãos dela, naquele tempo levavam, andavam de batelão¹⁶, iam pra Marabá com coisa vender. E ia irmão dela. Aí ela tinha os irmãos e tinha vontade de vim ver a mãe e os outros irmãos, até que veio embora. Meu avô ficou pra lá, foi em 18 que a minha mãe, a minha vó mudou pra cá. Minha mãe tinha oito anos, minha mãe é de 1910. Aí ele ficou, em 19 ela foi buscar ele, que ele num vinha, ficou lá especuiando algumas coisas ainda arrumando uns negócios e num

¹⁶ Os batelões era embarcações construídas com madeira, sendo que a navegação na região era feita no inverno (período em que o rio estava cheio), não se fazia uso de motor, tendo sua locomoção impulsionada através de grandes remos com nome de voga ou por varas, ambos feitos por força humana que demandava agilidade e perícia na navegação.

ainda tinha chegado, ela foi buscar (Francelina Coelho de Sousa, entrevista oral, 18 de agosto de 2018).

Dona França conta que sua avó e sua mãe quando retornaram para o Tocantins foram morar na fazenda de um fazendeiro chamado Alarico. Essa fazenda fica antes de onde era a Ilha, no sentido Babaçulândia a Estreito/MA. Nessa região, sua mãe fez morada com mais sete irmãos, mas ela não lembra os nomes de seus tios, e não sabia se seu bisavô Jacinto ainda era vivo e se morava lá quando sua mãe voltou com sua avó. Mesmo Dona França não tendo conhecido seus parentes maternos, a memória de sua mãe transmitiu essas histórias para ela. Os dois troncos familiares construíram suas vidas em relação profunda com o rio, com a ilha e a região que ficava em suas imediações.

3.3 Resistência e memória

A memória dessa experiência social: cultivo da terra, pesca, construção de moradia ribeirinha, confecção de utensílios com a palha do babaçu, o respeito e cuidado com a natureza, foi transmitida pelas práticas culturais e, quando o deslocamento compulsório pode ter o efeito de invisibilizá-las, as memórias dessas comunidades ficaram conectadas à oralidade e ao corpo dos Mais Velhos, como Dona França. Portanto, essas narrativas se opõem às narrativas do dominador, como ressalva Michael Pollak:

Indivíduos e certos grupos podem teimar em venerar justamente aquilo que os enquadramentos de uma memória coletiva em um nível mais global se esforçam por minimizar ou eliminar. Se a análise do trabalho de enquadramento de seus agentes e seus traços materiais é uma chave para estudar, de cima para baixo, como as memórias coletivas são construídas, desconstruídas e reconstruídas, o procedimento inverso, aquele que, com os instrumentos da história oral, parte das memórias individuais, faz aparecerem os limites desse trabalho de enquadramento e, ao mesmo tempo, revela um trabalho psicológico do indivíduo que tende a controlar as feridas as tensões e contradições entre a imagem oficial do passado e suas lembranças pessoais (Pollak, 1989, p. 12).

As pessoas que viveram na Comunidade Ilha de São José se direcionavam para Dona França, quando questionados sobre a comunidade. Com isso, como já falamos, tornou-se uma referência para falar sobre a Comunidade Ilha de São José entre os moradores dos reassentamentos. Talvez porque ela era uma das pessoas vivas que por mais tempo moraram lá, mas sobretudo porque ela tinha história, sabia

as prosas, ou seja, tinha o reconhecimento social da comunidade e, depois, dos deslocados. Sem sua memória e sem seu costume de contar história, este trabalho dificilmente teria avançado.

A relação dela com o espaço-território pode ser outra causa do reconhecimento. Nunca quis, ao contrário de outros Mais Velhos, sair das imediações da região onde ficava até 2010 a Ilha. Falava que algo a prendia à região, e que mesmo tendo sido expulsa da Ilha não se via fora do lugar onde vivera a vida toda, o espaço-território que seu povo tinha escolhido para viver.

Era. Eu também nasci bem aqui onde passa essa ferrovia bem aí, de frente com o Moadi. Minha mãe morava aí mar meu pai conde é que eu nasci aí. E a caixibunca, não sei o que que fizeram que eu fico só assim remanchando aqui [gesticula com as mãos fazendo entender que fica como um redemoinho, girando e não sai das redondezas]. (Francelina Coelho de Sousa, entrevista oral, 15 de setembro de 2018).

Apesar das várias atribulações, como ela mesma falava, viveu seus 91 anos sem sair da região. Faleceu no dia 11 de março de 2021 em sua casa; foi sepultada no cemitério da família em suas terras ancestrais, em frente onde ficava a Comunidade Ilha de São José, do lado do Tocantins. Foi um pedido que fez a seus filhos e filhas, que quando partisse não fosse tirada de seu lugar.

Enquanto viveu resistia, lutava para manter a sua cultura, seu modo de vida, algo que era perceptível aos olhos para quem a visitasse. Fez questão de manter sua morada obedecendo aos mesmos padrões das casas de seus ancestrais; não por falta de recurso para ter uma casa de alvenaria, mas porque se sentia bem em ser como era, dizia que a casa coberta de palha era mais fresca, e gostava de pôr fogo em seu fogão a lenha, era um sinal que ali poderia ter alimento.

Se não poderia viver na Ilha, viveria como se estivesse lá. Fogão a lenha, casa com paredes de tábuas e cobertura de palha de babaçu. Nem mesmo a idade tinha tirado o prazer de usar seu pilão, um dos utensílios que trouxe de sua antiga morada, pois ainda juntava força para pillar o arroz ou fazer uma paçoca de carne de sol nele.

Na imagem 10 podemos perceber como era sua morada quando lhe entrevistei. A casa, que ficava nas proximidades de onde ficava a Ilha, obedecia aos mesmos padrões de construção que existia na Comunidade Ilha de São José.

Imagem 10 - Casa de Dona França em terra firme, dia 15 de janeiro 2023



Fonte: acervo do autor, 2023.

Essa foi a última morada em vida de nossa interlocutora; a casa era rodeada de árvores, quintal com diversidades de plantas, das frutíferas às ornamentais. Mesmo que a velhice tenha lhe tirado algumas de suas habilidades – locomovia-se com dificuldade –, mantinha seus pertences e tentara manter o modo de vida; recebia seus parentes e amigos com a mesma simpatia que tinha antes na sua comunidade, sempre com o fogo aceso em seu fogão a lenha. Poderia oferecer um cafezinho quentinho e proseava com os visitantes, lembrado como foi sua vida na Ilha.

Nessas conversas gostava de frisar que se recusou a sair de sua casa no lugar onde o seu povo escolheu para viver, referindo-se à Comunidade Ilha de São José. Acrescentava que recebeu o pouco que lhe "tocou" – em referência à indenização por parte do CESTE S. A. –, lamentando-se que teve que sair à força da Ilha, sem poder colher o fruto de suas plantações. Sempre reclamava da necessidade de ter que comprar tudo na nova morada, evidenciando que a tentativa de manter o modo de vida da ilha encontrava limites materiais.

O seu apego ao espaço-território a fez com que optasse por construir a casa em um lugar estratégico para ela: em frente ao local onde era sua antiga morada na Ilha. Ela não se via morando em outro lugar. Não aceitava morar em reassentamento, onde os construtores tinham escolhido para eles, sem mesmo lhes dar a oportunidade de escolher o modelo das suas moradas.

Mesmo assim guardava em suas lembranças as praias que logo seriam cobertas pela água, como neste trecho:

Foi, quer dizer que ainda vi o lago as praionas aí o povo pegaram uma impinja de sai o povo porque queriam, era empreitado para enterrar as casas do povo. E aí tiravam a gente que ainda hoje eu me arrependo que eu podia ter me arranchado por de baixio dos paus e ficado lá até colher minhas coisas direito, tinha mandado serra pau para fazer carvão, ficou estruído isso lá eu pagava sem reais para um serrador... por dia. Botei um fazedor de carvão, era bêbado e não fazia nada que prestasse... e... eu tive prejuízo viu, ali que a indenização foi pouca, fiquei sem minhas coisas se hoje eu quero comer uma fruta é preciso comprar e quando acha, e lá não eu tinha minhas coisas, tinha minhas frutas: laranja, tanja, cacau para eu beber o chocolate (Dona França, entrevista oral, 18 agosto de 2018).

No trecho acima da entrevista, também falava da angústia de ter visto pela última vez as praias que eram, no período do verão, parte de seu quintal, que parecia não ter fim. Falava dos prejuízos para os quais não existe valor indenizatório que cubra os danos. Pois, como ela relatava, as pessoas contratadas já estavam ali para “enterrar as casas do povo”. Sob pressão para desocupar sua própria terra como uma intrusa em seu lar, deixou alguns pertences como a madeira, o carvão e os legumes e frutas de suas plantações.

Depois de sua morte, sua filha Natalina mantém a casa do jeito que ela deixou. É um esforço por dar continuidade ainda por um tempo do que sua mãe pregava como o certo a fazer. Resistir e lembrar, lembrar para resistir.

4 DONA FRANÇA E A NARRATIVA DOS DESASSOSSEGOS: DA FORMAÇÃO DA COMUNIDADE ILHA DE SÃO JOSÉ AO FIM DO ESPAÇO-TERRITÓRIO

Como já mencionado nesse trabalho, a nossa interlocutora tinha laços familiares com as duas mais antigas famílias da região da Ilha de São José: os Novatos e o Coelho (como mostramos na árvore genealógica). Essas chegaram em meados do século XIX na região. Através das narrativas orais, estimamos que ambas as famílias chegaram na região por volta de 1840 a 1870.

Segundo os Mais Velhos que narram a história da família (Seu Bander, Dona França, Dona Iraci e Seu Raimundinho), o primeiro Novato (José de Carvalho) viera de Portugal, isso por volta de 1840. Esse, ainda jovem com mais ou menos seus 16 anos, veio em busca de seu pai, desembarcando no estado do Maranhão. Em suas andanças, conheceu uma família de mascate que atendia a região sul do Maranhão. Fazia parte dessa família Francisca Ribeiro, com quem veio se casar. O casal estabeleceu morada perto da Comunidade Ilha de São José, mas no lado do antigo Norte de Goiás, hoje estado do Tocantins, isso pouco antes do início do chamado ciclo da borracha.

Mas a população que formou a comunidade, segundo a narrativa dos Mais Velhos, vem de processos de expulsões de outros espaços de sossego, sejam elas motivadas por questões políticas, sejam econômicas e ambientais.

4.1 Os desassossegados e a formação da comunidade na ilha de São José

Seu Bander (Josué Ferreira de Carvalho), que nasceu na região em 1922 e fazia parte da terceira geração dos Novatos, falava que muitos dos que chegavam na Ilha de São José, eram do Ceará, Piauí e Maranhão, e que se deslocavam por algum motivo que os desassossegava.

Seu Bander explica, no trecho a seguir da entrevista em roda de conversa que foi realizada em sua residência que ficava na cidade de Carmolândia –TO. Ele falou como essas frentes ou fluxos nordestinos chegavam:

(...) foram chegando de pouco a pouco, tinha gente que vinha do Piauí... Maranhão... Os motivos apontados por eles é que esses vinham desassossegados. É da tal seca que se vê falar lá pelo Piauí, pra lá no Nordeste, aí vinham(...) (Josué Ferreira de Carvalho, entrevista oral, 14 setembro de 2018).

Quando Seu Bander fala sobre esses sujeitos que estão chegando, podemos supor que o pano de fundo dessa narrativa são os movimentos históricos de povoamento dessa região do antigo norte goiano. Por isso pensamos que quando se refere aos “desassossegados”, ele poderia estar se referindo aos que fugiam de pelo menos três acontecimentos em regiões próximas à Comunidade Ilha de São José: as secas no Nordeste, as revoltas armadas ocorridas no sul do Maranhão e em Boa Vista de Goiás, atualmente, Tocantinópolis do Tocantins.

Com relação às revoltas de Boa Vista, essas têm forte ligação com a migração, tanto para o espaço-território da Ilha, que veio a se tornar a Comunidade Ilha de São José, como também para a região em torno dela. Portanto, eram muitas pessoas que chegavam na região nesse período do século XIX, mas foi a família Carvalho que ficou com o apelido.

Segundo a entrevista realizada com os Mais Velhos, os recém-chegados poderiam ser nordestinos oriundos das inquietações que os expulsaram em outros momentos de seus territórios ancestrais, que teriam relação tanto com os momentos de conflitos, que tinha participação do estado, como eventos históricos a exemplo da Balaiada (1838 - 1841)¹⁷; bem como, eventos naturais, por exemplo: as grandes secas do Nordeste que ocorreram entre 1877 - 1878¹⁸, e foram chegando à região através dos caminhos abertos pela expansão da frente pecuária nordestina e, também, atraídos pelo incremento do comércio através da navegação do rio Tocantins, que tinha destaque no período.

Também têm relevância no entendimento desses movimentos populacionais o início do chamado ciclo da borracha que era extraída do Caucho (*Castilloa ulei*) e, no século XX, a expansão do babaçu e a produção de fumo. O que ficou chamado como frentes nordestinas ou frente de expansão pastoril (Negreiros, 2017, p. 25), consistiam em um grande fluxo de pessoas que migravam para a região do antigo norte goiano – hoje estado do Tocantins – como para o estado do Pará motivados por problemas políticos e ambientais, mas também por oportunidades econômicas surgidas com a

¹⁷ Sobre a Balaiada ler: MEDEIROS, Euclides Antunes de. Encontros de sangue: cultura da violência na região dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins 1830/1930. 2012. 281 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012. 281p.

¹⁸ Sobre a seca de 1877-1878 ler: TEÓFILO, Rodolfo. A fome: cenas da seca do Ceará. São Paulo: Tordesilhas, 2011.

expansão da pecuária, a exploração da borracha e do babaçu, a disponibilidade de terra etc.

Durante todo o século XIX, essa frente de expansão pastoril percorreu o Maranhão, adentrando o então norte de Goiás, entre os rios Tocantins e Araguaia, num processo de mobilidade socioespacial ligado “fundamentalmente à terra” (Martins, 2009 apud Negreiros, 2017, p. 25).

No século XIX até meados do XX, saíram do Piauí e Ceará grandes caravanas para esses estados, sujeitos que buscava uma condição melhor de vida. Dona Iraci fala que antes de Porto Franco - MA, existia uma grande fazenda, e que nesta, sua mãe, Quitéria Germano da Silva, ficou quase um ano fazendo um tratamento, no ano de 1953. A fazenda era conhecida como Sabinão e era uma comunidade ribeirinha com quem a Comunidade Ilha de São José mantinha relação. Dona Iraci relata que viu muita gente chegar do Norte e Nordeste.

Já no século XX, a disputa pela terra e a expansão das fazendas de criação de gado são impulsionadas a partir da abertura da BR-153, que teve início em 1958. Pelo menos até a construção da rodovia, esses migrantes vinham do Nordeste, mas, depois da construção dela, movimentos migratórios relevante das regiões do Sul de Goiás, Minas e São Paulo. Essa nova frente de migração não diminuiu as que vinham do Nordeste.

A BR-153 facilitou o acesso a região norte do estado de Goiás valorizando as terras cortadas por ela. Essas grandes fazendas expulsaram os pequenos que foram forçados a migrarem para outras regiões, por ser parte dos desassossegados, causados pela expropriação das terras. Como ressalta Cormineiro (2010):

As terras cortadas pela rodovia, efetivamente, foram valorizadas, definindo o início da “expropriação” dos pobres das terras onde moravam, inclusive, dos agregados. Consequência, aliás inversa à projeção de que a abertura da rodovia 153 promoveria a “democratização do espaço por onde ela passasse (Cormineiro, 2010. p. 69).

O processo de ocupação da região estende-se por décadas, mas ele está marcado temporalmente nos períodos em que chegam os desassossegados: segunda metade do século XIX, décadas de 1940 a 1950 e, posteriormente, 1970 e 1980.

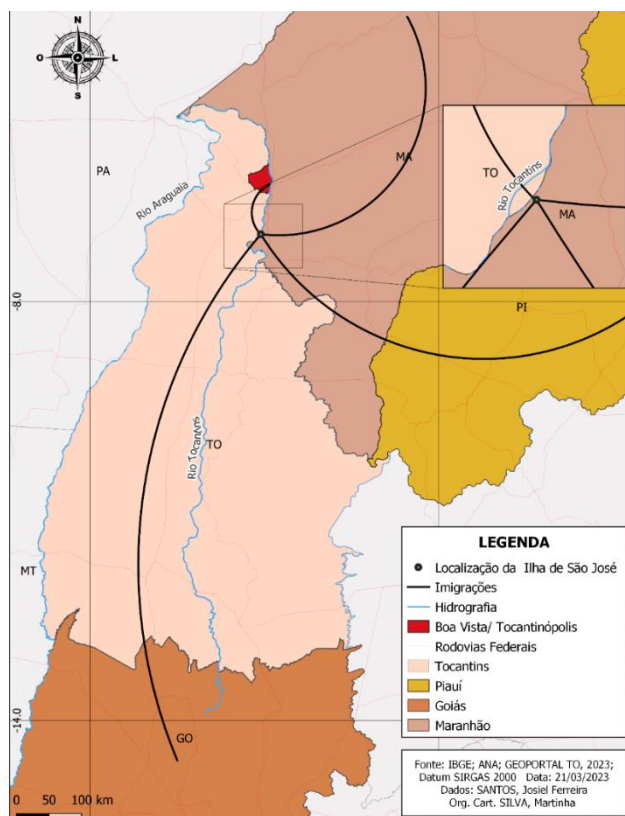
Segundo os estudos de Venâncio (2019), tanto a frente pastoril ou frente pecuária, vinda do estado do Maranhão expulsava os nativos, no caso os Krahôs que fugiram para a região próxima do Rio Tocantins. Juntos com eles, poderia também vir

comunidades já muitos estabelecidas, que começaram a povoar às margens do rio Tocantins. A mesma autora aponta também que o povoamento da região sul do estado do Maranhão como o Norte do estado do Tocantins, ocorreu também por meio da navegação do Rio Tocantins:

As primeiras vilas e os primeiros povoados no extremo norte de Goiás nasceram em decorrência das navegações; aí se incluem Boa Vista, Filadélfia, Nova Aurora (Babaçulândia), em território goiano, e Carolina, no Maranhão. Mas sempre às margens do rio Tocantins. Outras dezenas de cidades foram se espalhando pelas margens dos dois rios (Venâncio, 2019. p. 38).

Eram muitos os lugares de onde eles vinham como também os caminhos que esses percorriam para chegar no antigo Norte Goiano. Seja pelos rios Tocantins ou Araguaia seja por terra nas grandes e pequenas comitivas em busca de um lugar para viver, vinha os desassossegados, como a figura 4 mostra.

Figura 4 - Mapa de Imigração dos primeiros moradores da Ilha São José



Fonte: IBGE (2023).

Tem relação com os desassossegados, no século XX, as disputas entre coronéis em Boa Vista, atual Tocantinópolis. Com relação a essas revoltas “armadas”

ou os “revoltosos” dos quais os narradores falam com frequência, a hipótese mais provável é que se trata das lutas dos coronéis, que tem como centro a cidade de Tocantinópolis, antiga Boa Vista - Goiás.

Essas lutas vinham acontecendo fazia algum tempo no Maranhão e caminham, com os fluxos migratórios, para o Antigo Norte Goiano. Decerto que as que mais impactaram os moradores da comunidade em questão foram as revoltas em Boa Vista. Essas lutas persistiram na região por mais de três décadas (Palacín, 1990) de modo que impulsionou a migração para os territórios vizinhos.

Na década de noventa [1890], a primeira revolução de Boa Vista – ponto de partida de uma conjuntura de agitação política de três décadas – produziu o efeito de uma bomba espalhando grossos contingentes de emigrantes para os territórios vizinhos: Marabá, Barreira e Conceição, Santa Maria do Araguaia (Palacín, 1990, p. 20).

Antes dessas revoltas em Boa Vista, já ocorrera outras no estado do Maranhão como a do Coronel Leão Leda. Essa luta pelo poder ocorreu na cidade de Grajaú - MA, e que os levou a migrar para Boa Vista. Entretanto, essas lutas levadas a termo por donos de grandes porções de terra, que eram denominados na época por coronéis, tinham como objetivo o controle das demais terras próximas de onde localizavam suas fazendas.

Havia ainda um componente político nestas disputas. Os vencedores passavam a ter controle nas indicações de cargos políticos e, assim, acesso ao dinheiro público.

Estes cargos de nomeação de governo, na área da fazenda coletor de rendas, encarregados dos postos fiscais, da polícia, delegado, da justiça juiz e promotor, tabelião, da educação, diretores das escolas e professores, eram preenchidos, normalmente, de acordo com a indicação do chefe local do partido (PALACÍN, 1990, p. 121).

As brigas pelo poder local e o controle das terras criaram muitos dos “desinquietados”, que Seu Bander se referiu. A memória dos “revoltosos” persiste, pois Dona França falava que quando passavam assassinavam pessoas, destruíam as plantações e matavam os animais, “desinquietava” o povo. Iam expulsando-os de seus espaço-territórios de modo que eles migravam para áreas menos impactadas por essas ações, como era o caso da região da Ilha de São José.

Do ponto de vista do espaço-território, pessoas dos dois troncos familiares de Dona França usavam a Ilha, inicialmente, como pastagem para criação de gado. Mas

com o acirramento dos conflitos na região, podem ter visto na Ilha um refúgio. Os primeiros a mudarem para lá foram os vaqueiros, como foi o caso de seu padraço.

Ao mesmo tempo, essa inserção no espaço da ilha pode ser fruto da necessidade intergeracional de terras, as famílias que moravam na “barra”, tanto do lado do estado do Maranhão, como no estado do Tocantins, como os Novatos e os Coelho, usavam a Ilha para pastagem. Por esse motivo, os primeiros a se mudarem foram os vaqueiros dessas famílias, jovens recém-casados que precisavam de terra, um novo lugar para constituir espaço de moradas para as famílias.

Seu Raimundinho Novato, irmão de Dona França, fala que muito antes de ter moradores na Ilha, seu pai e outros criadores de gado da família, usavam a ilha como pastagem. Em entrevista, quando o questionamos se ela andava na Ilha antes de se mudar para lá:

Pelo menos ela ia lá na Ilha sim antes dela casar, ter marido, era mais o finado Miguel Pinheiro e mãe dela Ana Rapé. Eram vaqueiro de meu pai, lá ficaram meu pai. E faz como diz o outro, foram nascido e criado ali, junto com a Ilha mesmo, dentro da Ilha assim (Raimundo Carvalho da Silva, entrevista oral, 14 de setembro de 2018).

Contudo, por volta de 1940, começam a chegar à ilha os “desassossegados.” Os Mais Velhos afirmam que nesse período começou a chegar muita gente à procura de um lugar de onde tirar o sustento da família. E a Ilha dava essa segurança por meio da pesca, nas vazantes e na extração da amêndoa do babaçu que era em abundância, produto que começara a ter muito valor comercial. Como os trechos abaixo da entrevista com os Mais velhos mostram:

B: *Mais todo mundo lá não se conhecia não, assim não tinha notícias?*

F: *Não, tinha muita gente chegando, era só chegando, fazendo casa onde queria e morando, não tinha.*

B: *Não tinha controle, não?*

F: *Não. Morava aonde queria lá na Ilha, era, chegou fez o barraco onde quis, aí morava uns tempos, quando não queria mais ia embora, depois pegaram a morava e quando não queria mais vendia para outros.*

D: *Mas vocês sabiam que eles estavam vindo do Piauí?*

SB: *Uns, e outros da região mesmo do Maranhão, que foi no tempo que chegou a fofoca do babaçu naquele tempo, aí juntou muita gente para morar dentro da Ilha, porque a Ilha era bem cheio de babaçu, aí foi descendo muito né, muita gente.*

A partir desses trechos da narrativa de Dona França, de seu tio, Seu Bander, percebemos que os sujeitos que chegavam tinham abrigo na Ilha, pois a terra era de

uso comum, e como um meio de renda, envolviam-se na quebra do coco babaçu. No que se refere aos alimentos básicos, as vazantes davam o sustento com a produção dos grãos, os quintais ofereciam frutas, e o rio, os pescados.

O segundo motivo para a chegada daqueles que fugiam das revoluções é que o Padre João fazia parte da família dos Novatos. Ele era primo de Ana Ferreira Virgulino, que era esposa de Manoel da Paciência, avós paternos de Dona França. Padre João era nascido em Boa Vista e tinha deixado sua terra ainda menino para estudar no Rio de Janeiro, retornando em 1897, como sacerdote. Conforme relata Palacín (1990):

Em 1897, dois anos após o término da guerra, quando as feridas dos campos, da cidade e dos espíritos começavam a fechar-se com a cura do tempo e a dispersão dos protagonistas, retornava para a Boa Vista, depois de catorze anos de ausência, o padre João. Tinha partido quase menino e retornava homem e padre (Palacín, 1990, p. 91).

Em sua obra, o também sacerdote Luís Palacín Gómez fala que com o retorno do padre João, na cidade de Boa Vista tem início a segunda “revolução”. O 30 de agosto de 1897, data do retorno do sacerdote, inaugura as cinco décadas dele no mando da cidade. Não é o intuito desse trabalho descrever as “revoluções”, e sim, ao citar esse fato histórico, situar o leitor para conhecer o contexto da formação da comunidade de Dona França.

Como parte da família de Dona França, padre João se hospedava na casa de seu pai quando partia de Boa Vista para fazer as desobrigas: celebrava missas, rezava terço, fazia batizados e casamentos. Elas, que aconteciam uma vez por ano, eram uma forma de fazer com que os cristãos ficassem em dia com as obrigações da Igreja.

Ele subia o rio fazendo a desobriga até Filadélfia, atravessando para Carolina - MA, descendo até Porto Franco - MA, onde atravessava o Rio Tocantins para Boa Vista. Como nos relatou nossa interlocutora:

Vi ele [padre João], ele rezava missa na casa da minha madrinha Raimundinha, lá da onde eu estou falando na Gameleira e aqui na casa de minha vó, porque naquele tempo o padre fazia a desobriga, não é! Tinha os pontos certos de arranchar para coisar o terço, rezar a missa de manhã. Padre João eu vi ele muitas vezes. Ele era parente da minha vó, era da família (Francelina Coelho de Sousa, entrevista oral, 18 de agosto de 2018).

Padre João não era só da família, como também mantinha contato com seus familiares, e essa relação pôde ajudar a entender o rumo que os “desassossegados”,

que Seu Bander e Dona França falavam, tomaram para fugir das revoluções: subir o rio em busca de espaços em que as guerras políticas entre coronéis não alcançavam.

4.2 Primeiras relações com os poderes estabelecidos

Capítulo à parte da história da região são as desobrigas. Padre João batizava muita gente, inclusive Dona França, que nos contou que nessa época não tinha registro civil. O batistério era o documento oficial. Depois do surgimento de cartório de registro de pessoal naturais na região, as famílias esperavam todos os filhos nascerem para procederem o registro.

Com Dona França não foi diferente. Ela nos contou que para registrar seus filhos, teve de vender uns porcos para apurar o dinheiro, mas o pai dos meninos, que ficara responsável por ir até a cidade Babaçulândia para fazer os registros, gastara parte do dinheiro, não dando a quantia que era necessária para registrar todos. Ele teve que vender mais algumas de suas criações para completar a quantia necessária dos registros referente aos filhos que faltaram.

No trecho abaixo, Dona França relata com detalhes como foi o esse processo.

D: Não em 70, o Francisco já registrou também e ele é de 69 e foram tudo numa época só.

J: E aí, ia lá e registrava todos de uma vez só?

D: Tudo. Nem eu era registrada, depois disso é que me registrei, depois que registrou os meninos. Eu não, porque eu só arrumei o dinheiro, para o Luiz registrar, porque ele não estava nem aí ó. Com os meninos registrado então, só iam para escola, só matriculava os meninos com o registro em cima da mesa e só tinha 10 dias de prazo para matricular os meninos e o Luiz, parece que nem tinha escutado aquilo. E eu chega ficava com a cabeça gaturenta, mas um dia eu falei pra ele, tu vai registrar os meninos, nós não era casados, mas se apresentava com o registro dele. Tu vai registrar os meninos? Sim senhora. Sempre nós recebe o registro só. Aí eu vou arrumar o dinheiro, nós tinha porcos, vou vender, caçar quem compre os porcos... (Francelina Coelho de Sousa, entrevista oral, 18 agosto de 2018)

Ela, além de ser provedora de sua casa, administrava o dinheiro da família. O cuidado que tinha em ter os filhos na escola a motivava a registrar os filhos. Para fazer o registro precisava do dinheiro, mesmo que não lembrasse o valor exato que ficou os registros dos filhos, tem esse episódio vivo em sua memória.

Cem mil cruzeiro naquele tempo. Aí ele foi pra lá, quando ele chegou eu estava com os porcos presos para vender, um homem queria comprar os porcos. Nem careceu eu sai caçando comprador, chegou comprador da Imperatriz, tinha uns trintas. Aí ele disse queria comprar os porcos. O senhor anda querendo comprar os porcos, mas eu não vendo sem você ver os porcos. Ninguém compra sem ver, nós temos que ver os porcos para fazer o preço. Aí... botei os homens para ir olhar, ele tinha chegado, aí ele entrou pelo meio pra vender meus porcos barato, aí ele me deu o dinheiro (Francelina Coelho de Sousa, entrevista oral, 18 agosto de 2018)

Como levava seus nove filhos de uma só vez para registrar, as despesas com cartório ficaram altas para realidade financeira dela. Diante dessa situação, teve que desfazer de parte de sua criação, vendendo alguns porcos para conseguir a quantia necessária para registrar todos os filhos. Isso mostra que as criações, para eles, também era uma forma de fazer poupança.

Como já dissemos, Dona França mantinha suas criações de pequeno porte no seu quintal, para alimentar a família ou para obter algum dinheiro quando necessário. Como ressalta Menezes e De Almeida (2022), os quintais dessas comunidades cuidados pelas mulheres funcionam como espaço produtivo relacionado à soberania alimentar e, também, à comercialização.

Os quintais conformam espaços onde os saberes são transmitidos por diferentes gerações, expressando as vivências, os fazeres cotidianos, a organização, divisão e aproveitamento da terra para o cultivo de hortaliças, frutas, roça, e criação de pequenos animais. A produção, embora pouco valorizada, é relevante para a segurança alimentar dos membros familiares. Em algumas comunidades o excedente é comercializado nos circuitos curtos, como as feiras livres nos municípios, ou vendido a intermediários, sobretudo os pequenos animais, e no caso do suíno é a poupança da mulher (Menezes e De Almeida, 2022, p. 92).

Na década de 1970, a produção dos diversos espaços mantidos pelos moradores da Comunidade Ilha de São José, como os quintais, chegava a Babaçulândia e Tocantinópolis, no Tocantins, e Estreito e Imperatriz, no Maranhão, que era a mais distante dessas cidades vizinhas, ficando mais 150 km por terra ou dois dias de viagem pelo Rio Tocantins. Foi para comerciantes de Imperatriz que Dona França vendeu os porcos. Como ela relata abaixo:

B: *Tudo junto, eles faziam?*

D: *Cem mil cruzeiro naquele tempo. Aí ele foi pra lá, quando ele chegou eu estava com os porcos presos para vender, um homem queria comprar os porcos. Nem careceu eu sai caçando comprador, chegou comprador da Imperatriz, tinha uns trintas. Ai ele disse queria comprar os porcos. O senhor*

anda querendo comprar os porcos, mas eu não vendo sem você ver os porcos. Ninguém compra sem ver, nós temos que ver os porcos para fazer o preço. Aí... botei os homens para ir olhar, ele tinha chegado, aí ele entrou pelo meio pra vender meus porcos barato, aí ele me deu o dinheiro.

D: Ele pegou o dinheiro e foi lá pagar esses registros, aí chegou o dia de receber os registro. Aí ele chegou dizendo que ele não tinha, não tinha pago tudo não. Mais Luiz tu não tinha dito que o dinheiro era aquele tanto e eu não te dei o dinheiro. Ele contava, ele era malandro e contava conversa para os outro, pra aqui e pra colar, aí um belo tempo ele me pediu dinheiro de novo, me dar o dinheiro para eu terminar de pagar o registro dos meninos. Eu tornei arrumar e aí entreguei o dinheiro. Aí depois eu escutei ele dizendo para o Odilon que ele tinha, que o Alarico tinha ajudado ele pagar o registro dos filhos dele, rapaz isso me deu uma raiva, eu chorei de raiva (Francelina Coelho de Sousa, entrevista oral, 15 de setembro de 2018).

O relato nos mostra que o motivo maior para registrar os filhos, estava na preocupação de Dona França em vê-los estudando. Com muita luta, ela consegue os registros de todos, tendo em vista que ela só veio se registrar depois deles, isso no ano de 1977.

Desde o início de 1970, os moradores da Ilha organizavam sala de aula em suas próprias casas, com o intuito de alfabetizar os filhos da comunidade. Nisso, o colégio em que nossa interlocutora pretendia matricular os filhos, e por isso precisava registrá-los, era umas dessas salas improvisadas, que teria uma professora de fora da comunidade ministrando as aulas.

A exigência para fazer a matrícula era ter em mãos o registro de nascimento e isso motivou muitos dos moradores na época a procurar um cartório. A escola durou pouco tempo, Dona França relatou que foram uns 4 meses, ficando somente as salas improvisadas nas casas de alguns moradores, esses não eram professores de profissão, mas tinham leituras. Esses sujeitos além da lida nas suas vazantes destinava um pouco do tempo para ensinar seus filhos a ler e a escrever, além dos filhos dos outros membros da comunidade.

Nos anos seguintes, a comunidade tinha mais de quatro dessas salas de aula em casas de morada – como eles caracterizavam – seus espaços para diferenciar do espaço da escola. Dessas escolas em casas de moradas podemos destacar a casa de Maria dos Anjos Nunes da Silva (Sobrinha de Dona França e que vivia na comunidade), mais conhecida como Maria da Ilha. Quando questionada em um dos nossos muitos diálogos, sobre quando surgiu a primeira escola na comunidade e o nome dela, responde que:

Olha a escola de Valdivino Paixão, exatamente, mas quando iniciou, o primeiro início da escola eu não lembro, não lembro não, pois quando eu fui estudar, eu estudei na Ilha também, só que quando eu fui estudar, já era na casa de outro pessoal da Laide, do João Flor, desse povo, era em casa de morada mesmo. Aí depois eu passei a estudar no colégio já caduca já, mas eu lembro das histórias (Maria dos Anjos Nunes da Silva, entrevista oral, 15 março de 2023).

A primeira escola da comunidade surgiu na década de 1970 e teve como professor Seu Valdivino Paixão. Algum tempo depois, com a construção de um lugar destinado para a escola, deixou de ser em casa de morada, como fala Maria da Ilha, colocaram o nome de seu primeiro professor que era também morador da comunidade. Assim, a comunidade teve outros professores como o Júlio Taboca que também era morador da Ilha, o que podemos observar pelos relatos é que todos se empenhavam para que a escola funcionasse.

4.3 Desassossego: a luta pelo espaço-território

Pensar o “desassossego” a partir dos significados que os dicionários trazem foi a primeira ação que realizamos: agitação, ansiedade, alvoroço e inquietação. Mas, para os Mais Velhos, o desassossego é aquilo que colocava em risco a vida boa, que se resume em fartura e sossego, de determinada comunidade. Contudo, tento trazer nesse tópico os desassossegos pelos quais passou a comunidade ao longo do tempo. Por isso, aplico essa categoria à história da Ilha de São José.

No decorrer das pesquisas identificamos alguns dos causadores desses desassossegos, mas mencionaremos aqueles que achamos que tiveram mais relevância no espaço-território da Comunidade Ilha de São José, depois do momento que Dona França se muda para lá, em 1940. São eventos envolvendo os fazendeiros que queriam tomar a área da ilha, em 1952, o cercamento do espaço-território na década de 1980 e a Construção da hidrelétrica de Estreito que os expulsarão em 2010.

4.3.1 O suposto dono da Ilha de São José

Antes das escolas e de muitos moradores terem seu “pedaço de terra” na Comunidade Ilha de São José, ela sofreu um primeiro assédio. Apareceu no final da década de 1940 um fazendeiro reivindicando todo o território, os mais de 300

alqueires. Dona França falava que ele acabou com o sossego da vida dos poucos moradores e também dos sujeitos que usavam a Ilha para colocar gado no verão.

Os pastos da ilha permaneciam quase todo o verão verde, principalmente os que ficavam nos entornos das lagoas. Essas pastagens poderiam sustentar o gado neste período, pois na terra firme o capim secava. Isso fazia com que as rezes não perdessem peso.

Essas pastagens naturais despertaram interesses dos fazendeiros da região. Portanto, foi esses motivos que despertou o interesse dos fazendeiros pela Ilha, como relata Seu Bander no trecho abaixo quando se refere a Ilha.

É que lá era diferente, lá o lugar muito bom, o bicho sobe bem [chega no peso ou no ponto de abate rápido], e já nesse outro lugar a terra já estava cansada não era a mesma coisa. A Ilha era muito boa nesse tempo, terrona descansada ai pegaram. O Faria ele ficou morando em Carolina, de Carolina que ele veio com esse negócio de tomar de conta da Ilha, não esquece de dizer agora França (Josué Ferreira de Carvalho, entrevista oral, 14 setembro de 2018).

Como a Ilha estava na rota do comércio entre as cidades de Tocantinópolis e Carolina, um fazendeiro dessa última reivindicou-a e, e o inevitável aconteceu: a primeira disputa entre a comunidade que já se estabelecia e um fazendeiro da região de Carolina - MA.

Dona França relatou que esse fazendeiro, chamado Farinha, queria que todos saíssem da Ilha, com o intuito de transformá-la em uma grande fazenda. Isso ocorreu entre os de 1940 e 1950.

Ele chegou à comunidade dizendo que tinha um documento no qual constava ter comprado toda a Ilha. De posse desse, expulsou todos os moradores, que tiveram que pedir abrigo os familiares e amigos que moravam nas redondezas. Uns foram para o Goiás (atual estado do Tocantins) e outros para o Maranhão.

Com essas mudanças, muitos dos que já moravam na Ilha tiveram prejuízos, como nossa interlocutora relata

(...) o Farinha pegou, entrou pra lá com aquela hipoteca, miserável, acabou com o recursinho que meu pai tinha. Porque poderia ser galinha, porco, gado, cavalo, égua toda coisa se botasse do lado de cá [se refere as terras do Estado do Tocantins], era melhor passar o cacete, morria tudinho não escapava ninguém não, hoje em dia não tanto fazia tá de um lado como do outro, tudo dava bem, ficou assim, mas de primeiro não dava. Nós mesmos quando nós mudemos da fazenda dos Vidalhes, para o lado de cá para o buritizal, nós trouxemos galinhas que pelamos o ombro de carregar vara cheia de galinha (Francelina Coelho de Sousa, entrevista oral, 14 setembro de 2018).

A expulsão causou prejuízos para os moradores, tanto material quanto psicológico, pois tinham medo de ser mortos dentro de suas casas. Esse desassossego ocorreu por várias vezes, sempre o fazendeiro vinha com um argumento diferente alegando ter direito a ilha, *“Uma hora ele dizia que tinha arrendado a Ilha e outra hora dizia que tinha comprado, e ficou naquilo e o povo [eram obrigado a sair]”* (Francelina Coelho de Sousa, entrevista oral, 14 setembro de 2018).

Vendo que os moradores não iam sair o fazendeiro criou um tipo de cobrança, para eles ter direito de viver na ilha. Dona França falava que essa cobrança era um tipo de hipoteca, que obrigava os moradores a pagar se quisessem permanecer no lugar. Maria, filha de Dona França, fala que os moradores não iam atrás da história. Sem conhecimento sobre seus direitos as pessoas saíam, acrescenta Dona França, mas diante da situação, alguns moradores se uniram e enfrentaram o fazendeiro.

O ponto decisivo para a saída do fazendeiro foi quando tentaram dar um tiro nele. Isso ocorreu quando ele saía da casa de um morador e foi surpreendido com um tiro, que quase lhe tirou a vida. Os Mais velhos da comunidade como Dona França relatam esse acontecido. Seu Bander falava que foi quando ele botou o pé na porta, pisou no chão, ouviu o tiro que lhe arrancou o chapéu. Só não morreu porque o degrau da terra batida fez com que ele descesse bruscamente, e que isso o salvou da mira do atirador.

Dona Franca explica o acontecido.

Foi, passaram um besouro assim rapando a cabeça dele, aí ele afrouxou as correias... É que era assim, tinha o rego fundo na beira da casa não é, na biqueira da casa, ali ia cavando e estava fundo, e quem foi atirar não lembrou do rego, quando apertou o dedo foi a hora que ele pisou dentro do rego aí a bala passou por riba (Francelina Coelho de Sousa, entrevista oral, 18 agosto de 2018).

Essa foi a primeira vitória contra o fazendeiro, feito que até hoje eles celebram quando se lembram. Pois ao resistir à investida do fazendeiro, conquistaram o direito à terra, ao sossego e à fartura – destaca-se que, apesar de saberem de quem partiu o tiro, optaram por preservar a identidade deste. E, apesar disso, o tal fazendeiro não desistiu. Depois do acontecido, Farinha tentou vender a Ilha para outros fazendeiros.

Com a notícia da venda da Ilha pelo fazendeiro, alguns moradores se reuniram e procuraram as autoridades em Babaçulândia. Dona Iraci fala que esses eram José Novato (pai dela e de Dona França), Ismael, Moisés e Raimundo Costa. O prefeito de

Babaçulândia na época, segundo ela, era José Milhomem (Zequinha Milhomem). Esse foi o segundo prefeito da cidade e o primeiro eleito, seu mandato teve início em janeiro de 1955 e foi até 1959. Antes dele, o prefeito foi Osias Araújo, nomeado com mandato de um ano (1954 a 1955).

Com a mediação do prefeito, os moradores ganharam o direito de viver na Ilha, sendo oficializado por uma carta entregue pelo Zequinha Milhomem. Esse documento era que dava direito aos moradores da Ilha. Como o prefeito foi levar o documento assinado para os moradores, esses lhe ofereceram uma festa, para comemorar a entrega do documento. Dona Iraci lembra que a festa foi muito grande, os moradores mataram gados, porcos e galinhas, “muita comida”, assim lembra; a festa perdurou por três dias e colocou um ponto fim na “tal hipoteca do Farinha”.

4.3.2 O cercamento e a luta pelo uso comum da terra

Até a década de 1980, a preocupação agora era só com as cheias do rio Tocantins, no período entre dezembro e março. Quando a água do rio subia os moradores tinham que tirar suas criações para terra firme. Portanto, quando voltavam tinha que estabelecer seus espaços dentro da comunidade. Nas memórias dos narradores desse trabalho, teve três grandes cheias, que ocorreram em 1946, 1980 e 1989.

Porém, a cheia de 1980 foi a maior que houve na região, cobrindo toda a Comunidade Ilha de São José. Essa cheia obrigou a todos os moradores a se retirarem da Ilha com seus pertences. Quando saíam, ficavam em terra firme na casa de parentes e amigos, tanto no Maranhão como no Tocantins. Contudo, a água do rio chegou a seu ponto máximo no mês de fevereiro de 1980, como descreve Dona França:

Um mês [tempo que ficou fora de sua casa], foi. Eu mudei lá de minha casa já dentro da água mesmo. E eu dizia que eu mesmo só mudava com a água na canela, aí eu mudei só com a água na canela mesmo, no dia 21 de fevereiro de 1980. Os meninos começaram a fazer a casa, o barraco lá, o Natal, foi bem numa quarta-feira de cinza... Mas ainda eu fiquei lá, aí de noite a água tomou a casa, aí de madrugada eu chamei as meninas (Francelina Coelho de Sousa, entrevista oral, 18 agosto de 2018).

Os moradores voltavam para a Ilha quando a água do rio baixava. Dona França falava que na cheia de 1980, ela ficou um mês fora de casa. Como as casas eram

feitas de pau-a-pique e nos quintais eram improvisados cercados de madeira ou talo de paia de coco babaçu para abrigar os animais de criação, tudo havia sido carregado com a correnteza da água; ficaram apenas algumas paredes das casas.

O retorno para a Ilha era marcado por muito trabalho. Os moradores além de refazer os seus cercados, tinha que reconstruir suas casas. Mesmo tendo o conhecimento de onde ficava suas moradas e até onde ia seu lote, esse processo às vezes despertava alguma disputa entre eles, pois na década de 1980 a Ilha já estava toda ocupada. Dona França falava que essas desavenças não agravava o convívio entre eles. Ela nos fala que sua casa nem porta tinha, querendo enfatizar o sossego que existia na Ilha. Como podemos ver no trecho da entrevista abaixo:

Não tinha lá dentro e nem lá fora [portas], tinha um quarto mais nem porta tinha, aí o quarto de primeiro era o que se dividia uma parte era das meninas e outra era dos homens, depois eles foram casando aí ficou um quarto só. A casa tinha a varanda e um quarto só, esse tinha até parede, era uma porra. Eu dizia que tinha fé em Deus que eu ia possuir uma casa de porta, aí minha casa era de palha, as paredes eram de tabua, mas não tinha porta. Esses dias eu pensei quando eu morrê que me colocarem eu ficaria trancada pois não tem saída. Aí nessa casa eu mandei fazer porta, porta mesmo de taba (Francelina Coelho de Sousa, entrevista oral, 18 agosto de 2018).

As portas das casas eram feitas da palha do babaçu. Para isso os moradores usavam palha mais nova que eles denominam de olho da palmeira, essa tem uma cor amarelada; com habilidade eles trançavam as palhas fazendo uma esteira e que era usada como porta.

Imagem 11 - Em pé Dona Iraci, irmã de Dona França, que está sentada



Fonte: acervo do autor, 2018.

Na imagem registrada no dia da entrevista em roda de conversa, Dona França, sentada e Dona Iraci em pé, enquanto aguardavam o almoço. Podemos ver uma dessas portas de palha de babaçu. Essas eram comuns nas casas da Comunidade e nas regiões vizinhas.

Assim, na Ilha não era necessário ter uma morada com portas, pois todos se conheciam e respeitavam as regras de proximidade. Não era preciso materializar a divisão interna da casa, que também era social. Por exemplo, nos quartos, homens alheios às casas não entravam, na cozinha só depois de ser convidado para colocar comida, e isso só ocorria depois dele entrar na sala. Na sala só entravam, depois de um ritual de convite e recusa, insistência e relutância, que poderia durar minutos ou até horas.

Talvez as mudanças na vida social da Ilha, o crescimento da população, tenham levado Dona França a ter uma porta em sua casa. Não foi possível determinar quando esse desejo despertou nela. O aumento populacional na comunidade adveio da “fofoca do babaçu” (1940-1970), de acordo com os Mais Velhos, e por isso os espaços para as criações e plantações foram diminuídos.

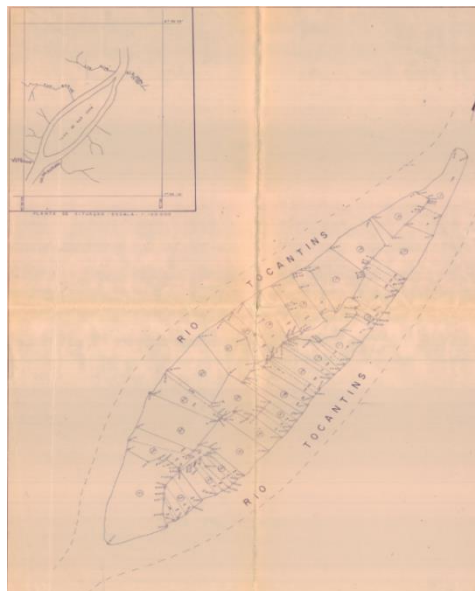
Quanto aos animais, eram criados soltos, e às vezes acontecia alguma desavença entre os moradores, porque as criações entravam no terreno demarcado do outro. Em geral, contudo, as desavenças eram “ajeitadas” com conversas, contextualizadas dentro da necessidade de manter a vida em comunidade.

Até 1980, todo o espaço-território era de uso comum, em que os moradores tinham marcados seus domínios, espaços que compreendiam casa-quintal-fonte, vazante-roça e, em alguns casos, pastagens, com linhas imaginárias, ou mesmo tendo uma árvore ou a lagoa como marco de divisa.

Contudo, as desavenças tiveram início depois do cercamento que ocorreu quando as águas da enchente de 1980 baixaram. Quando eles retornaram cada um tinha que cercar seu lote, pois essa era uma determinação do Estado, para que eles pudessem permanecer no lugar. Logo em seguida, agentes públicos vinculados ao estado de Goiás demarcaram e titularam as posses.

Foi nesse momento que a terra foi dividida em propriedades, como mostra a figura 5, e que consta no anexo A:

Figura 5 - Mapa da demarcação da Ilha, depois da enchente de 1980



Fonte: ITERTINS (1990).

O mapa se encontra no ITERTINS (Instituto de Terras do Estado do Tocantins) e foi elaborado pelo agrimensor Coimbra que residia em Araguaína na época. Dona França relatava que o cercamento “foi um pedido de homens da Marinha do Brasil” e que isso ocorreu depois da cheia de 1980. O mapa é datado de fevereiro de 1990 e tem a Comunidade Ilha de São José como um loteamento e que esse pertencia ao município de Babaçulândia – TO.

Como nesse período já existia uma quantidade considerável de moradores, podemos levar em consideração que o cercamento da Comunidade Ilha de São José teria relação com a política da cidade de Babaçulândia. O motivo seria a centralização dos votos no município e não dividir com Estreito - MA ou até mesmo com a Araguaína - TO¹⁹, mesmo que para se chegar nessa última o caminho fosse mais difícil, pois nesse período a estrada era intrafegável.

O cercamento e a titulação consolidou a percepção da terra enquanto propriedade privada da família, mesmo que esses domínios continuassem a ser gestados coletivamente pelos filhos e suas respectivas famílias. Também, segundo Dona França, foi responsável pelo aumento de disputa em torno da criação de animais domésticos soltos. O número dos lotes principais são vinte e seis, mas, como podemos observar no mapa, eles são subdivididos totalizando cinquenta e sete lotes.

¹⁹ Araguaína fica cerca de 60 km de Babaçulândia, sendo que da Ilha de São José para Babaçulândia se levava umas 3 horas de barco a motor.

Dois desses lotes pertencem à prefeitura de Babaçulândia e um à igreja²⁰. Quando as filhas e filhos dos donos desses lotes se casavam, ou seja, constituíam famílias, eles recebiam uma parte do lote dos pais para fazer suas moradas. Essa prática fez com que aumentasse o número dos lotes: é possível que quando o Estado cercou, dividiu e entregou a posse destes, já existia essa quantidade.

Está localizado no mapa os lotes dos moradores em ordem numérica. Para melhor localizar o leitor desse trabalho, trazemos na figura 5 como o agrimensor Coimbra organizou. Ele começa numerando pela ponta de cima da Ilha e a contorna pelo braço do Maranhão. O lote 01, que no mapa pertencia a Antônia Dias Cardoso era o da ponta, seguido por essa lógica numérica os desse braço vai até o lote 14 que era a ponta de baixo da Ilha, esse era subdividido em dois: o de Lázaro Soares de Silva e o do Modesto Pereira da Silva. Já os que estava no “braço do Tocantins”, seguiam até o lote 26.

O lote de Dona França, de número 25, estava localizado no braço do Tocantins. Seu lote tinha um total de área de 78.5427 ha que representava 16,23 alqueires; sendo uma das maiores áreas da Comunidade Ilha de São José. Como podemos observar na parte abaixo do mapeamento, que consta no Anexo B.

Figura 6 - Registros da demarcação da Ilha, depois da enchente de 1980

LOTE 01	PROPRIETÁRIO	ÁREA (ha)
01	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
02	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
03	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
04	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
05	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
06	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
07	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
08	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
09	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
10	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
11	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
12	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
13	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
14	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
15	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
16	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
17	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
18	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
19	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
20	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
21	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
22	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
23	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
24	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
25	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
26	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
27	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
28	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
29	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
30	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
31	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
32	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
33	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
34	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
35	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
36	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
37	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
38	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
39	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
40	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
41	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
42	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
43	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
44	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
45	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
46	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
47	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
48	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
49	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
50	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
51	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
52	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
53	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
54	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
55	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
56	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
57	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
58	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
59	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
60	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
61	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
62	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
63	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
64	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
65	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
66	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
67	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
68	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
69	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
70	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
71	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
72	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
73	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
74	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
75	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
76	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
77	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
78	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
79	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
80	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
81	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
82	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
83	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
84	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
85	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
86	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
87	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
88	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
89	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
90	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
91	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
92	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
93	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
94	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
95	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
96	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
97	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
98	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
99	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54
100	ANTÔNIA DIAS CARDOSO	15,54

Fonte: ITERTINS (1990).

²⁰ No mapa só descreve que seria da igreja, não destacando qual seria a ideologia religiosa. Portanto os ex-moradores da Comunidade Ilha afirma que nesse terreno existia uma Igreja Católica.

O cercamento fez com que a família de Dona França recebesse uma das maiores áreas dentro da comunidade. Além das filhas e filhos que foram casando e adquirindo posse, também morava lá Seu Raimundinho que, como já falamos, é seu irmão por parte de pai; ele também tinha área grande dentro da comunidade. As outras famílias que moravam na ilha, tinham alguma ligação com nossa interlocutora, seja por parentesco seja por apadrinhamento, dessa forma as famílias que se fixaram na Comunidade Ilha de São José mantinham alguns laços.

Destacamos que, o cercamento, contudo, não acabou com algumas práticas comuns, isso até a destruição do espaço-território pela construção da UHE de Estreito em 2010. Podemos citar algumas como: os mutirões para a colheita, o processamento da mandioca em farinha e a construção de casas, além de que, quando um pescador pegava uma quantidade de peixe ou alguém matava uma vaca, a carne era compartilhada entre eles, ou seja, quando precisava de carne de gado, uma casa abatia uma rês e dividia com os demais, quando esta acabava, outra família fazia o mesmo processo de forma que todos compartilham e ninguém ficava sem carne.

Não tinha comércio de gado, gado era só para consumo. Você matava e distribuía esse quarto era emprestado pra você, esse pro outro, esse pro outro, esse pro outro e esse meu, aí quando aquele lá matava um gado devolvia o que estava devendo (Maria Coelho de Araújo, entrevista oral, 14 setembro de 2018).

Como não havia energia elétrica, a carne de gado, caça e do pescado era salgada e colocada no sol para secar, com isso era comum nas casas ter um varal de carne de sol sobre o fogão a lenha. Essa era a forma de conservar carnes que eles praticavam desde seus antepassados. A eletricidade que poderia trazer melhorias, trouxe a destruição do espaço-território.

4.3.3 A UHE de Estreito e a destruição do espaço-território

O rio Tocantins foi por muitas décadas o principal caminho para o comércio do antigo Norte Goiano, Maranhão e Pará, como já falamos neste trabalho. Antes era através da navegação de suas águas, enfrentando suas correntezas que homens transportavam suas mercadorias, movimentando o mercado e criando novas comunidades que depois viriam a ser cidades. Com isso, suas águas alimentavam os

ribeirinhos e levavam alimentos aos demais, movimentando os mercados, nos portos e feiras das cidades que o margeavam.

Muitas cidades importantes para os estados citados anteriormente surgiram às margens deste rio, e outras cresceram influenciadas por sua navegação. De Porto Nacional, atual Tocantins, a Belém do Pará, navegavam grandes embarcações transportando alimentos e pessoas. Elas desciam e subiam o rio, parando nos portos, dos grandes aos pequenos, para deixar ou buscar, tanto no descer como no subir das correntezas. Portanto, navegava no Tocantins, os batelões, balsas, barcas e pequenas canoas. Com isso, podemos dizer que, de certa forma, as águas do Tocantins levavam o progresso que contemplava comunidades ribeirinhas, cidades, estados, tendo seu destaque na história de crescimento do Brasil. Seu Bander, quando questionado sobre o rio e a navegação desses grandes barcos explica que

É. Mesmo era difícil, pelo menos esses motores que nós estamos falando, que eu falei um barco de 50 tonelada ele não descia para Belém no verão porque o rio era seco tinha muita cachoeira. Só descia quando ele criava água, o rio tomava água que acabava com aquelas pedras (Josué Ferreira de Carvalho, entrevista oral, 14 setembro de 2018).

Ligando o antigo Norte de Goiás aos centros do estado e aos portos de Belém pela navegação de suas águas, o rio Tocantins era a veia natural da região. Podemos destacar as corredeiras, cachoeiras e o baixo nível das águas no período do verão que juntos dificultavam a navegação. Portanto, pode ter sido essa uma das causas do abandono das muitas propostas de navegação do rio Tocantins.

A retomada de projetos integracionistas veio com o governador de Goiás, Mauro Borges Teixeira, entre os anos de 1961 – 1964. Agia inspirado pelas ideologias de Juscelino Kubitschek, que abriu a BR-153. Além de projetos que faziam parte do plano de metas de seu governo, dentre eles, a integração que tinha como ponto importante o aumento da oferta de energia. Segundo Cabral (2013), foi nessa linha que surgiu o projeto de aproveitamento das águas do rio Tocantins para a construção de hidrelétricas.

A energia gerada desses empreendimentos tinha como destino a mineração tanto para o estado de Goiás quanto para o vizinho, Minas Gerais. A maior parte da produção energética era destinada à exploração do minério, pois nesse período o alto custo da energia tornava inviável a sua extração. Para viabilizar os estudos de implantação das hidrelétricas, o governo de Goiás cria em 1956 a Central Elétrica de

Goiás (CELG), como traz a obra *O Rio Tocantins no olhar dos Viajantes*, com coordenação de Ligia Maria Martins Cabral.

Criada pelo governo estadual em 1956, a Central Elétrica de Goiás (CELG) ficou encarregada de buscar alternativas para o cumprimento das metas governamentais. A empresa já tinha a seu cargo a construção da usina hidrelétrica de Cachoeira Dourada, no rio Paranaíba, na divisa de Goiás e Minas Gerais, especialmente projetada para atender Brasília e o centro-sul do estado. No entanto, os novos contornos econômicos do norte goiano e as perspectivas de exploração de minério tornava prioritária a procura de uma fonte geradora suficientemente poderosa para alimentar os sonhos e previsões de riquezas e desenvolvimento da região (CABRAL, 2013, p. 228).

Como podemos perceber no trecho acima, a elaboração desses projetos já tem o destino certo para sua produção energética, tendo em vista que não vemos nos projetos a preocupação com as comunidades próximas dos empreendimentos. As políticas de implantação quando se voltam para os atingidos, é para eles como um entrave para a execução e implementação dos empreendimentos, já trazem prontas as propostas de remanejamento dessas comunidades. Como ressalta Parente (2015).

A implantação do Projeto de Grande Escala (PGE) hidrelétrico apresenta dois agravantes. Um deles é quando se observa que a obra já aparece como fato consumado, imutável, ao qual as populações residentes nos locais de sua instalação devem apenas aceitar e ao qual devem se adaptar. O outro agravante é que as populações afetadas não são consultadas e têm como opção apenas aceitar o que o empreendedor considera como possibilidade para minimizar os impactos negativos, dando ensejo às chamadas políticas de compensação, desconsiderando os aspectos traumáticos de uma reterritorialização (Parente, 2015, p. 152).

Na comunidade de Dona França não foi diferente da estudada por Temis Gomes Parente (2015), como no relato acima²¹. No caso da UHE de Estreito, como outras já estudadas, percebemos que as campanhas dos empreendimentos se orientam na tentativa de mostrar que esses projetos causam pouco impacto se comparado com o benefício que vão gerar. Esse postulado se pauta na narrativa-ideologia do desenvolvimento (Ramos; Silva; Lucena, 2020), que prega que a construção de usinas como a melhor forma de desenvolver um espaço-território.

No entanto, enquanto se mostrava como modernidade, a ideologia-narrativa do desenvolvimento oculta sua dupla face: a colonialidade do poder. De fato, como vários autores latino-americanos defendem, o desenvolvimento é a face

²¹ No artigo citado os estudos de Temis Gomes Parente se referi a Usina Hidrelétrica de Luís Eduardo Magalhães, localizada no Rio Tocantins, entre os municípios tocantinenses de Miracema do Tocantins e Lajeado.

com a qual a colonialidade é apresentada no século XX. No Sul Global, a construção de Usina Hidrelétrica estava profundamente ligada ao imaginário de que é necessário desenvolver sociedades “atrasadas” (Ramos, Silva e Lucena, 2020, p. 271).

A falta de políticas públicas que contemple essas comunidades, dá o direito de destruição dos seus espaço-territórios? O que percebemos durante a pesquisa e trabalho de campo junto com os sujeitos atingidos pela UHE de Estreito nos confirma outra realidade. Seus modos de vida tinham ligação direta com a natureza, os lixos produzidos por eles tinham local e forma adequada dentro de sua realidade de vida. Dona França mesmo tendo condição de ter uma casa construída, dispensou, pois, a casa de tábuas e coberta com palha de babaçu, era que lhe agradava.

Imagem 12 - Modelo de casas na Comunidade Ilha de São José



Fonte: Doracy Pereira Carvalho, 1990.

Obedecendo esse padrão de moradia, Dona França e muitos dos que foram expulsos de seus espaços-territórios pela usina construíram suas casas. Podemos ver como eram as casas em terra firme depois de terem sido tirados da Ilha de São José conforme a imagem 13. Da mesma forma aconteceu na maioria das casas nos reassentamentos, os moradores construíram ao lado das casas de tijolos construídas pelos CESTE, uma casa obedecendo a da imagem acima. Nessa fica a cozinha, com grandes seus fogões a lenha, falam que esse lugar é mais frio e percebemos que neles eles ficam boa parte do dia. Como pode ser observado na imagem abaixo.

Imagem 13 - Modelo de casa no reassentamento Baixão



Fonte: acervo do autor, 2023.

As famílias se reúnem nesses puxados de palha para passar o tempo ou receber uma visita, e são nestes que se encontra o fogão a lenha, onde é preparada a comida. Os ex-moradores da Comunidade Ilha de São José relatam que as casas construídas são mais quentes, mesmo com a quantidade de plantas frutíferas que existem hoje, em 2023, no quintal: como a mangueira, cajueiro, laranjeira. Pois essas sobras não existiam quando receberam seus lotes.

Esses foram os modos de vida que os empreendimentos não levaram em consideração, pois as comunidades tradicionais são o maior incômodo para eles. Para conseguir retirá-los de seu espaço-território eles usam de várias estratégias, até a força, e em muitas das vezes os colocam em casas sem consultá-los, ou seja, em casas conforme os seus interesses.

Transferidos compulsoriamente para outras localidades, eles se veem obrigados a abandonar bruscamente sua forma de viver; na grande maioria das vezes, sem poder sequer decidir onde vão construir suas novas moradias (Parente, 2015, p. 152).

Dona França tinha o empreendimento como algo que era imposto, pois não concordava em ter que sair de sua casa e mesmo assim foi retirada. Para ela a construção da hidrelétrica criou um “peteco”, algo que vinha a acabar com o sossego e a vida boa. Quando era questionada, se tinha pretensão de sair da Comunidade Ilha de São José, ela sempre respondia que só saiu porque não tinha outro jeito, pois lá ela tinha morado toda sua vida.

F: *Eu morei toda a vida eu morei toda vida, muitos anos aqui com frente [nos mostra que sua atual residência fica em frente onde era sua casa na ilha] onde eu morava.*

D: *A senhora mora do lado de cá [se refere ao braço do Tocantins]?*

J: *É do braço do Tocan... do Goiás né isso do Goiás?*

F: *Sim aí de lá eu mudei pra cá, por causa desse peteco aí no rio [faz referência ao lago da hidrelétrica] (Francelina Coelho de Sousa, entrevista oral, 18 agosto de 2018).*

Nossa interlocutora não tinha costume de sair de sua casa, mas, esteve presente em protestos que iam contra a construção da hidrelétrica de Estreito. Suas viagens eram às cidades de Estreito - MA ou Babaçulândia - TO, estas só aconteciam quando não havia outra forma, mas em 2008 esteve em um acampamento no canteiro de obra da UHE em Estreito. Neste, haviam muitos povos ribeirinhos que eram contra a construção da usina, comunidades inteiras lutando pelo direito de permanecerem em suas terras ancestrais. Dona França relatou que existia uma organização no acampamento em que havia muitos indígenas, que ficou um tempo por lá e que teve oportunidade de conhecê-los, como relata no trecho abaixo:

Eu já vi Kra... que dizem que é Krahôs e não é preto, mas eu vi lá no Estreito no tempo dessa, negocio dessa barragem que queriam impor não é. Tinha uns índios Krahôs e outra coisa eu não sei se era, Apinajés não como que era. Os homens disse tudo pra nós. O Índio não é...

É. Eles eram baixos. Eu, eu eu tenho o sangue de índio bem perto.

Aí nós chegamos lá aí eu falei para minha filha, para Luzia: Luzia eu quero ir lá nos barracos do índio, aí ela disse pois vamos, aí nós fomos era assim quase, nós arranchamos assim na beira do asfalto assim num barracão coberto de lona e ali era alto assim e o barraco deles era lá, os dos Krahôs era assim e o dos outros era assim [gesticula com a mão], aí nós fomos lá para os que não era Krahô e falamos lá e tudo deitado que não tinha em que assentar. Aí nós ficamos por ali em pé, aí eles foi, aí ele disse a tribo dele, não sei como que chama (Francelina Coelho de Sousa, entrevista oral, 18 agosto de 2018).

Essas mobilizações reivindicavam o direito de ter um lugar, iam contra a destruição do seu espaço-território. No caso das comunidades ribeirinhas como a Ilha, os sujeitos lutavam pelo rio. Muitos desses que moravam às margens do rio Tocantins, do trecho de Estreito a Babaçulândia, tinham algum vínculo, algum parentesco, isso fez com que a mobilização na frente do canteiro de obra da usina, reunisse várias pessoas de comunidades diferentes, mas com o mesmo propósito. Dona França sabia da importância de participar dessa manifestação, como também tinha conhecimento de suas descendências.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os diversos assédios que a Comunidade Ilha de São José sofreu ao longo do tempo: os coronéis nas disputas regionais, os pecuaristas quando tentam expulsar a comunidade, o cercamento, os grandes empreendedores com a ferrovia e a usina, tentaram destruir o território da comunidade. O diferencial da usina foi que destruiu o espaço-território e todo o sistema ambiental nele sustentado, desassossegando os que ali habitavam por quatro gerações.

Tendo como categoria básica da comunidade sossego e fartura, o desassossego era tirar o sossego, acabar com a forma deles terem fatura, e com isso o fim do sonho de ter uma vida boa. A comunidade enfrentou pelo menos quatro ondas de desassossego: as revoltas, os fazendeiros, o cercamento e as usinas. As duas primeiras ela resistiu, mas foi destruída pela quarta onda.

Portanto, nossa tentativa foi a de mostrar com esse trabalho, que os sujeitos constroem e modificam os espaços, adaptando e criando modos de vida, transformando-o em espaço-território. Os que formaram a Comunidade Ilha de São José vinham nessa luta de adaptação e ainda hoje vivem, mas, agora nos reassentamentos, com a natureza e suas mudanças naturais ou provocada pelas ações do homem.

Os ex-moradores da Comunidade Ilha de São José se mostram resistentes a todos esses percalços. E mesmo tendo seu espaço-território destruído, ainda permanecem lutando para manterem vivos seus costumes. Percebemos, porém, que usaram e usam várias formas de manterem viva sua cultura, e a oralidade se destaca, quer seja para os familiares e amigos, quer seja para pesquisadores.

A construção das hidrelétricas, abaixo e depois acima no rio Tocantins, foi a causa da destruição desse espaço-território. Isso aconteceu de forma lenta; a de baixo deixou os peixes mais escassos, e as de cima mudaram os ciclos naturais do rio. Com isso, os grandes barcos deixaram de navegar, finalizando assim a relação entre ribeirinhos e grandes comerciantes, caracterizados pelos narradores desse trabalho como “patrão”.

Dessa forma, a Comunidade Ilha de São José se encontra na necessidade de estreitar os laços que antes mantinha com as cidades de Estreito - MA e Babaçulândia - TO. Essas cidades receberam uma grande parte da produção da Ilha que

movimentava o comércio, pois, além de abastecerem com seus produtos os moradores, compravam o que não produziam.

A Comunidade Ilha de São José foi responsável por boa parte da produção de fumo e de coco babaçu da região. Essas duas culturas permaneceram por muitos anos, sendo as mais importantes dessa comunidade e dos ribeirinhos em seu entorno.

Destacamos ainda que não eram só essas duas culturas que sustentavam a vida desses ribeirinhos, a pesca e a caça, bem como a mão de obra, faziam parte da renda das famílias. Era com a pesca, mesmo com a diminuição do pescado, que nos últimos anos antes de serem deslocados, complementavam a renda familiar. Com o crescimento das cidades circunvizinhas já mencionadas, muitos se arriscavam a procurar trabalhos nelas, e voltavam para passar suas férias nas casas de parentes. Com isso, a Ilha, além de um lugar bom para se viver, tornava-se também um lugar turístico, pois as suas praias eram umas das mais belas da região.

Na perspectiva de trazer a Comunidades Ilha de São José como protagonista da história, este trabalho não descartou a possibilidade de mostrar o grande vilão que acaba por destruir o espaço-território. Este foi apresentado como gerador de mudanças para os moradores da Ilha e demais localidades que seriam atingidas ou impactadas por ele, mudanças essas que trariam melhores condições de vida. Na realidade, as hidrelétricas causaram e ainda causam danos aos atingidos. Como aponta Adila Maria Tavares de Lima na sua tese de doutorado:

A crítica à política elétrica brasileira se faz, sobretudo, à maneira como o processo vem sendo conduzido e operacionalizado. A maioria desses empreendimentos causaram danos irreparáveis de âmbito social, cultural, econômico e, sobretudo, ambiental, não considerando a inclusão da comunidade local. E mesmo após a conclusão da construção, os conflitos continuam (Lima, 2020, p. 36).

Muitos desses atingidos não têm noção para onde é destinado a produção do empreendimento que os tiraram de suas terras. Não somente das terras, mas do rio; do direito aos banhos de mergulho, da pesca no fim do dia, enfim, de toda a forma de viver os seus costumes.

Portanto, a construção da hidrelétrica de Estreito pôs fim a uma comunidade tradicional que surge no fim da década de 1870, mas que ficará gravada na memória dos sujeitos que lá viveram. E também em trabalhos como este, que se propôs a valorizar os saberes dessas comunidades tradicionais (ribeirinhas, indígenas e

quilombolas), de forma que esses permaneçam e se tornem resistência. E que, tentou indicar que o diálogo entre conhecimento universitário e tradicional pode ser uma via transdisciplinar, justa e solidária das universidades cumprirem seu papel social que, para nós, é ajudar a conhecer, reconhecer e transformar a realidade regional.

REFERÊNCIAS

FONTES ORAIS

Dorivan Pereira Carvalho, entrevista etnográfica, 20 de janeiro de 2018.
 Elvina Pereira do Nascimento, entrevista etnográfica, 29 de junho de 2018.
 Francelina Coelho de Sousa, entrevista oral, 14 setembro de 2018.
 Francisco Coelho, Entrevista Oral, dia 15 de janeiro de 2023
 Getúlio Ferreira da Silva, entrevista etnográfica, 29 de junho de 2018.
 Iraci Ferreira dos Santos, entrevista oral, 14 de setembro de 2018.
 Josué Ferreira de Carvalho, entrevista oral, 14 de setembro de 2018.
 Manoel Germano da Silva, entrevista etnográfica, 10 de março de 2019.
 Maria Coelho de Araújo, entrevista oral, 14 de setembro de 2018.
 Maria dos Anjos Nunes da Silva, entrevista oral, 15 março de 2023.
 Raimundo Carvalho da Silva, entrevista oral, 14 de setembro de 2018.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CABRAL, Ligia Maria Martins. [Coordenação]. **O rio Tocantins no olhar dos viajantes**: paisagem, território, energia elétrica. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2013.

COLLICCHIO, Erich; ROCHA, Humberto Ribeiro da; VICTÓRIA, Daniel de Castro; ANDRADE, André de Moura. Cenários Prospectivos de Mudanças Climáticas para o Estado do Tocantins. In.: **Agricultura e Mudanças do Clima no Estado do Tocantins**: Vulnerabilidade, Projeções e Desenvolvimento, 2022, p. 133-163.

CORMINEIRO, Olivia Macedo Miranda. **Trilhas, veredas e ribeiras**: os modos de viver dos sertanjos pobres nos vales dos rios Araguaia e Tocantins (séculos XIX e XX). 2010. 261 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.

FEDERICI, Silvia. **A história oculta da fofoca**: mulheres, caça às bruxas e resistência ao patriarcado. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.

FLORES, Kátia Maia. **Caminhos que andam**: O rio Tocantins e a navegação fluvial nos sertões do Brasil. Goiânia: PUC; 2009.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. Território de diálogos possíveis. In: RIBEIRO, Maria Teresa F.; MILANI, Carlos R. Sanchez. **Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea**: o território como categoria de diálogo interdisciplinar. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 36-84.

LEANDRO, José J. **Babaçulândia**: dos tempos de Coco aos dias de Agimiro Costa. Goiânia: Kelps, 2008.

LIMA, Adila Maria Taveira de. **Hidrelétricas no rio Tocantins e efeitos pós-barragem**: Compensação, Desenvolvimento e Governança Local. Palmas – TO, 2020. 208 p.

LIMA, Adila Maria Taveira de. **Hidrelétricas no rio Tocantins e efeitos pós-barragem**: Compensação, Desenvolvimento e Governança Local. 2020. 208 f. Tese (Doutorado) Universidade Federal do Tocantins, Câmpus Universitário de Palmas, curso de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente, 2020.

LITTLE, Paul. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Série Antropologia, nº 322. Brasília: UnB, 2002.

MEDEIROS, Euclides Antunes de. **Encontros de sangue**: cultura da violência na região dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins 1830/1930. 2012. 281 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012. 281p.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral**: como fazer, como pensar. 2 ed., 6ª reimpressão. São Paulo: editora contexto, 2018.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça; DE ALMEIDA, Maria Geralda. O cultivo de alimentos nos quintais e a comercialização nos circuitos curtos: food growing in backyards and marketing in short circuits. **Revista GeoNordeste**, v. 33, n. 2, p. 77-94, 2022.

NEGREIROS, Elton da Silva. **Memórias de uma Territorialização na Construção do Lugar e da Paisagem**: Cultura e modos de viver dos Narradores da Ribeira. 2017. Dissertação (Mestrado em História) Programa de pós-graduação em estudos de cultura e território PPGCult da Universidade Federal do Tocantins, Campus de Araguaína – UFT.

NETTO, Ana Luiza Coelho. [Coordenação]. **Estreito o novo cenário da água**. Rio de Janeiro: E-papers: CESTE, 2012.

PALACÍN, Luís. Coronelismo no extremo norte de Goiás: O padre João e as três Revoluções de Boa Vista. In: **Segunda revolução de Boa Vista**. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2021.

RIBEIRO, Katiúscia. **O futuro é ancestral**. Le Monde Diplomatique Brasil, São Paulo, 19 nov. 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-futuro-e-ancestral/>. Acesso em: 22 de fevereiro. 2023.

PARENTE, Temis Gomes. (In)visibilidade de atores no processo de reassentamentos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, no Tocantins. **Revista Territórios e Fronteiras**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 149–164, 2015.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

POMBO, Olga. Interdisciplinaridade e integração dos saberes. **Liinc em Revista**, v. 1, n. 1, p. 3-15, 2005.

RAMOS JÚNIOR, Dernival Venâncio; SILVA, Harley; LUCENA, Mariane Emanuelle da Silva. Geopolítica das Usinas Hidrelétricas, lutas por re-existência e pedagogias da colonialidade na Amazônia do Tempo Presente. *In*: REIS, Tiago Siqueira [et al.] Organizadores. **Coleção História do tempo presente**, v. 3. Boa Vista: UFRR, 2020. P. 263-286.

RAMOS JÚNIOR., Dernival Venâncio. Encontros epistêmicos e a formação do pesquisador em História Oral. **História Oral**, v. 22, 2019.

RODRIGUES, Lysias A. **O rio dos Tocantins**. Rio de Janeiro: IBGE, 1945.

RODRIGUES, Lysias A. **Roteiro do Tocantins**. Palmas: Alexandre Acampora, 2001.

SANTOS, Josiel Ferreira. **Ilhas de Histórias: Memórias e Narrativas da Comunidade da Ilha de São José**. Orientador: Dernival Venâncio Ramos Júnior. 2020. 66 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura em História, Universidade Federal do Tocantins - Campus Universitário de Araguaína, 2020.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SILVA JÚNIOR, Cícero Pereira da. **Memória, Dádiva e Distopia: Impactos Socioambientais da UHE de Estreito sobre a Ilha de São José – TO**. Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia, Universidade Federal do Pará – UFPA, 2014.

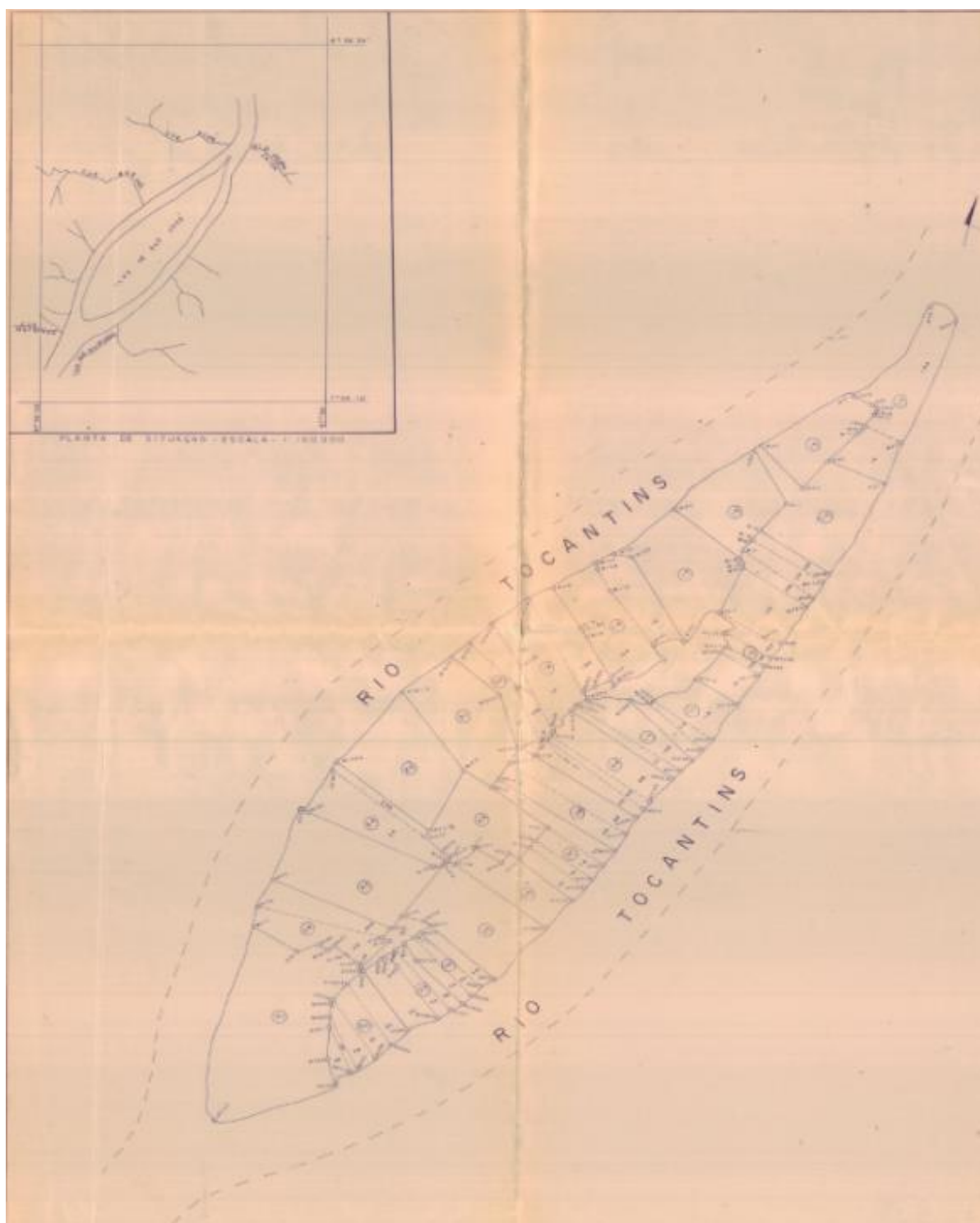
TEÓFILO, Rodolfo. **A fome: cenas da seca do Ceará**. São Paulo: Tordesilhas, 2011.

THOMPSON, Paul. **História oral: a voz do passado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VENÂNCIO, Sariza Oliveira Caetano. **A religião dos encantados: os encantados como mediadores culturais no norte do Tocantins**. 251 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

ANEXOS

ANEXO A – Mapa da demarcação da ilha depois da enchente de 1980.



ANEXO B – Registros da demarcação da ilha após a enchente de 1980.

LOTE Nº	PROPRIETÁRIO	ÁREA (Hq)
8-1	ANTONIA DIAS CARDOSO	136.89 09
02	MANOEL NASCIMENTO DA SILVA	4.15 28
02A	SELINA ALVES DA LUZ	2.74 91
8-2	JOAQUIM FERREIRA COIMBRA	7.88 41
02B	JOSE PEREIRA DA SILVA	13.47 47
02C	ELIO BATISTA CARDOSO	11.72 48
02D		
TOTAL		37.96 55
8-3	DARCI RIBEIRO DA SILVA	7.79 44
03A	HELIO BATISTA CARDOSO	7.16 71
03B	FERNANDO SOARES DA SILVA	6.28 50
TOTAL		31.24 65
8-4	FRANCISCA DE TAL	8.39 74
04A	ARMATEIA DIAS MARTINS	5.94 13
04B	ODINO BATISTA SOARES	7.81 35
04C	PREFEITURA MUNICIPAL DE BABAÇULÂNDIA	7.42 52
TOTAL		29.56 74
8-5	MOIZES PERES FERREIRA	59.77 27
8-6	MANOEL ALVES DA SILVA	27.75 04
07	CEZARIO ALVES DA SILVA	8.19 24
07A	LUIZ GOMES MARINHO	5.61 29
8-7	JOSE PEREIRA WEZERRA	8.53 45
07B	RAIMUNDO PEREIRA DA SILVA	15.44 67
TOTAL		37.78 62
8-8	JOSE CARLOS LOPES LIMA	19.76 15
08A	ISABEL ALVES DA SILVA	19.34 24
TOTAL		39.10 39
8-9	ANTONIO CARLOS LOPES	13.56 07
09A	CARLOS ALBERTO PEREIRA DA SILVA	7.02 51
09B	FELIX DE SOUZA MERCEDES	28.23 59
TOTAL		48.82 16
8-10	MANOEL MARIANO DA SILVA	8.82 50
10A	JOÃO IVO FERREIRA	21.12 59
TOTAL		29.95 20
8-11	IGREJA	7.49 83
11A	SEBASTIAO RIBEIRO DOS SANTOS	8.62 97
11B	AURELIANO BANA DAMACENO	17.16 87
TOTAL		29.29 67
8-12	ABDIAS SOUZA COSTA	11.73 00
12A	RAIMUNDA DE TAL	2.79 55
12B	IRAN DE TAL	3.89 45
12C	JOSE PEREIRA DA SILVA	5.53 15
12D	RAIBINO PEREIRA DOS SANTOS	26.81 71
12E	RAIMUNDO CARVALHO DA SILVA	7.03 88
12F	MANOEL RONATO	10.06 32
12G	JOSIVALDO PEREIRA DOS SANTOS	7.28 91
TOTAL		75.15 95
8-13	JOSE ROBERTO RIBEIRO DA SILVA	58.80 34
14	LEZARD SOARES DA SILVA	16.20 78
8-14	MODESTO PEREIRA DA SILVA	38.20 65
TOTAL		54.41 43
8-15	ANTONIO BORGES DE ALMEIDA	34.79 42
8-16	EURICO DA COSTA MERCEDES	44.71 80
8-17	RAIMUNDO CARVALHO DA SILVA	63.71 48
18	REDNO DA SILVA VIANA	21.67 94
8-18	RAIMUNDO DE SOUZA COSTA	42.85 43
TOTAL		64.53 27
8-19	RAIMUNDO MARTINS PEREIRA	50.44 80
19A	OSTÊNCIO RIBEIRO DOS SANTOS	23.43 54
TOTAL		61.68 42
8-20	RAIMUNDO CARVALHO DA SILVA	17.79 20
20A	MARIA RAIMUNDA RIBEIRO DA SILVA	12.77 14
TOTAL		35.56 34
8-21	FELIX SOUZA MERCEDES	58.86 30
8-22	JOSE ALVES CAVALCANTE	84.18 28
8-23	PREFEITURA MUNICIPAL DE BABAÇULÂNDIA	47.91 45
24	RETRONILIA DIAS CARDOSO	32.11 69
8-24	JOSE LOPES DA SILVA	8.30 59
TOTAL		40.42 04
8-25	FRANCA COELHO DE SOUZA	78.54 87
26	MUADIR FERREIRA	25.63 53
8-26	MOIZES PERES FERREIRA	19.64 02
TOTAL		45.27 55
	LAGOA	38.31 31
	TOTAL	1.375.10 20